



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RENAN DA SILVA SUENES

O BREVE SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRATIFICAÇÃO
ECONÔMICA GLOBAL

Florianópolis

2019

RENAN DA SILVA SUENES

**O BREVE SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRATIFICAÇÃO
ECONÔMICA GLOBAL**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Arend.

Florianópolis

2019

RENAN DA SILVA SUENES

**O BREVE SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRATIFICAÇÃO
ECONÔMICA GLOBAL**

A banca examinadora resolveu atribuir nota 9,0 ao aluno Renan da Silva Suenes na disciplina
CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Arend
(Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força e pela oportunidade de finalizar essa etapa tão importante da minha vida. Em segundo lugar, gostaria de agradecer minha família, que me serviu como uma rede sólida de boas energias e muitos incentivos, e especialmente meus pais, que sempre me instruíram em casa, serviram de exemplo e me apoiaram para que eu pudesse chegar onde estou. Todos os detalhes e os esforços realizados por vocês nestes mais de quatro anos de graduação foram essenciais para mim.

Em seguida, agradeço meus amigos da universidade por tantos momentos de aprendizado e crescimento pessoal. Sou muito grato por sempre disponibilizarem um cantinho da casa de vocês para que eu pudesse passar a noite e não precisar voltar para São José de ônibus. Ou por passar desespero junto comigo estudando para os longos textos das provas. Também agradeço enormemente meus amigos de fora da instituição, que sempre me ampararam e me acompanharam nessa trajetória.

Agradeço imensamente a todos os professores da UFSC com quem tive a oportunidade de aprender e estudar durante minha graduação. Sem dúvidas, esses professores me possibilitaram crescer de forma extraordinária me apresentando o mundo e o seu funcionamento de uma forma totalmente inédita. Visualizo o mundo hoje de forma muito mais crítica e realista graças a vocês. Dentre esses professores, deixo meu eterno agradecimento ao Professor Marcelo Arend, que além de me orientar com grande maestria em um projeto de pesquisa científica (PIBIC), aceitou, ainda, me orientar nesta monografia, esbanjando não somente paciência como também muita sabedoria e atenção.

Agradeço, por fim, à própria UFSC, pelos inúmeros aprendizados e conquistas proporcionados. Por pouco mais de quatro anos, a instituição se tornou minha segunda casa, e me apresentou diversos amigos, uma bolsa de intercâmbio, ampliou meus horizontes, meus sonhos e meus objetivos. Sou eternamente grato a todos aqueles que de alguma forma passaram e acrescentaram na minha vida em todo esse período. Muito obrigado!

“Uma economia-mundo é um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas a níveis diferentes. O centro, o “coração”, reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado. O anel seguinte só tem uma parte dessas vantagens, embora participe delas: é a zona dos “brilhantes secundários”. A imensa periferia, com os seus povoamentos pouco densos, é, pelo contrário, o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. Essa geografia discriminatória ainda hoje logra e explica a história geral do mundo [...]”.

(Fernand Braudel)

RESUMO

O presente trabalho visa compreender a esfera da estratificação econômica mundial pós-década de 1980. Para tal compreensão utilizou-se, particularmente, autores da perspectiva dos sistemas-mundo, com o emprego de uma divisão trimodal da economia internacional constituído pelos estratos da periferia, semiperiferia e núcleo orgânico. A fim de complementar e atualizar as investigações efetuadas por Giovanni Arrighi no século XX, esta pesquisa se apodera do contexto histórico e do atual cenário internacional para examinar possíveis mudanças na hierarquia de riqueza global, com a aplicação do método Atlas do Banco Mundial e a aplicação de dados sobre a população internacional. A partir disto, duas abordagens analíticas são apresentadas nesta pesquisa, com o intuito de contribuir da melhor maneira com a investigação sobre a atual estratificação econômica mundial. Evidencia-se, ainda, a importância da expansão financeira e material global, com destaque para o crescimento asiático no cenário internacional, e uma reorganização na dinâmica do espaço mundial por conta dos efeitos desse crescimento no Oriente, com destaque para a China. Por fim, constatam-se mudanças significativas na estratificação econômica contemporânea, principalmente pela ascensão da renda de países como China e Índia na conjuntura global, o que fez a maioria da população internacional se alocar em determinado estrato sistêmico dependendo da abordagem analítica escolhida nesta pesquisa.

Palavras-chave: Estratificação econômica internacional. Periferia. Semiperiferia. Núcleo. China.

ABSTRACT

The present paper aims to understand the sphere of world economic stratification after the 1980s. For this understanding, we used, in particular, authors from the perspective of world-systems, using a division into three layers of the international economy constituted by the periphery, semiperiphery and the core. In order to complement and update the investigations made by Giovanni Arrighi in the twentieth century, this research takes hold of the historical context and the current international scenario to examine possible changes in the global wealth hierarchy by applying the World Bank Atlas method and application of world population data. From this, two analytical approaches are presented in this research, in order to best contribute to the investigation of the current world economic stratification. It also highlights the importance of global financial and material expansion, especially Asian growth in the international scenario, and a reorganization in the dynamics of world space due to the effects of this growth in the East, especially China. Finally, there are significant changes in the contemporary economic stratification, mainly due to the rise in income of countries such as China and India in the global conjuncture, which made the majority of the international population to be allocated to a certain systemic stratum depending on the analytical approach chosen in this research.

Keywords: International economic stratification. Periphery. Semiperiphery. Core. China.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A ATUAÇÃO DOS ESTADOS NO SISTEMA INTERNACIONAL	14
2.1 A ECONOMIA MUNDIAL PELA PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO	15
2.2 INSUBORDINAÇÃO FUNDADORA, IMPULSO ESTATAL E LIMIAR DE PODER COMO CONTRAPONTO E COMPLEMENTOS À PERSPECTIVA DOS SISTEMAS- MUNDO	22
2.3 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, EXPANSÃO FINANCEIRA E CRISE SISTÊMICA	27
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
3 O NOVO CENTRO DINÂMICO GLOBAL: A IMPORTÂNCIA ASIÁTICA	34
3.1 O MILAGRE ASIÁTICO E A ASCENSÃO REGIONAL	34
3.2 UM NOVO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO	37
3.3 A DINÂMICA ASIÁTICA FRENTE AO MUNDO CONTEMPORÂNEO	40
3.3.1 Agricultura.....	41
3.3.2 Manufatura.....	42
3.3.3 Serviços	45
3.3.4 PIB per capita e indústria manufatureira	46
3.3.5 Inovação, pesquisa e desenvolvimento	49
3.3.6 Indústria.....	51
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
4 O BREVE SÉCULO XXI E AS MUDANÇAS NA ESTRATIFICAÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL.....	55
4.1 O RESURGIMENTO CHINÊS	55
4.2 MUDANÇAS NA ESTRATIFICAÇÃO ECONÔMICA GLOBAL	63
4.2.1 A questão do nível de renda	63
4.2.2 Primeira análise sobre a estratificação econômica mundial	65
4.2.3 Segunda análise sobre a estratificação econômica mundial	70
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
5 CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

O domínio da hegemonia norte-americana sobre o globo está em crise. Um novo centro dinâmico da economia mundial emerge cada vez mais. A expansão financeira e a expansão material se chocam entre realidades e regiões distintas. O declínio do Ocidente dá espaço, novamente, ao Oriente. A desigualdade no sistema continua, visto que faz parte da própria essência do capitalismo a má distribuição da mais-valia mundial. Apesar das observações históricas e, em especial, do longo século XX, o breve século XXI – que teve início em 2001 e tão breve ainda se encontra - apresenta mudanças significativas no contexto da estratificação econômica internacional, haja vista que uma nova reorganização do espaço mundial tem se tornado cada vez mais visível.

O século XX foi um período de extraordinárias novidades e acontecimentos, definido como uma era particular do desenvolvimento da economia capitalista global. Tal período, dominado pelos interesses norte-americanos, só foi possível graças à derrocada da hegemonia britânica, que exerceu função de governo até o fim do século XIX, mas perdeu o equilíbrio de poder tanto europeu quanto mundial em torno de 1870, dando espaço para a ascensão de um novo poder no desigual sistema internacional. Assim como os Estados Unidos emergiram e ocuparam o centro da economia mundial capitalista, os britânicos, também, já tinham substituído os holandeses, assim como estes últimos já tinham substituído os genoveses. O que se percebe, portanto, é que a ascensão de um novo sistema só se estabelece pelo declínio de outro, tendo em vista a necessidade de uma revolução organizacional nas estruturas desse novo sistema.

O conceito de hegemonia aqui exposto refere-se especificamente “à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI. 1994). Uma hegemonia, a visto disso, compete ao sentido das relações entre Estados, onde um Estado, especialmente dominante, consegue ocupar um cargo hegemônico de liderança no sistema interestatal em uma direção desejada além de buscar e impor um interesse geral.

As hegemônias mundiais [...] só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral

do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles (ARRIGHI, 1994, p. 29-30, grifo nosso).

A vitória de uma região nova sobre uma antiga, assim como a conveniência de uma vasta mudança em escala mundial, são os pré-requisitos retratados pelos autores dos sistemas-mundo quando observam o funcionamento do sistema internacional e a expansão do capitalismo histórico. Examina-se, portanto, o capital financeiro como um sintoma da maturidade do capitalismo mundial, assinalando a transição de um regime de acumulação para outro. É esse estágio, assim sendo, que denota os primeiros indícios do fim de um regime antigo, ou um era hegemônica, para dar espaço à criação de novos regimes, com a ascensão, também, de novos concorrentes.

Para os teóricos da perspectiva dos sistemas-mundo, o capitalismo está atravessando uma importante e decisiva etapa atualmente. É bem verdade que a história do capitalismo tem mostrado longos períodos de crise, reestruturação e reorganização, e que o cenário atual da economia capitalista transcende justamente por esse período de constantes crises. As visíveis dificuldades da hegemonia norte-americana de manter seu crescimento e seu poder dentro do sistema, assim como sua entrega para a expansão financeira, denotam, mais uma vez, que a história é cíclica e uma nova reorganização mundial está sendo sublinhada.

Acerca de uma contextualização teórica realista, poder é um conceito extremamente importante e presente nas observações dos teóricos desta linha, a julgar pela sua importância na política internacional sendo um meio necessário para atingir todos os objetivos possíveis que um Estado possa ter. O poder de uma nação em relação a outras nações é considerado crucial na busca dos objetivos mais básicos e importantes no cenário internacional. Obter poder, por fim, está atrelado à sobrevivência do Estado-nação como uma entidade independente, e o que se tem observado é a forte luta por parte da hegemonia estadunidense em manter seu poder e influência na atual conjuntura internacional (FREYBERG-INAN, 2004).

Desde a emergência do regime de acumulação flexível, entre as décadas de 1970 e 1980, em detrimento do fordismo-keynesianismo, os Estados Unidos vivenciam uma fase de expansão financeira, com a presença da forte mobilidade geográfica do capital a julgar pelas mudanças na configuração espacial dos processos de acumulação de capital. Essa fase da hegemonia norte-americana, entretanto, tem dado espaço para a ascensão de economias

emergentes dentro da conjuntura internacional, que experimentam os benefícios da expansão material e um crescimento bastante sólido. Destaca-se, portanto, que por conta da crise sinalizadora estadunidense, uma gama de favorecimentos foi concebida a diversas economias asiáticas, como o Japão, que expandiu e reproduziu as chamadas subcontratações de múltiplas camadas que, por fim, gerou reflexos em toda a região, com destaque para a ascensão da China.

O deslocamento da expansão material do Ocidente para a Ásia tem demonstrado que a região oriental se tornou o novo centro dinâmico da economia mundial, o que caracteriza um perigo para a atual hegemonia e uma oportunidade para uma nova reestruturação e reconfiguração global.

“Se nos próximos 30 anos a China, a Índia ou o Brasil viessem em algum sentido concreto a “compensar o atraso”, um segmento ponderável da população mundial de outro lugar desse sistema-mundo teria de declinar como lócus de acumulação do capital. [...] Compensar o atraso implica competir, e a competição significa que o desenvolvimento de um país ocorre em última instância às custas de outro qualquer” (WALLERSTEIN, 2006, p.139).

À vista disso, denota-se a importância de uma estratificação delimitada pela perspectiva dos sistemas-mundo quanto a uma divisão econômica internacional em pelo menos três partes. Giovanni Arrighi (1997), especificamente, expõe um modelo trimodal para observar essa divisão e seu funcionamento, conceituando a periferia, a semiperiferia e o núcleo orgânico como as zonas principais dessa caracterização. Durante o longo século XX, o autor demonstra que a maioria da população global se encontrava dentro do estrato periférico do sistema, ou seja, dentro do estrato mais vulnerável, explorado e pobre do sistema internacional. Assim sendo, busca-se uma melhor compreensão desses fatos a partir de uma análise mais atual, ou seja, um paralelo com o breve século XXI, utilizando referências de renda e observações sobre novos acontecimentos globais que implicaram na conjuntura da estratificação global.

Pretende-se responder, por meio desta pesquisa: (i) Quais são os fatores que reproduzem e enrijecem a estratificação da economia mundial? E (ii) como se encontra o retrato da estratificação da economia global atualmente depois da análise efetuada por Giovanni Arrighi entre o período de 1938 a 1983? Salienta-se, por esse prisma, que o objetivo geral desta monografia é de compreender a esfera da estratificação da economia

mundial composta pelo núcleo orgânico, semiperiferia e periferia, que são três estratos bastante desiguais a julgar pelo controle do excedente das cadeias comerciais.

Para atingir esse objetivo, a pesquisa irá especificamente: (i) Analisar, por meio dos teóricos da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), o desenvolvimento desigual dentro do sistema internacional a partir do conceito de estratificação econômica global; (ii) Evidenciar as dinâmicas de desenvolvimento ocorridas a partir da década de 80, a fim de demonstrar o crescimento da semiperiferia global, em particular, a ascensão asiática; (iii) Apresentar evidências empíricas sobre o atual retrato da estratificação da economia mundial, com o propósito de observar uma conjuntura de continuidade ou mudanças dentro da hierarquia global como analisado pelos teóricos dos sistemas-mundo.

Desta maneira, para cumprir com os objetivos propostos acima, essa monografia é dividida em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo se debruça na atuação dos Estados dentro do sistema internacional, com ênfase à perspectiva dos sistemas-mundo, havendo complementos e contrapontos a esta perspectiva e uma importante análise sobre a acumulação de capital, expansão financeira e crise sistêmica. Este capítulo apresenta contribuições de autores como Braudel (1982; 1984; 1998), Arrighi (1996; 1997; 2008), Wallerstein (1979; 2006), Foster e McChesney (2012), Gullo (2014), Chang (2004), Nye (2002) e Guimarães (2001).

O segundo capítulo pauta a importância asiática como o novo centro dinâmica global, sendo repassado o contexto histórico sobre o milagre asiático e os seus efeitos para a ascensão da região, com destaque para a expansão material. O capítulo também aborda análises empíricas significativas que comprovam essa nova realidade na conjuntura asiática, a julgar pela investigação do crescimento acumulado da agricultura, manufatura, serviços e PIB per capita, os investimentos dirigidos à inovação, pesquisa e desenvolvimento, e as maiores indústrias mundiais.

O terceiro capítulo, por fim, tem como foco o breve século XXI e as mudanças ocorridas na estratificação econômica mundial, evidenciando-se a emergência e a importância chinesa neste novo século – que iniciara há menos de duas décadas. A fim de complementar e dar continuidade às análises sobre a hierarquia mundial da riqueza, pautada por Giovanni Arrighi (1997) durante o século XX, efetuou-se duas análises sobre a estratificação econômica global, de 1987 a 2017, com o emprego do formato de quatro grupos distintos de rendas, constituídos pelo Banco Mundial, que representam a alocação das economias globais nessa

hierarquia de riqueza, denominados por economias de baixa renda, economias de renda média baixa, economias de renda média alta, e, por fim, economias de alta renda.

Justifica-se uma segunda análise para observar a estratificação econômica mundial a julgar por uma discrepância entre as rendas de como seriam retratadas a periferia e a semiperiferia nesta pesquisa. Simbolizar uma semiperiferia, que é representada nesta pesquisa como as economias de renda média baixa pelo método Atlas do Banco Mundial, fez com que se ponderasse um pouco mais a observação dos estratos econômicos durante os anos, visto que a renda média baixa ainda conceitua uma renda baixa para os padrões globais. Enquanto Arrighi (1997) utilizou o log do PNB per capita em dólares americanos de 1970 para construir suas observações acerca da estratificação, esta pesquisa se debruça sobre o método Atlas do Banco Mundial para complementar e atualizar as análises da estratificação econômica global para o fim do século XX e início do século XXI.

Reforça-se, ainda, que a pesquisa não visa substituir as análises já efetuadas por Arrighi (1997), mas sim, complementá-las e atualizá-las para a atual conjuntura da estratificação econômica internacional. As análises sobre essa nova estratificação são passíveis de críticas e erros, constituindo apenas um modo de representar a estratificação econômica global no recente século XXI. Finalmente, a conclusão desta pesquisa retoma os principais pontos e descobertas traçados em cada capítulo e seção, respondendo as perguntas e objetivos pautados como a configuração do atual cenário da estratificação econômica mundial.

2 A ATUAÇÃO DOS ESTADOS NO SISTEMA INTERNACIONAL

O referencial teórico deste primeiro capítulo é composto pelos autores Immanuel Wallerstein, Fernand Braudel, Giovanni Arrighi, Marcelo Gullo, Ha-Joon Chang, Joseph Nye, Samuel Pinheiro Guimarães, Foster e McChesnay. Assumindo que a principal perspectiva operada neste projeto é a Economia Política dos Sistemas-Mundo, justifica-se a utilização de visões e considerações de uma gama de outros autores fora desta perspectiva para uma reflexão mais ampla e provocativa sobre o cenário internacional, especialmente sobre a posição dos Estados nacionais e o ambiente em que eles estão envolvidos dentro da constelação global.

Para a primeira seção deste capítulo apresenta-se o argumento de que o sistema internacional de Estados possui em seu cerne a problemática da desigualdade entre seus atores. Essa desigualdade pode ser observada a partir da estratificação econômica global onde autores como Immanuel Wallerstein, Fernand Braudel e Giovanni Arrighi delimitam o posicionamento das unidades políticas nacionais na esfera mundial. Os estratos são definidos de maneira trimodal, separados entre periferia, semiperiferia e núcleo orgânico, que estão constituídos a essa realidade estratificada por conta dos efeitos desiguais da acumulação da mais-valia global, ou seja, por conta da existência de padrões de acumulação divergentes dentro do sistema.

Na segunda seção deste mesmo capítulo, são expostas algumas visões complementares e apostas à perspectiva dos sistemas-mundo a fim de gerar debate e reflexão sobre as diferentes formas de analisar a figura do Estado e do desenvolvimento do mesmo dentro do cenário internacional. Autores como Marcelo Gullo, Joseph Nye e Samuel Pinheiro Guimarães são trazidos à tona para reverberar análises significativas sobre o entendimento da conjuntura internacional. Conceitos sobre a importância de um impulso estatal, uma insubordinação fundadora assim como características sobre a detenção do poder duro e do poder brando são alguns dos argumentos destacados.

A acumulação de capital, apresentada na terceira seção deste primeiro capítulo, se demonstra essencial para a compreensão do contexto internacional, principalmente no tocante às consequências para os Estados centrais e para os Estados periféricos. Salienta-se, ainda, a configuração do capital global, o surgimento dos sistemas de especialização flexível e a problemática do capital financeiro para o mundo contemporâneo, principalmente para a atual hegemonia internacional.

2.1 A ECONOMIA MUNDIAL PELA PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO

Assim como Braudel, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein delimitaram, em suas observações sobre o sistema internacional, a existência de zonas hierarquizadas. Por esse prisma, destaca-se a importância de se analisar o contexto histórico pela perspectiva dos sistemas-mundo a fim de compreender a hierarquização da riqueza global. Arrighi (1996) denota que longos períodos de crise, reestruturação e reconfiguração têm sido comuns na história do capitalismo, e que, especialmente a partir da década de 70, mudanças significativas na configuração espacial dos processos de acumulação de capital tem ocorrido, e, em especial, uma maior mobilidade geográfica do capital, haja vista as transformações dos processos de produção e troca.

Arrighi (1996) destaca a importância de quatro ciclos sistêmicos de acumulação de capital para compreender a construção do poder e da estrutura hierárquica global, delimitados pelo ciclo genovês, situado entre o século XV até o início do século XVII; pelo ciclo holandês, composto entre o fim do século XVI até meados do século XVIII; pelo ciclo britânico, pautado entre a segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e, por fim, o ciclo americano, que se consolidou no início do século XX e ainda se encontra em processo, caracterizado em uma fase de expansão financeira. À vista disso, Braudel (1982) afirma que é da própria essência do capitalismo histórico características como flexibilidade ilimitada e capacidade para mudança e adaptação.

Os ciclos sistêmicos de acumulação são fenômenos especificamente capitalistas, que “apontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos [assim como] rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos” (ARRIGHI, 1994, p. 8, grifo nosso). Tais ciclos sinalizam a oscilação de fases de mudanças contínuas e descontínuas, impactando o contexto da acumulação de capital em escala mundial.

Portanto, pela perspectiva dos sistemas-mundo, a ascendência e a vitória de uma região sobre uma antiga é possível e verdadeira, sendo necessária, ainda, uma significativa mudança em escala global, reconhecida por uma revolução organizacional. Assim como Amsterdã copiou e substituiu Veneza, no que se refere à queda do primeiro ciclo sistêmico para a emergência do segundo ciclo, Londres copiou e substituiu Amsterdã, o que fomentou o terceiro ciclo, e, posteriormente, Nova York faria o mesmo com Londres, consolidando o

quarto ciclo sistêmico de acumulação. O sistema mundial moderno, por esse prisma, se originou a partir de “recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos” (ARRIGHI, 1996).

A história, segundo Braudel (1998), sempre comportou a existência de economias-mundo. Uma economia-mundo, à luz disso, possui três regras tendenciais bem caracterizadas, sendo a primeira a delimitação do espaço em que ela ocupa; a segunda confere a existência de um polo urbano ou um centro logístico em benefício de outras partes; e por fim, a presença de zonas hierarquizadas, umas mais modestas e outras mais ricas, com a configuração da desigualdade.

A geografia existente, dividida entre essas três zonas hierárquicas de observação, é puramente discriminatória, e explica a história geral do mundo. É bem verdade, também, que essas três zonas são interligadas e constituem características diferentes, sendo o centro um espaço restrito que reúne avanços e aparatos diversificados; o anel seguinte é um espaço que detém apenas uma parte das vantagens desse núcleo; e, por fim, uma enorme margem externa, denominada periferia, que abarca uma gama de atrasos e explorações na sua conjuntura (BRAUDEL, 1998).

Em função disso, destaca-se que “o capitalismo histórico tem sido até agora um sistema de recompensas sobremodo desiguais, tanto em termos de classe como em termos geográficos” (WALLERSTEIN, 2006, p. 127), e que dentro do sistema internacional há Estados mais bem posicionados, ou seja, incontestavelmente em uma situação muito melhor do que outros em nível sociopolítico-econômico. Observa-se, conseqüentemente, uma mobilidade interestatal dentro da constelação internacional, em que alguns Estados conseguiram e conseguem ascender, enquanto outros Estados declinaram ou, ainda, declinam a favor da emergência de outro. Esta análise se mantém e se manterá enquanto a mais-valia global for acumulada de maneira desigual, visto que é justamente ela que organiza a realidade das zonas geográficas. A mais-valia, pelo prisma marxista, é justamente a existência do trabalho excedente no modo de produção capitalista, sendo a relação entre capital e trabalho a sua fonte (CALLINICOS, 2004).

Quanto à questão central do desenvolvimento, é importante denotar o real impacto e a significativa mudança no bem-estar para a grande maioria da população, seja ela nacional ou global. Contudo, enquanto de um lado defende-se a ideia de que desenvolvimento deve estar alicerçado a uma maior igualdade interna, nos moldes de uma transformação social fundamental, de outro se defende que o desenvolvimento significa crescimento econômico, ou

seja, em termos majoritariamente quantitativos de alcance e replicação das atitudes do “líder”, que nesse caso seria a hegemonia (WALLERSTEIN, 2006).

Entretanto, “transformação social” e “compensar o atraso” são objetivos excepcionalmente distintos. Para Wallerstein (2006, p. 136) “os Estados sempre deram prioridade a compensar o atraso”, o que, de certa maneira, responde justamente ao posicionamento desses atores internacionais em determinada estratificação da economia global. Ainda para o autor, caso grandes potências emergentes, como China, Índia ou Brasil, buscassem compensar esse atraso, outro espaço do sistema declinaria no lócus de acumulação de capital, a julgar pela estrutura de desigualdade do próprio capitalismo e o funcionamento dessa compensação à custa de outro.

Entre 1750 e 1950, “alguns países lograram “desenvolver-se” ou “industrializar-se”, sendo comum que esse último seja tomado como sinônimo ou indicador de desenvolvimento” (WALLERSTEIN, 2006, p. 138). Para o autor, o desenvolvimento nacional é uma ilusão – visto que o que se desenvolve não é uma indústria nem uma economia nacional, mas sim toda uma economia mundial capitalista (ARRIGHI, 1996). Todavia, esse desenvolvimento pode ser considerado um princípio norteador. A participação do Estado, neste ponto, não é irrelevante, até porque muitos aparatos do Estado podem auxiliar e apoiar na conquista desse princípio, mas não devem ser o motor principal para o desenvolvimento. Destaca-se, ainda, que:

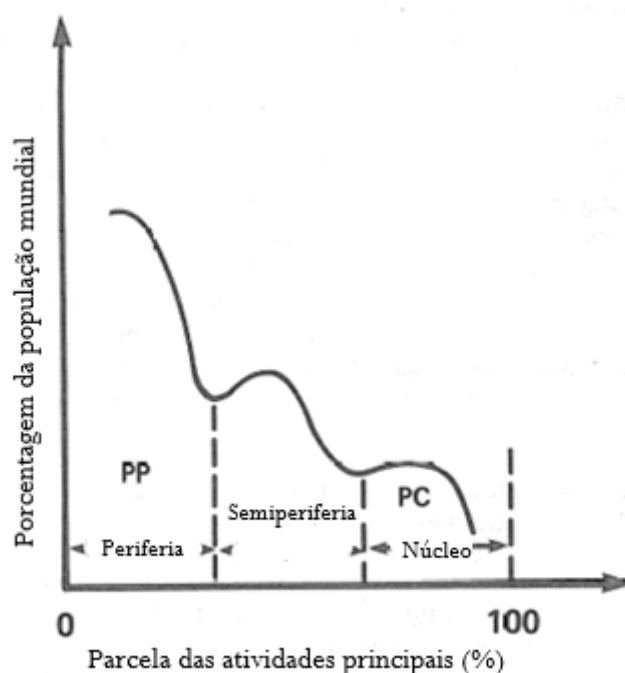
o poder que cada aparato de Estado tem de dar forma às relações núcleo orgânico-periferia é sempre limitado pelo poder que os outros Estados têm de fazer o mesmo, e, sobretudo, pelas pressões competitivas geradas continuamente pelas inovações econômicas (ARRIGHI, 1997, p. 153).

Giovanni Arrighi (1997) se debruça nas considerações da estratificação da economia mundial, relatando a existência significativa de Estados posicionados em posições centrais, intermediárias e periféricas, possuindo padrões de acumulação divergentes no sistema internacional. Enquanto para os teóricos da modernização as posições intermediárias, ou seja, dos Estados que se encontram na semiperiferia, são transitórias, isto é, estão nesta posição porque é um caminho comum para o desenvolvimento, os teóricos da dependência acreditam que esse posicionamento é residual, sendo uma posição factual em que o Estado foi compelido a estar por conta das tendências polarizadas da economia mundial.

Para Rostow (1964), por exemplo, o seguimento de cinco etapas do desenvolvimento proporcionaria a ascensão de um Estado, a começar pela etapa da sociedade tradicional, cuja

estrutura possui funções de produção limitadas com ênfase no sistema agrícola; posteriormente, a etapa das condições para o arranco, demarcado por uma transição de novas funções de produção, com destaque para a agricultura e a indústria, e a expansão dinâmica de mercados mundiais e concorrência internacional; a terceira etapa é classificada pelo arranco, intervalo em que obstruções ao desenvolvimento são finalmente superadas, e o desenvolvimento se torna uma situação normal, com geração de progresso técnico tanto agrícola como industrial; a quarta etapa estaria pautada na marcha para a maturidade, período em que a produção supera o incremento demográfico e novas indústrias surgem no seu contexto, com forte destaque para a economia no panorama internacional; e por fim, a última etapa é observada como a era do consumo em massa, com ênfase em produtos de consumo duráveis e elevação da renda per capita.

Figura 01 – Distribuição hipotética da população mundial (porcentagem da população mundial por combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia do Estado de residência).



Fonte: The stratification of the world-economy: an exploration of the semiperipheral zone (ARRIGHI, DRANGEL, p. 1986).

Nota: Tradução nossa.

A figura acima retrata a distribuição trimodal criada para facilitar a observação das três zonas da estratificação econômica global no século XX. É possível verificar que a grande maioria da população mundial estava concentrada na zona periférica do sistema, e que nesse

período de observação, compreendido entre 1938 e 1983, a estratificação global permaneceu relativamente estável, sendo a periferia o estrato com a maior concentração populacional e vivendo em desigualdade. Constata-se, segundo o autor, que houve uma forte onda de periferização a partir dos anos 50 e 60, agravando o posicionamento e a desigualdade global dos Estados da periferia, distanciando ainda mais sua caminhada rumo às zonas superiores. O tamanho da semiperiferia, dentro desse período de análise, também se manteve constante (ARRIGHI, 1997).

“Enquanto o tamanho da periferia em relação ao tamanho do núcleo orgânico é, no começo da década de 80, mais ou menos o que era na década de 40, a distância entre as recompensas modais das duas zonas se ampliou consideravelmente” (ARRIGHI, 1997). Nos 45 anos de observações efetuadas por Arrighi (1997), o autor argumenta o baixo reflexo das tendências polarizadoras da economia mundial frente à zona semiperiférica, ou seja, essas tendências pouco afetaram o tamanho e a posição do estrato intermediário neste período de análises. Salienta-se, novamente, a característica de excepcionalidade da mobilidade para cima ou para baixo de um Estado dentro dessa estrutura trimodal, e a comprovação do autor quanto a não alteração substancial da composição dos Estados nesse contexto.

A reprodução dessa estrutura em três camadas está bastante alicerçada às consequências desiguais proporcionadas pelos Estados em impor e resistir a própria periferização. Arrighi (1997) apresenta, ainda, a ascendência do Japão e da Itália da semiperiferia para o núcleo orgânico, o caso da Coreia do Sul e Taiwan como exemplos de ascendência da periferia para a semiperiferia, e o caso de Gana, país africano que experimentou a mobilidade descendente da semiperiferia para a periferia.

É bastante pertinente frisar que as investigações realizadas por Arrighi (1997) estabeleceram importantes evidências sobre o funcionamento da economia mundial a partir de padrões de estratificação e desenvolvimento que não podem ser totalmente retratados pelas teorias da modernização ou da dependência. Ambas as teorias possuem características convergentes à perspectiva adotada pelo autor, mas não contemplam, de maneira geral, explicações amplas sobre o funcionamento do padrão global dos resultados revelados por Arrighi. Nem a teoria da modernização e nem a teoria da dependência, por exemplo, conseguiram explicar:

a persistência de um grupo intermediário de Estados que, enquanto grupo, não está nem alcançando o pequeno grupo de Estados que estabelecem os padrões de riqueza na economia mundial, nem se juntando ao grande grupo de Estados que estabelecem os padrões de pobreza. Numericamente, trata-se

de um grupo relativamente de Estados – cerca de duas vezes o tamanho do grupo do núcleo orgânico e metade do tamanho do grupo se periférico. Mas sua importância para a política da economia mundial é muito maior do que indicam esses números (ARRIGHI, 1997, p. 190).

Denota-se, a partir disto, a importância da existência de países que se encontram em posição intermediária na luta para o seu desenvolvimento econômico, ou seja, em uma posição semiperiférica na estratificação econômica global. Enquanto as atividades do núcleo orgânico, ou, centro global, controlam grande parte do excedente total das cadeias comerciais, a periferia não controla ou controla pouco esse excedente, haja vista que o primeiro tende a possuir o locus de acumulação e poder e o segundo tende a ser o locus da impotência e da exploração internacional (ARRIGHI, 1997).

A estabilidade desse sistema desigual é perpetuada pela existência da semiperiferia, que compõe a mescla das atividades centrais e periféricas em seu âmbito. Os Estados pertencentes a essa estratificação intermediária conseguem resistir a periferização, visto uma conjuntura mais desenvolvida que os países periféricos, mas não possuindo poder suficiente para superar a fronteira do alto desenvolvimento pertencente aos países do núcleo. Destaca-se, ainda, a contribuição de Schumpeter (1976), que cita a importância das inovações na estrutura econômica capitalista, sendo estas capazes de revolucionar o interior de uma estrutura destruindo uma velha inovação e permitindo o nascimento de uma nova, sendo a “destruição criativa” a essência do capitalismo.

O que se entende por essa passagem, portanto, é a necessidade de países periféricos e semiperiféricos dominarem novas tecnológicas e inovações para que estes sejam capazes de ultrapassar as fronteiras da estratificação da economia global e se equipararem ao núcleo. Entretanto, é uma consideração bastante difícil haja vista as instabilidades e desigualdades internas dentro desses países, havendo a contribuição da corrupção, da especialização de produtos de baixo valor agregado, conflitos internos e entre outros elementos que dificultam o alcance dos objetivos do desenvolvimento.

É bem verdade relatar que a evolução histórica do capitalismo reproduziu uma significativa assimetria na distribuição do trabalho pelo mundo. O conceito de divisão internacional do trabalho, por esse prisma, está intrínseco a um “grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão de obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial” (POCHMANN, 2012). Essa repartição capitalista do trabalho produziu assimetrias na divisão das rendas e dos postos de trabalho pelo mundo, impactando, por fim, a visualização do mosaico internacional.

“O caráter que dá unidade à economia-mundo é [...] a divisão mundial do trabalho. Tem-se, assim, uma noção de divisão social do trabalho que se importa não apenas com seu caráter funcional, mas também com sua dimensão espacial” (ARIENTI, FILOMENO, 2007, p. 106). Entende-se, portanto, como divisão internacional do trabalho o modo em que “alguns países produzem matérias-primas, outros produzem produtos semi-industrializados e industrializados de baixa e média tecnologia e outros de alta tecnologia” (MARTINS, 2015). Enquanto a abordagem marxista observa a distribuição desigual do produto do trabalho acerca das classes sociais, a abordagem do moderno sistema mundial capitalista retrata essa divisão na distribuição desigual entre as regiões que participam da produção global.

Há, portanto, na distribuição e na produção do excedente do capital mundial, desigualdades sociais e regionais. Na divisão mundial do trabalho, por exemplo, essa assimetria na distribuição do excedente pode ser analisada a partir da divisão dos capitais, que estão concentrados em regiões centrais e que absorvem o excedente não somente gerado pelos seus trabalhadores, mas também daqueles que estão alocados em outras regiões, como a periferia.

É interessante frisar, por esse prisma, a importância das cadeias mercantis internacionais, que estão conectadas ao comércio de longa distância nas variadas regiões do globo. Tais cadeias possuem características produtivas e comerciais compondo uma produção de mercadorias, desde a exploração mais simples, como as matérias-primas, realizadas nas regiões periféricas, até a produção de produtos de alto valor agregado, geralmente realizado no centro do sistema. O valor de uma determinada mercadoria é dado pelo trabalho realizado nos diversos âmbitos da cadeia, contudo, a distribuição desse valor não é efetuada de maneira equitativa.

A divisão do trabalho entre regiões é estabelecida pelos Estados mais fortes, uma vez que os capitalistas locais conseguem controlar as etapas dos processos produtivo e comercial para absorver um maior grau de excedente gerado em uma cadeia mercantil. Tal assimetria no controle das atividades produtivas perpetua, por fim, a concentração do excedente, a troca desigual e a própria desigualdade internacional, o que gera a forte diferenciação entre regiões e Estados (ARIENTI, FILOMENO, 2007).

O conceito centro-periferia explica a transferência de excedente gerado pela produção de determinadas atividades para outras atividades que fazem parte da cadeia mercantil e estão concentrados em uma dada região. Os capitais utilizam vários expedientes monopolistas, sejam econômicos e/ou políticos, como o apoio de seu Estado nacional, para garantir a absorção da maior

parte do valor gerado na cadeia mercantil [...]. Como um processo da economia-mundo capitalista, a divisão mundial do trabalho e a distribuição desigual do excedente geram atividades centrais e periféricas conforme a capacidade de a aliança capital e Estado absorver excedentes dos vários elos das cadeias mercantis, por meios econômicos e extra-econômicos. Historicamente, capitalistas e Estados organizam o processo de produção mundial entre várias regiões geográficas, de forma que haja uma concentração de atividades monopolistas em determinadas regiões, tornando-as regiões centrais [...], e atividades sem condições de escapar da concorrência de seus competidores e da troca desigual dos monopolistas em outras regiões, tornando-as regiões periféricas [...] (ARIENTI, FILOMENO, 2007, p. 108, grifo nosso).

2.2 INSUBORDINAÇÃO FUNDADORA, IMPULSO ESTATAL E LIMIAR DE PODER COMO CONTRAPONTO E COMPLEMENTOS À PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO

Para Marcelo Gullo (2014) o verdadeiro segredo para o desenvolvimento de um país está naquilo que ele chama de insubordinação fundadora e impulso estatal, processo em que, se historicamente analisado, Estados Unidos, Alemanha, Japão e China conseguiram promover dentro das suas jurisdições. A superação da condição periférica, segundo o autor, se deve a uma contestação à propagação do pensamento dominante, que seria o livre comércio, em que os Estados deveriam agir de forma insubordinada a essa ideologia e promover um impulso, mediante um satisfatório protecionismo doméstico, de ações direcionadas a políticas de industrialização. Portanto:

1) os estados que se encontram na periferia da estrutura do poder mundial só podem mudar sua condição de “objetos”, convertendo-se em “sujeitos” da política internacional, a partir de um processo de *insubordinação fundadora*; 2) na origem do poder dos Estados está presente, geralmente, o *impulso estatal*, que é o que provoca a reação em cadeia de todos os elementos que compõem, em potência, o poder de um Estado; 3) todos os processos emancipatórios bem-sucedidos foram o resultado de uma adequada conjugação de uma atitude de *insubordinação ideológica* contra o pensamento hegemônico e de um eficaz impulso estatal (GULLO, 2014, p. 19, grifo do autor)

É importante acentuar, novamente, que para os teóricos da perspectiva dos sistemas-mundo, o que se desenvolve não é uma indústria ou uma economia nacional, mas sim toda uma economia mundial capitalista, com especial ênfase às fases de expansão material e expansão financeira. Salienta-se, portanto, que as ações tomadas pelos agentes preponderantes

desse sistema consistiram na promoção, regulação e organização da expansão e reestruturação da economia mundial capitalista ao longo da história (ARRIGHI, 1996).

Ao observar o contexto histórico dos principais países que atualmente conformam o centro do poder mundial, é possível notar a forte presença do Estado como referência do desenvolvimento a partir de, por exemplo, concessões de subsídios para atividades científico-tecnológicas, investimentos públicos e proteção do mercado doméstico. Hoje, esses mesmos países ocultam e destoam a importância do impulso estatal para o desenvolvimento interno de uma nação, realizando críticas aos países em desenvolvimento que, por tentativa, buscam efetuar os mesmos passos e medidas que as unidades políticas do centro global executaram nas suas histórias individuais para alcançar o poder (CHANG, 2004).

É por meio de uma propaganda ideológica e chutando a escada do alcance do desenvolvimento, que os países desenvolvidos conseguem manter o ordenamento do sistema internacional a disposição dos seus interesses. Chang (2004), por essa ótica, questiona as contradições geradas pelos países desenvolvidos em âmbito internacional ao analisar, historicamente, o desenvolvimento dessas economias e suas ações no contexto contemporâneo do sistema. O autor retrata a contradição existente à visão ortodoxa da história do capitalismo global, visto que as unidades políticas existentes no estrato central do sistema não seriam o que são hoje se seguissem as suas próprias recomendações políticas destinadas ao restante dos países - encontrados na periferia e na semiperiferia do sistema, como retratado pelos teóricos dos sistemas-mundo.

Os países em desenvolvimento, por exemplo, têm sofrido fortes pressões por parte de economias já desenvolvidas para adotar "boas políticas" e "boas instituições" internamente. Entre as boas políticas destacam-se as prescrições ordenadas pelo Consenso de Washington, como a liberalização do comércio, políticas macroeconômicas restritivas, privatizações e desregulamentações, enquanto as boas instituições se constituem por aquelas já existentes e delimitadas pelos países desenvolvidos, como a presença da democracia, o Judiciário independente, a defesa da propriedade privada e uma governança orientada ao mercado (CHANG, 2004).

Os Estados nacionais não são iguais aos outros. A desigualdade global tem em seu âmago a relação de posse do poder que determinados Estados possuem diante de outros à vista da busca de vantagens no cenário internacional em detrimento dos menos abonados. Enquanto Gullo (2014) chama a atenção para o poder, Arrighi (1996) classifica a acumulação injusta da mais-valia global ao questionamento da desigualdade internacional. O poder tem

sido a condição necessária para “minimizar, neutralizar ou evitar a subordinação política e a exploração econômica” (GULLO, 2014, p. 23).

O poder se tornou, para Gullo (2014), condição mister para garantir a segurança, atenuar a cobiça e escapar de uma possível subordinação militar, econômica ou ideológico-cultural. O autor examina o cenário internacional a partir da existência de senhores e servos, delimitados em Estados subordinadores e Estados subordinados, que para os teóricos dos sistemas-mundo contemplam os Estados centrais e periféricos, respectivamente. São os Estados subordinadores que utilizam, por fim, o poder militar, econômico e cultural para consagrar seus exercícios de domínio.

É difícil para um Estado periférico alcançar sua própria autonomia e traçar seu destino individual quando o poder dos Estados centrais faz com que a periferia recue por temor a possíveis sanções e bloqueios à sua liberdade. O temor conduz para aquilo que Gullo (2014, p. 25) chama de realismo colaboracionista, onde o Estado “abdica da capacidade de conduzir seu destino, se coloca em situação de subordinação passiva, atando sua sorte à boa vontade do Estado subordinador”. Em contrapartida, o desejo de dirigir seu próprio destino levaria o Estado a um realismo liberacionista, em que o Estado buscaria transformar sua realidade de subordinação ao iniciar um processo de mudança histórica para alcançar sua autonomia.

As megaempresas, que também são atores das Relações Internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, assim como outras instituições internacionais, integram esse sistema de subordinação, e auxiliam na dominação e na perpetuação do poder dos Estados centrais em detrimento dos Estados periféricos. Tais instituições internacionais não existiam como complemento e apoio aos países hoje reconhecidos como desenvolvidos (antes do fim do século XIX e início do século XX). Porém, atualmente esses organismos são considerados essenciais para as economias em desenvolvimento, visto que fazem parte das recomendações controladas pelo *establishment* (CHANG, 2004).

Gullo (2014) retrata que a atual realidade se debruça na teoria das estruturas hegemônicas de poder, uma vez que a dinâmica e o cenário internacionais em que se concentram os Estados periféricos se organizam em torno dessas estruturas, com poder político e econômico formado pelos Estados centrais. Essas estruturas hegemônicas são resultados do processo histórico global, que favoreceram os países do núcleo assim como a perpetuação dos seus poderes.

Na primeira onda globalizante, a liderança das estruturas hegemônicas foi conduzida pela Espanha e desafiada pela Inglaterra; esta, por sua vez, liderou

a segunda fase da globalização. Por sua vez, a liderança inglesa foi desafiada primeiro pela França e depois pela Alemanha. Hoje, na terceira etapa da globalização, a liderança é exercida pelos Estados Unidos, um “Estado continente” convertido em superpotência e único, entre as grandes potências, cujos interesses econômicos, políticos e militares abrangem todas as áreas da superfície terrestre. Esta liderança – hoje, indiscutível – será, muito possivelmente, desafiada pelo emergente poder chinês (GULLO, 2014, p. 36, grifo do autor).

Arrighi (1996), em contrapartida, destaca a importância dos ciclos sistêmicos de acumulação para identificar não somente os padrões em que se reproduzem as fases da expansão financeira e as reestruturações sistêmicas, mas como também as anomalias da expansão financeira que garantem o rompimento dos padrões anteriores. Os ciclos sistêmicos, à vista disso, são consecutivos e se superpõem, servindo, por fim, como análise dos processos mundiais de acumulação de capital que, de forma histórica, construíram o atual cenário internacional. Segundo Guimarães (2001), são as estruturas que geram o próprio cenário internacional, influenciando os diferentes níveis de atividades das sociedades e dos Estados. O processo de subordinação, por fim, pode ser observado como uma característica permanente, a julgar pela necessidade da subordinação da periferia como condição primordial para a subsistência dessas estruturas.

De um modo geral, de acordo Guimarães (2001), o objetivo das grandes potências em relação aos Estados periféricos se concentra em “garantir que seu desenvolvimento político, militar e econômico não afete seus interesses locais, regionais e mundiais”, e é com a utilização da formação da elite na periferia que os Estados centrais convenceriam a população periférica a se contentar com sua posição subordinada enquanto o núcleo goza dos privilégios comerciais e financeiros, por exemplo. Os Estados periféricos, portanto, estariam sujeitos a dois tipos de subordinação. A primeira está atrelada a uma “subordinação geral”, haja vista as estruturas hegemônicas de poder, enquanto a segunda seria uma “subordinação específica”, em que a periferia se submete ao domínio de uma potência em alguma área de influência em que se concentra (GULLO, 2014).

É importante destacar que tanto as estratégias de geração de ideologias quanto de formação de elites e difusão ideológica têm como objetivo final atingir a subordinação ideológico-cultural dos Estados periféricos. É por meio desta subordinação que os Estados centrais conseguem fazer uso da ameaça da força pela sedução e persuasão. Os instrumentos oficiais, como os organismos estatais, e não oficiais, como a expansão da cultura hegemônica, são os meios com que os Estados centrais lidam com a consolidação dessa subordinação, que

é sutil e a mais bem-sucedida forma estratégica de manutenção das estruturas de poder (GULLO, 2014). Acentuam-se, nesta passagem, as argumentações de Joseph Nye (2002), que cita a importância do poder duro e do poder brando nessa linha de pensamento de dominação.

Para Nye (2002) o poder duro está pautado tanto no poder militar quanto no poder econômico, visto que induzem os demais a mudarem sua postura de forma coercitiva. Tal poder duro se apoia nas induções e nas ameaças, diferente do poder brando, que tem uma forma de atração muito mais leve, uma vez que faz os outros agirem da forma que o indutor deseja sem a aplicação da força, havendo a cooptação e não a coação. O poder brando, portanto, é mais do que uma fonte de influência. É mais do que persuasão ou capacidade de movimentar as pessoas pela argumentação. O poder brando tem em seu âmago a capacidade de seduzir e atrair o seu alvo, seja por meio da cultura, política ou comportamento.

O intuito não é de conquistar território físico, mas sim a mente dos homens como ferramenta de modificação das relações de poder. A subordinação de um Estado, desta maneira, pode prejudicar gravemente sua estrutura de poder, a julgar pelo convencimento ideológico desenvolvido nesse contexto e a evolução de vulnerabilidades do Estado nacional, principalmente na consecução dos seus interesses nacionais. A subordinação condiciona nocivamente “a orientação estratégica da política econômica, da política externa e, o que é mais grave ainda, corrói a auto-estima da população, debilitando a moral e o caráter nacional” (GULLO, 2014, p. 42).

Outra análise interpretativa de Gullo (2014, p. 45) sobre a passagem de um Estado periférico, ou subordinado, para um Estado central, ou subordinador, é a ideia de limiar de poder, que seria um “*quantum* de poder mínimo necessário abaixo do qual cessa a capacidade de autonomia de uma unidade política”, ou seja, é o poder mínimo para que um Estado não caia no estágio de subordinação em algum momento da história dentro do cenário internacional. Apenas as nações que conquistam esse limiar de poder conseguem se tornar verdadeiros sujeitos da política internacional, enquanto as nações que não conquistam esse limiar permanecem como objetos da política internacional. A construção desse poder, todavia, vai derivar de um forte impulso estatal para mobilizar recursos potenciais e garantir a força potencial. Os Estados centrais, em contrapartida, tentam inibir a busca ou a realização desse impulso estatal, haja vista o desejo central de não alteração na correlação das forças no sistema internacional – manutenção do *status quo*.

Pondera-se, novamente, que para os teóricos dos sistemas-mundo como Arrighi (1996), por exemplo, essa transição dos Estados nacionais entre os estratos econômicos é uma

característica bastante excepcional dentro da história do capitalismo global. A mobilidade das unidades políticas, dentro das observações do autor, tem sido algo significativamente incomum e substancialmente linear, sem grandes mudanças. A conquista de uma maior autonomia e crescimento dentro da conjuntura internacional por meio do acesso à indústria, por exemplo, não delimitou um maior protagonismo ou poder para os Estados concentrados nos estratos da periferia ou semiperiferia do sistema. A ideia de um impulso estatal para o alcance do desenvolvimento a partir da indústria, por fim, não expressou o *quantum* de poder necessário para a passagem de um Estado periférico ao centro do poder mundial, como citado por Gullo (2014) em suas investigações. Mais informações sobre a importância da indústria para os Estados alocados nos estratos intermediário e inferior encontram-se na terceira seção deste trabalho.

É bem verdade, contudo, que tanto as observações de Gullo (2014) como a de Arrighi se complementam em certos pontos, como nas suas investigações sobre o contexto histórico. Na formação dos Estados nacionais, por exemplo, Espanha em 1492, França em 1453 e Inglaterra em 1558, elevaram o limiar de poder da conjuntura internacional, e as unidades políticas que não conseguiram se converter em Estados nacionais também, como as cidades-estados da península itálica, se tornaram, gradualmente, em Estados subordinados. A mesma situação pode ser observada com a Grã-Bretanha, que se converteu anos depois no primeiro Estado-nação industrial e elevou ainda mais o limiar de poder no sistema, fazendo com que os outros Estados buscassem atingir o mesmo nível de poder para manter sua capacidade de autonomia e não se tornarem nações subordinadas à liderança britânica. Não obstante, os Estados Unidos surgiram, posteriormente, como o centro da economia capitalista, visto que o país detinha características superiores em questões de riqueza, dimensão e recursos, minando o poder da até então hegemonia britânica e consolidando o quarto ciclo sistêmico de acumulação como retratado por Arrighi (1996).

2.3 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, EXPANSÃO FINANCEIRA E CRISE SISTÊMICA

O processo de acumulação de capital tem sofrido notórias modificações desde o fim do século XX. Na década de 1970, falava-se em crise e na realocação dos processos dessa acumulação no que se refere à configuração do capital, onde este se deslocava de países e regiões de alta para baixa renda. Na década de 1980, em contrapartida, o movimento reverso

parecia estar em curso, com a centralização do capital nos países e regiões de alta renda. De qualquer maneira, Sassen e Scott (1988) assim como Storp e Walker (1989) destacam, aqui, a importância da mobilidade geográfica do capital (apud ARRIGHI, 1996 p. 1). É possível argumentar, levando em conta as observações de Aglietta (1979b), De Vroey (1984) e Lipietz (1987, 1988), que o modo de funcionamento do capitalismo tem experimentado uma crise estrutural na “regulação de acumulação” do modelo fordista-keynesiano (apud ARRIGHI, 1996), que é uma fase particular do desenvolvimento histórico do capitalismo mundial

caracterizado por investimentos em capital fixo que cria uma capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa [...]. O “keynesianismo” é descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial. E este, por sua vez, é concebido como a causa fundamental da crise da década de 70 (ARRIGHI, 1996, p. 2).

O surgimento de sistemas de especialização flexível, ou, como diria David Harvey (1989), de uma acumulação flexível, tem gerado uma tendência à informalização, com o fim daquilo que Scott, Lash e John Urry (1987 apud ARRIGHI, 1996) apontam como uma passagem do capitalismo organizado para a ascensão e consolidação do capitalismo desorganizado, que tem características de desconcentrar e descentralizar o capital. A crise da década de 1970, composta pela tentativa norte-americana e britânica de manejar o crescimento econômico na conjuntura do pós-guerra com políticas monetárias frouxas, desarticulou, portanto, o regime fordista-keynesiano, que segundo Harvey (1989) gerou uma guinada em favor ao capital financeiro em detrimento do poder do Estado nacional. Tal acontecimento proporcionou uma espetacular expansão de mercados financeiros e na coordenação das finanças globais, se tornando uma novidade para o capitalismo do século XX, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, que fomentou e constatou a real emergência da acumulação flexível.

Ainda para Harvey (1989) a acumulação flexível nada mais é do que uma resposta às crises do capitalismo, que traz como solução a presença da financeirização. Para Foster e McChesney (2012) a grande questão mundial acerca do capitalismo contemporâneo está na problemática da estagnação das economias. O lento crescimento prolongado tem sido a característica principal dessa estagnação, que afeta, por fim, toda a constelação internacional. A crescente preocupação com a desaceleração das economias, principalmente das mais ricas, como Estados Unidos, Japão e a Europa, tem sido notada desde a década de 1960. Os Estados Unidos, em especial, não conseguiram recuperar sua taxa de crescimento desde então, apesar

das enormes vantagens e estímulos oferecidos pelos aumentos de gastos militares, bolhas financeiras e exploração contínua de sua posição privilegiada como hegemonia mundial, como também, a utilização do dólar como moeda referencial.

A taxa de crescimento estadunidense em 1970 foi 27% menor do que 1960, e entre 2000 e 2011 a taxa de crescimento foi 63% menor que a década de 1960. É por conta dessa tendência à estagnação subjacente que a economia norte-americana e as demais economias mundiais se tornaram tão dependentes da financeirização. Estagnação e financeirização, portanto, podem ser vistas como fenômenos interdependentes, onde a primeira é a armadilha da segunda. Destaca-se, ainda, o agravamento desse contexto pela absorção de capital excedente e instabilidades financeiras que ocorrem no estrato central da economia mundial, ou seja, o excesso de acumulação gerada no núcleo orgânico, que tem piorado as taxas de crescimento econômico internacionalmente (FOSTER, MCCHESENEY, 2012).

A mudança na economia de produção para as finanças especulativas, a partir da década de 1980, foi a tentativa encontrada para estimular o crescimento global, transformando, portanto, o centro de gravidade das atividades econômicas. Diante da saturação do mercado e do desaparecimento de oportunidades lucrativas de investimento na economia real, esta deu espaço para o aumento do uso especulativo do excedente econômico, que iniciou a geração de ganhos de capital por meio da inflação de ativos. Tais questões resultaram no declínio de investimentos de longo prazo, na indústria de transformação, nas taxas de crescimento e nas estruturas de produção. Entretanto, mesmo com o declínio nas taxas de investimentos ocorreram aumentos na produtividade na indústria, o que levou à expansão do excesso de capacidade produtiva, indicando a superacumulação e geração de excedente de capital (FOSTER, MCCHESENEY, 2012).

O sistema econômico mundial está submetendo a comunidade internacional a um processo de acumulação de capital monopolista extremo e distorcido, fazendo com que se mantenha a reprodução da desigualdade e das condições de estagnação e instabilidade financeira (FOSTER, MCCHESENEY, 2012). Assim como já observado por Fernand Braudel (1982), que pontuou a flexibilidade e o ecletismo como características essenciais do capitalismo histórico, Marx, em sua fórmula geral para o capital – DMD' – também assinalou a questão da flexibilidade e da liberdade de escolha acerca do capital.

[...] quando os agentes capitalistas não têm expectativa de aumentar sua própria liberdade de escolha, ou quando essa expectativa é sistematicamente frustrada, o capital tende a retornar a formas mais flexíveis de investimento

[...]. Em outras palavras, os agentes capitalistas passam a “preferir” a liquidez [...] (ARRIGHI, 1996, P. 5).

Tal contextualização, segundo a visão braudeliana, demarca a presença da expansão financeira, que é um sintoma da maturidade do desenvolvimento capitalista. Braudel (1984) apresenta, a partir da conjuntura histórica, a comprovação dessa demarcação quando cita, por exemplo, a retirada dos holandeses da dinâmica comercial em meados do século XVIII para se transformarem nos “banqueiros da Europa”. Tal retirada consolidou o final da fase hegemônica holandesa, e a mesma tendência pode ser observada pela Itália no século XV, e pelos ingleses no fim do século XIX e início do século XX, pós-absorção dos incriveis benefícios gerados pela revolução industrial, que criaram um excesso de capital monetário. Por esse prisma, é evidente citar, também, o acontecimento desta mesma tendência de expansão financeira por parte dos Estados Unidos, que tem tomado rumo semelhante desde as décadas de 1970 e 1980 (ARRIGHI, 1996, p.5).

A presença do capital financeiro indica, portanto, o amadurecimento do desenvolvimento capitalista. Para Marx, o âmago desse padrão é dividido em épocas de expansão material (DM) com fases de renascimento e expansão financeira (MD’). Nas fases de expansão material o capital movimenta uma massa de produtos, enquanto as fases de expansão financeira uma massa de capital monetário liberta-se de sua forma de mercadoria, o que gera acumulação por meio das finanças. A junção dessas duas fases constitui o ciclo sistêmico de acumulação marxista, reconhecido como DMD’. O que se percebe nos últimos quinhentos anos no tocante à expansão do poder capitalista é a competição interestatal pelo capital circulante, bem como as estruturas políticas formadas pelas capacidades organizacionais, que, de modo interdependente, se tornam cada vez mais complexos e amplos para dominar o cenário social e político (ARRIGHI, 1996, p. 6).

As mudanças ocorridas, portanto, pelo domínio do cenário social e político estão associadas a uma revolução organizacional nas estruturas e nas estratégias dos atores da expansão capitalista, em que uma nova região apresenta vantagens e vitórias sobre uma antiga. Esta antiga, determinada como um centro em declínio, busca apropriar-se dos excedentes gerados pela nova região ascendente, caracterizada como o novo centro de acúmulo. Os fluxos de capital estabelecem as expansões financeiras no decorrer da história capitalista. Entretanto, o cenário da economia internacional no fim do século XX observava um caminho inverso, onde era possível assistir a expansão da região asiática, dominada pelo crescimento principalmente japonês e de outras economias menores do leste asiático, que, aos

poucos, se transformaram no novo centro de acumulação de capital, mas sem o declínio do capital estadunidense em prol a esse novo centro emergente. Os Estados Unidos, ao contrário, conseguiram atrair investimentos estrangeiros para seu território. (ARRIGHI, 1996, p. 15).

Os excedentes japoneses, desta forma, migraram em direção à hegemonia global, assim como ocorreu com os excedentes britânicos no fim do século XIX. Atualmente, estaria esse excedente migrando para a China? Haja vista esta possibilidade em curso, os centros tradicionais do poder capitalista necessitam, por conseguinte, “reestruturar e reorganizar suas próprias indústrias, suas próprias economias e seu próprio estilo de vida” (ARRIGHI, 1996, p. 23), uma vez que um novo centro dinâmico está surgindo, e este pode efetuar uma significativa reorganização do espaço político-econômico mundial.

A escala, o âmbito e a sofisticação das técnicas da expansão financeira, hoje, promovidas pela China, são muito maiores que as expansões anteriores, e têm formado “blocos cada vez mais poderosos de organizações governamentais e empresariais como principais agentes da acumulação de capital em escala mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 309). A formação desses blocos é justamente o ponto fraco das crises e contradições dos blocos anteriormente dominantes. E para compreender a ascensão e a modificação da estratificação econômica global no cenário internacional atual, é necessário analisar as crises e as contradições do regime norte-americano, que, na atualidade, tem sofrido com as ameaças do crescimento chinês e sua expansão por todo o sistema. As crises sinalizadoras e as crises terminais apresentadas por todas as hegemonias anteriores não passam despercebidas pela realidade estadunidense (ARRIGHI, 1996, p. 310).

Indícios da crise sinalizadora na hegemonia global podem ser observados entre 1968 e 1973, em três esferas divergentes e interligadas. A primeira, militarmente, com as sérias dificuldades do exército americano em solo vietnamita. A segunda, financeiramente, com a quebra do sistema de Bretton Woods. E a terceira, ideologicamente, haja vista a contradição comunista em âmbito internacional e a perda de legitimidade ideológica norte-americana durante a Guerra Fria. A “expansão financeira da economia mundial capitalista centrada nos Estados Unidos foi um aspecto integrante e precoce [da sua] crise” (ARRIGHI, 1996, p. 310, grifo nosso).

Essa crise sistêmica, resultado do esgotamento da revolução organizacional do regime norte-americano, fez com que o governo estadunidense se debruçasse em novas ações para conter o desequilíbrio assinalado. Atividades de corte de custos foram necessárias, e podem ser ponderadas em três formas. A primeira foi a substituição de mão de obra remunerada mais

cara por mais barata no interior das economias centrais, com destaque para a mão de obra feminina e imigrante. A segunda foi a substituição de mão de obra cara por mão de obra barata além das fronteiras do país, principalmente em regiões periféricas, onde as economias do núcleo orgânico realocaram suas fábricas e substituíram sua produção doméstica para economias de menor renda. E por fim, a substituição da força de trabalho proletária pela intelectual e científico, com transferência do poder social do proletário para a classe dos intelectuais e cientistas (ARRIGHI, 1997).

Segundo Phillips (1993 apud ARRIGHI, 1996, p. 325) “a preocupação excessiva com as finanças e a tolerância para com as dívidas parecem ser típicas das grandes potências econômicas em seus estágios finais. Elas prenunciam o declínio econômico”. A situação dos Estados Unidos, no que se refere à crescente influência das finanças na sua economia, principalmente a partir da década de 80, pode ser assemelhada com a realidade da Grã-Bretanha da época eduardiana, com a Holanda no período dos chinós, e com a Espanha na Era dos Genoveses.

O impulso “regulatório” do regime norte-americano desenvolveu-se em resposta às disfunções do impulso “desregulatório” do regime britânico. E, portanto, é bem possível que o impulso “desregulatório” de hoje seja indicativo de uma nova oscilação da economia mundial capitalista para a “liberdade econômica” (ARRIGHI, 1996, p. 341).

A crise militar norte-americana assim como a sua legitimidade do poder mundial expressou baixa capacidade em lidar com os problemas e desafios emergentes da descolonização no Terceiro Mundo. A problemática estava acerca da acomodação dessas novas nações emancipadas na rígida estrutura de poder da ordem mundial no período da Guerra Fria. As dificuldades americanas de lidar, portanto, com essa nova questão no cenário global, permitiu que o poder soviético se expandisse para as nações descolonizadas, que, conseqüentemente, eram vistas como uma ameaça ao poder e aos objetivos da hegemonia mundial, haja vista, também, que a plena soberania e decisões dessas novas nações refletiram em graves preocupações a ela (ARRIGHI, 1996, p. 332).

Não obstante, o Terceiro Mundo, ou, Sul Global, também tinha importância mister para as estratégias não somente políticas como econômicas para os Estados Unidos e as outras economias do Primeiro Mundo, ou, Norte Global. A julgar pelo crescimento e pela recomposição da Europa Ocidental e do Japão no Pós-Guerra, e seus elevados números de trabalhadores, bom andamento da economia e fortes demandas internas, observou-se o Sul

Global como um reservatório de recursos naturais e humanos capaz de satisfazer as necessidades das economias do Norte, com destaque para os insumos primários. A tentativa de expandir a máxima flexibilidade possível em conjunto com a consolidação de atividades empresariais na jurisdição do Sul Global permitiu a criação de laços organizacionais nas nações descolonizadas, o que gerou, por fim, o alcance estratégico da utilização dos benefícios dessas economias (ARRIGHI, 1996, p. 333).

É evidente que grande parte da dinâmica econômica global está centrada, atualmente, na região asiática, especialmente na jurisdição chinesa. A substituição de uma região antiga (Ocidente) por uma nova (Oriente) como centro dinâmico da acumulação de capital em escala mundial já é uma realidade. Desta maneira, é preciso destacar o início desse grande salto efetuado pela região asiática, em especial, no leste asiático, para compreendermos a dominação chinesa no cenário internacional contemporâneo, como investigado no próximo capítulo.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a possibilidade de ascender na estratificação internacional, de investigar a importância do Estado para o desenvolvimento de uma economia e os desafios da financeirização, que traz consigo a estagnação para as economias, nos permite visualizar a dinâmica econômica internacional, que, por fim, se encontra centralizada na região asiática. Um novo centro dinâmico se encontra em construção, e como visto, nem todos podem deter o poder, haja vista a queda de alguns para que outros possam ascender em um sistema de estratos tão desiguais. Tais estratos, pautados de maneira trimodal e delimitados por uma periferia, uma semiperiferia e um núcleo, possuem a desigualdade como o principal fator da sua reprodução. Com contrapontos ou não à perspectiva dos sistemas-mundo quanto à possibilidade de superar o caráter periférico, denota-se, essencialmente, que as investigações efetuadas por Arrighi durante o século XX são primordiais para se observar esse cenário de mobilidade entre os estratos, que, por fim, tem como característica principal a sua excepcionalidade.

3 O NOVO CENTRO DINÂMICO GLOBAL: A IMPORTÂNCIA ASIÁTICA

Com o propósito de avaliar o desenvolvimento da região asiática como novo centro dinâmico do sistema internacional, faz-se necessário recorrer ao contexto histórico para analisar a importância do salto japonês e seus desdobramentos às economias vizinhas com a reprodução das subcontratações de múltiplas camadas, apresentados na primeira e segunda seção deste capítulo. Com a observação da crise sinalizadora estadunidense, o papel da hegemonia na região europeia e, posteriormente, na região asiática, assim como a averiguação de dados relevantes de setores da economia, a terceira seção do presente capítulo busca a conclusão da justificativa da importância e da dinamicidade do continente asiático para o mundo contemporâneo.

3.1 O MILAGRE ASIÁTICO E A ASCENSÃO REGIONAL

O núcleo orgânico é composto por todos aqueles países que, de forma sistemática, estão inseridos nas melhores posições da hierarquia global do valor adicionado, com consolidados padrões de riqueza que muitas outras economias buscam alcançar. Os países pertencentes a este estrato, dentro do ciclo da hegemonia estadunidense, são América do Norte, Europa Ocidental e Austrália. O reposicionamento de países como o Japão, na década de 1940 e 1950, foi assustadoramente similar às trajetórias da Alemanha e da Itália. Em particular, na década de 1960 o crescimento japonês se deu de forma muito mais rápida e consistente do que seus ex-aliados do Eixo. Na década de 1970 o PIB per capita japonês havia superado o italiano, na década de 1980 o alemão, e, posteriormente, já superava de todo o núcleo orgânico (ARRIGHI, 1996, p. 344).

O “milagre asiático”, que começou, de fato, na década de 1970, e que teve em sua raiz o impulso principalmente do leste asiático, sucedeu apenas após a crise sinalizadora do regime de acumulação norte-americano, na mesma década. A Coreia do Sul, como cita Cumings (1993 apud ARRIGHI, 1996, p. 345), ainda era um deficiente de guerra na década de 1960, e considerado um país de baixa renda, embora seu PIB per capita tenha se elevado na segunda metade desta década, o país não conseguiu recuperar as perdas dos cinco anos precedentes em relação ao norte-americano. Hong Kong e Singapura, em contrapartida, saíram-se melhor, mas não superaram Estados maiores de renda média fora do leste asiático, como a Espanha. Entre os Tigres Asiáticos, Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan,

este último foi o que se saiu melhor na década de 1960, mesmo inserido na camada de renda baixa da economia internacional. Apenas o Japão foi o real representante da região que apresentou um crescimento excepcional e a altura dos padrões mundiais da época (ARRIGHI, 1996, p 345).

O salto japonês liderou a arrancada regional, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, graças ao estabelecimento de boas relações de trocas políticas entre seus dirigentes e o governo norte-americano, que forneceu benefícios para a economia asiática se especializar na busca de lucros. A geopolítica estadunidense exigia a sustentação de diversos centros internacionais de produção industrial bem como de acumulação do capital “sobre os quais se assentava a capacidade superior do Mundo Livre, diante do Mundo Comunista” (ARRIGHI, 1997, p.107-108). O Japão, por esse prisma, tinha um valor bastante estratégico para a hegemonia estadunidense, haja vista sua incorporação como um desses centros e a necessidade de transformar sua economia num “bastião e amostra da política norte-americana de contenção do poder comunista na Ásia” (ARRIGHI, 1997, p. 118). Parafrazeando Wallerstein (1979), o Japão foi um caso de “desenvolvimento a convite”, uma vez que permaneceu como um convidado especial americano no exclusivo grupo das nações ricas e poderosas.

“A melhoria da economia japonesa proporcionou ao Estado de Bem-Estar Social e de Guerra norte-americano uma fonte valiosa de manufaturas baratas e boa publicidade para o Mundo Livre” (ARRIGHI, 1997, p. 118). O apoio norte-americano, portanto, foi a fonte primária do renascimento e sucesso da empresa japonesa, que por volta de 1964 já havia gastado cerca de US\$ 7,2 bilhões em aquisições no estrangeiro e gastos militares. Em um período de vinte anos – 1950 a 1970 -, segundo Borden (1984 apud ARRIGHI, 1997), a ajuda norte-americana à economia japonesa foi de cerca de US\$ 500 milhões por ano, enquanto a ajuda para questões econômicas e militares à Coreia do Sul, segundo Cumings (1987 apud ARRIGHI, 1997) chegou à US\$ 13 bilhões, e para Taiwan cerca de US\$ 5,6 bilhões.

Ainda para Cumings (1987 apud ARRIGHI, 1996, p. 346), o impulso industrial do Japão após 1955 foi mais exitoso que aquele tentado em 1930, que, em contrapartida, promoveu a industrialização também nas suas colônias. O Japão foi uma das poucas potências imperialistas que instalou indústrias pesadas e modernas em suas colônias, como na Coreia do Sul e na Manchúria. Entre as indústrias em destaque pode-se citar a siderúrgica, química, automobilística e hidroelétrica. Em 1945, por exemplo, a Coreia do Sul já apresentava uma infraestrutura industrial bastante desenvolvida para os padrões do então Terceiro Mundo.

Contudo, salienta-se, uma vez mais, que expansão industrial não indica sucesso ou fracasso de uma nação, haja vista que a indústria está presente em muitos países, mas a luta pela vantagem competitiva continua dentro do contexto da economia global capitalista. A indústria não necessariamente ajuda um Estado a elevar sua posição na hierarquia do valor adicionado da economia mundial, visto que existem, ainda, muitas outras defasagens em termos desse mesmo valor (ARRIGHI, 1996, p. 346).

A industrialização rápida e a exploração na Coreia do Sul e em Taiwan, por exemplo, aprisionaram os dois países à camada de baixa renda da hierarquia global.

O que transformou a expansão econômica do leste asiático dos últimos [quarenta a cinquenta anos] num verdadeiro sucesso capitalista, em contraste com o fracasso catastrófico da expansão de antes e durante a guerra, não foi a industrialização rápida, como tal. A redução da defasagem no grau de industrialização entre os países de alta renda (nosso “núcleo orgânico”), por um lado, e os de renda baixa e média, por outro, foi uma característica da economia mundial capitalista como um todo desde a década de 1960 [...]. [Entretanto], a corrida pela industrialização encerrou-se, no começo da década de 1980, com um aumento acentuado na defasagem da renda, especialmente no grupo de renda média (ARRIGHI, 1996, p. 347, grifo nosso).

Falar de milagre econômico asiático ou sobre o grande salto efetuado pelo leste asiático, nessa conjuntura, só é válida porque algumas jurisdições conseguiram escapar dessa armadilha da renda. Nesses poucos casos, como é a realidade do Japão, a rápida expansão industrial permitiu o país ascender na hierarquia global do valor adicionado e do capital excedente da economia internacional capitalista. A grande parcela de liquidez que o país conseguiu se apoderar e o sucesso do aumento da renda em seu território nacional destacaram a economia japonesa dentro do sistema naquele momento, em que sua classe capitalista poderia ser equiparada pelas classes capitalistas genovesa, holandesa, britânica e norte-americana na época de seus “respectivos grandes saltos à frente como novos líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital” (ARRIGHI, 1996, p. 349).

Na década de 1980, por exemplo, de acordo com o Banco Mundial (1990 apud ARRIGHI, 1996, p. 350), vários países da região asiática experimentaram a rápida industrialização, mas não apresentaram uma ascensão na hierarquia do valor adicionado da economia mundial capitalista. O crescimento industrial do sudeste asiático estava entre os mais altos do mundo, com uma taxa média anual de 6,8% na Tailândia, 7,3% na Malásia e 13,1% na Indonésia, enquanto a taxa média anual dos países ligados ao Banco Mundial era de 3,8%, e os países de alta renda de 3,2%. No que se refere à comparação entre suas rendas per

capita com as rendas per capita do núcleo orgânico, os três países perderam vantagem para economias como Japão e os Quatro Tigres. Arrighi, Ikeda e Irwan (1993 apud ARRIGHI, 1996, p. 350) destacam, nesse contexto, o decréscimo de 7% do PIB per capita no caso da Tailândia, de 23% da Malásia e de 34% da Indonésia quando equiparados.

Além do mais, evidencia-se, também, a grande capacidade dos Quatro Tigres em conseguir participar e se tornarem beneficiários da expansão financeira na década de 1970. Como exposto por Thrift (1986 apud ARRIGHI, 1996, p. 350) e por Haggard e Cheng (1987 apud ARRIGHI, 1996, p. 350), enquanto Singapura, desde o fim da década de 1960, já estava intimamente interligada na criação do mercado asiático de dólares, Hong Kong, na década de 1980, tornou-se o terceiro maior centro financeiro do mundo, atrás apenas de Londres e Nova York em termos de bancos estrangeiros representados. Taiwan, por sua vez, especializou-se na acumulação de reservas em divisas internacionais. A Coreia do Sul usufruiu de crédito abundante na década de 1980 e experimentou um forte crescimento com a entrada de investimentos diretos externos. Ozawa (1993 apud, ARRIGHI, 1996) aponta, ainda, que os Quatro Tigres se tornaram, até então, os principais investidores em países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), superando os Estados Unidos e o Japão, como grupo.

Portanto, a condição de destaque para o milagre asiático não deve ser observado em centralidade à expansão industrial da região, mas sim a partir do avanço de várias unidades políticas no tocante ao seu posicionamento na hierarquia do valor adicionado e na hierarquia monetária da economia mundial capitalista. Isso explica a movimentação da dinâmica econômica global, que tem como novo epicentro dos processos de acumulação de capital a Ásia. Quanto à expansão material, o comércio pelo Pacífico, na década de 1980, já superava o Atlântico em termos de valor. No fim da mesma década já se encontrava uma vez e meia maior, e a região leste-asiática, de alguma forma, estava muito menos dependente e subordinada ao poder econômico e político americano, segundo Ozawa (1993 apud ARRIGHI, 1996).

3.2 UM NOVO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO

O deslocamento da expansão material do capital da América do Norte para o leste asiático, neste período, patrocina, de alguma forma, a prolongação da hegemonia norte-americana, uma vez que a construção de “estruturas supra-estatais de governo mundial dá aos

Estados Unidos e a seus aliados europeus uma oportunidade de atrelar a vitalidade do capitalismo do leste asiático à meta de prolongar a hegemonia ocidental no mundo contemporâneo” (ARRIGHI, 1996, p. 351). Porém, a relação contraditória dessa dinâmica também é um problema para a hegemonia americana, visto a emergência de um novo agente capitalista em um sistema que possui uma ordem capitalista de um agente ainda dominante, o que permite retratar a passagem de um ciclo sistêmico de acumulação para outro.

Jonhson (1988 apud ARRIGHI, 1996, p. 365) cita que a conjuntura histórica mostra que a apresentação de um conflito entre a velha e a nova ordem se dá quando nações ricas em patrimônio se recusam a abrir seus mercados a outros países ou quando deixam de canalizar seus recursos financeiros em benefício à economia internacional. O protecionismo, demarcado nesse contexto, pode ser observado com maior grau de ascendência justamente na economia estadunidense em meados do fim do século XX e agora no século XXI, o que demonstra, portanto, sinais de crise da velha ordem. Por esse prisma, constata-se que o mercado do leste asiático tornou-se uma zona extremamente dinâmica, passando a ocupar destaque no mando dos processos sistêmicos de acumulação de capital no fim do século XX (ARRIGHI, 1996).

Arrighi (1997) explora o crescimento econômico do leste asiático em pelo menos três estágios. O primeiro revela que o principal agente de transformação que propiciou a expansão da região foi o governo norte-americano, cujas políticas estratégicas proporcionaram a melhoria da economia japonesa e as condições necessárias para ampliar além das suas fronteiras o sistema de subcontratação de múltiplas camadas, que está associado às relações interempresas com atividades produtivas mais descentralizadas, por exemplo. O segundo estágio denota que os próprios negócios japoneses se tornaram também os agentes da expansão da sua economia e da região, visto que tal sistema de subcontratação possibilitou a abrangência de todo o leste asiático, formando, ainda, uma forte diáspora capitalista chinesa, que ofereceu à população chinesa oportunidades de avanços econômicos na sua região continental. O terceiro e último estágio retrata a movimentação do governo chinês, que agiu em conjunto com a diáspora capitalista existente em seu território emergindo como o principal agente para a expansão local.

Arrighi (1997) utiliza o PNB per capita dos países para observar a posição de uma região ou jurisdição na hierarquia de riqueza da economia internacional, e não necessariamente o nível de bem-estar ou produtividade dos mesmos. Em 1938, por exemplo, o PNB per capita do Japão era um quinto do PNB per capita do núcleo orgânico, em torno de

20,7%, sendo considerado um país de renda média para aquela época. Em 1948, seu PNB per capita experimentava uma dura queda, e apresentava apenas 14,5% quando equiparado. Em 1988, contudo, o PNB per capita japonês já se encontrava 20% mais alto quando comparado ao PNB per capita médio do núcleo orgânico, o que demonstra uma incrível arrancada na economia japonesa, a julgar, também, pela revolução organizacional interna do país no tocante à introdução das subcontratações de múltiplas camadas (ARRIGHI, 1997).

A reprodução dessas subcontratações de múltiplas camadas funcionou da seguinte forma: em primeiro lugar o sistema japonês se apoiou em práticas descentralizadas de atividades produtivas, estratificadas em múltiplas camadas que consistem em subcontratantes primários, secundários, terciários, e assim por diante, até que se atinjam camadas inferiores; em segundo lugar é certo dizer que tal sistema se tornou um instrumento muito mais estável e efetivo de cooperação vertical e horizontal interempresas quando comparado às redes existentes nos Estados Unidos e Europa Ocidental; em terceiro lugar esse sistema de subcontratações permitiu minimizar a competição entre as pequenas e as grandes empresas no mercado de trabalho japonês; e por fim, tal sistema teve sua gênese em âmbito doméstico japonês e se expandiu a níveis transnacionais em uma relação simbiótica com a extensa e competitiva oferta de mão de obra da região nordeste e sudeste da Ásia. O apoio estadunidense ao Leste Asiático, em especial ao Japão, criou contradições posteriores à hegemonia no que se refere ao custo de mão de obra barata na região asiática, que, competitivamente, tiraria proveito dos países ricos. (ARRIGHI, 1997).

É interessante frisar, ainda, características divergentes do papel dos Estados Unidos na Europa e no Leste Asiático. Enquanto na Europa os Estados Unidos conseguiram reconstruir e melhorar as economias da região à sua imagem, alocando suas companhias norte-americanas em vantagem às imensas oportunidades de lucro e expansão, onde a Alemanha, França e Reino Unido já possuíam uma estrutura industrial, o Leste Asiático possuía apenas uma estrutura industrial em que os Estados Unidos poderiam mobilizar e interferir, que era o Japão. Entretanto, com uma estrutura muito menos avançada em termos tecnológicos e econômicos em conjunto com uma realidade de extrema pobreza, as companhias norte-americanas tiveram dificuldade de se inserir e promover uma verdadeira invasão corporativa. Em função da necessidade estratégica dos Estados Unidos em promover benefícios à única economia com alguma indústria respeitável na região, o Japão foi favorecido com o melhor dos dois mundos: “proteção, no plano doméstico dos ventos frios da competição e acesso

privilegiado aos suprimentos e mercados da economia mundial centrada nos Estados Unidos” (ARRIGHI, 1997, p. 120).

Graças a essas vantagens, por fim, o sistema de subcontratação de múltiplas camadas japonês pôde ser consolidar e se expandir. Ressalta-se, ainda, que por conta da reconstrução das economias europeias, muitas das suas companhias conseguiram reagir, posteriormente, à invasão norte-americana na região, onde foram capazes de enfrentar a competição tanto na esfera doméstica quanto externa. O resultado, contudo, foi uma intensificação na competição capitalista mundial que gerou, em seguida, a crise de superacumulação entre as décadas de 1960 e 1970. O Japão, em compensação, foi o grande beneficiário dessa crise, haja vista a proteção e as vantagens que os Estados Unidos lhe concederam, fazendo com que a economia asiática tirasse proveito das contradições geradas pela ordem mundial norte-americana. Enquanto na Europa os novos competidores para as companhias estadunidenses desenvolveram estruturas análogas à hegemonia, não obtendo nenhuma vantagem competitiva específica, o Leste Asiático conseguiu, por meio da reprodução do sistema de subcontratação, desenvolver a competição que a Europa não tinha conquistado (ARRIGHI, 1997).

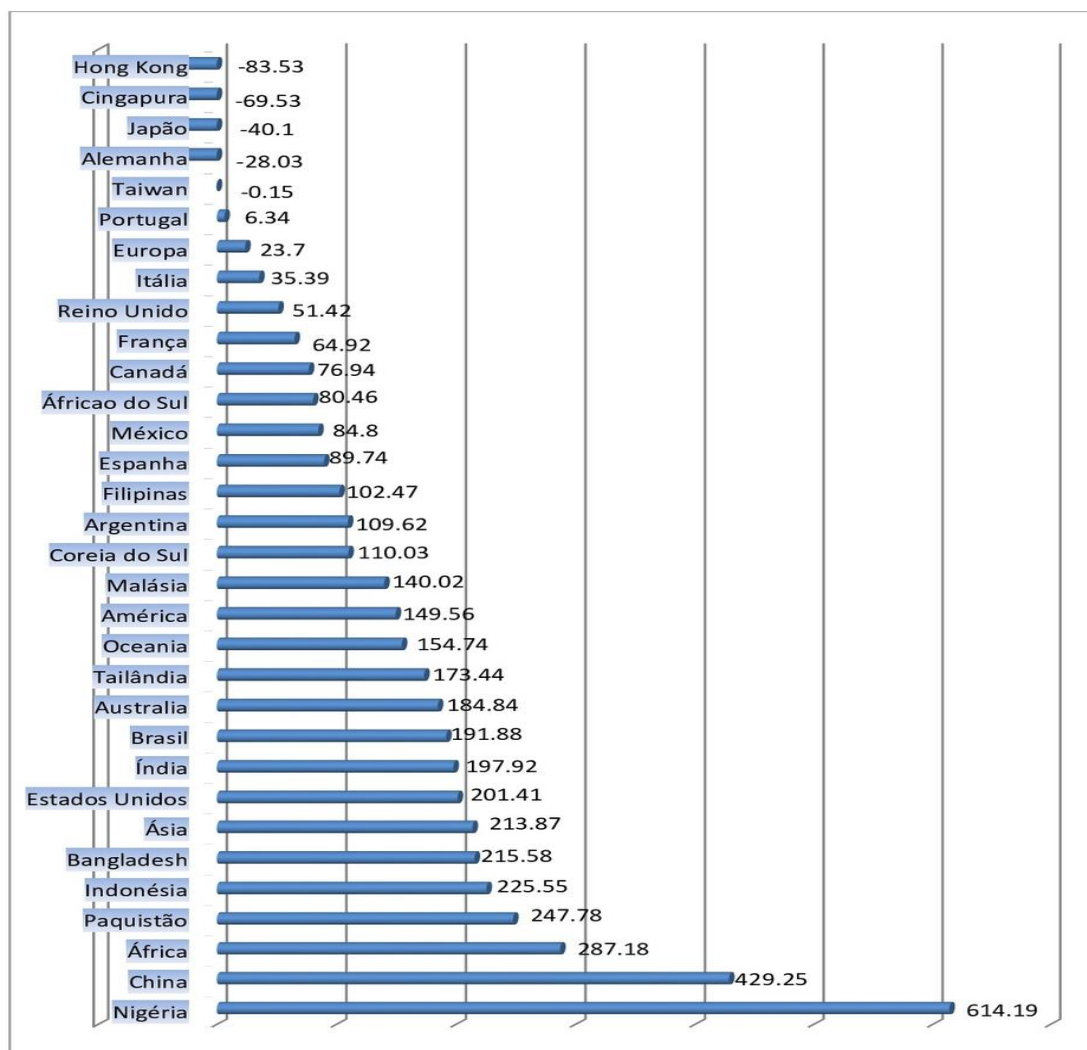
A Coreia do Sul, diferente do Japão, começou a ganhar destaque apenas em 1970 e 1980 no que se refere aos seus dados econômicos frente aos países do núcleo orgânico. Seu crescimento econômico merece reconhecimento e respeito uma vez que o país partiu de uma realidade de renda per capita muito mais baixa do que a japonesa. Os melhores desempenhos econômicos na região asiática, quando equiparados com o contexto japonês, não vêm da Coreia do Sul, mas sim de Hong Kong, Taiwan e Singapura. De uma forma resumida, o milagre econômico asiático foi um fenômeno intensamente concentrado, que ocorreu em economias que correspondiam a não mais do que 10% da população total do sudeste e leste da Ásia, a julgar pelo grande salto japonês na hierarquia de riqueza da economia mundial bem como o importante salto dos Quatros Tigres asiáticos à mesma questão (ARRIGHI, 1997).

3.3 A DINÂMICA ASIÁTICA FRENTE AO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A fim de observar, portanto, o crescimento da região asiática, seis setores bastante importantes foram selecionados para expressar a dinâmica das economias orientais no mundo contemporâneo, em uma análise de quase quatro décadas – de 1980 a 2017. Os segmentos apurados foram do crescimento acumulado da agricultura, indústria manufatureira, serviços e PIB per capita, e análises sobre pesquisa e desenvolvimento e as maiores indústrias mundiais.

3.3.1 Agricultura

Gráfico 01 – Crescimento acumulado, em porcentagem, da agricultura entre os anos 1980 - 2017:



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Unctadstat.

Nota: crescimento acumulado, em porcentagem, da agricultura, em US\$ constantes de 2010.

O gráfico acima representa o crescimento acumulado do setor da agricultura de algumas economias pré-selecionadas entre os anos de 1980 a 2017. O intuito do presente gráfico é gerar uma análise sobre a importância e sobre o desenvolvimento da agricultura nas economias em questão. A Nigéria, por exemplo, acumula um crescimento no setor da agricultura de 614%, haja vista que dois terços da força de trabalho do país africano se concentram no campo, o que explica o alto número e a importância da agricultura para o país,

sendo a principal fonte de sustento para os mais de 190 milhões de nigerianos. Destaca-se, ainda, que o setor da agricultura tem sofrido diversos problemas ao longo dos anos na Nigéria, a julgar pelo forte crescimento populacional e pela carência de tecnologias, créditos e insumos. Ou seja, a produção de alimentos não consegue acompanhar o crescimento da população nigeriana, obrigando o país a se comprometer economicamente com o aumento de importações de produtos, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

A China, posicionada em segundo lugar com um crescimento acumulado de 429%, compõe números bastante expressivos para uma potência que possui mais de 1 bilhão de habitantes, e que precisa de técnicas e muita mão de obra no setor agrícola para ser capaz de alimentar e amparar todo o seu território. Entre todos os continentes, a África foi o primeiro a aparecer na lista como o representante do maior crescimento acumulado na agricultura, com um total de 287% de crescimento. O número retrata, no geral, a força e a importância agrícola para os países africanos. Paquistão, Indonésia e Bangladesh, constituem, junto com a Nigéria e a China, os cinco países com o maior crescimento acumulado entre as economias selecionadas nessa pesquisa, com 247%, 225% e 215% respectivamente.

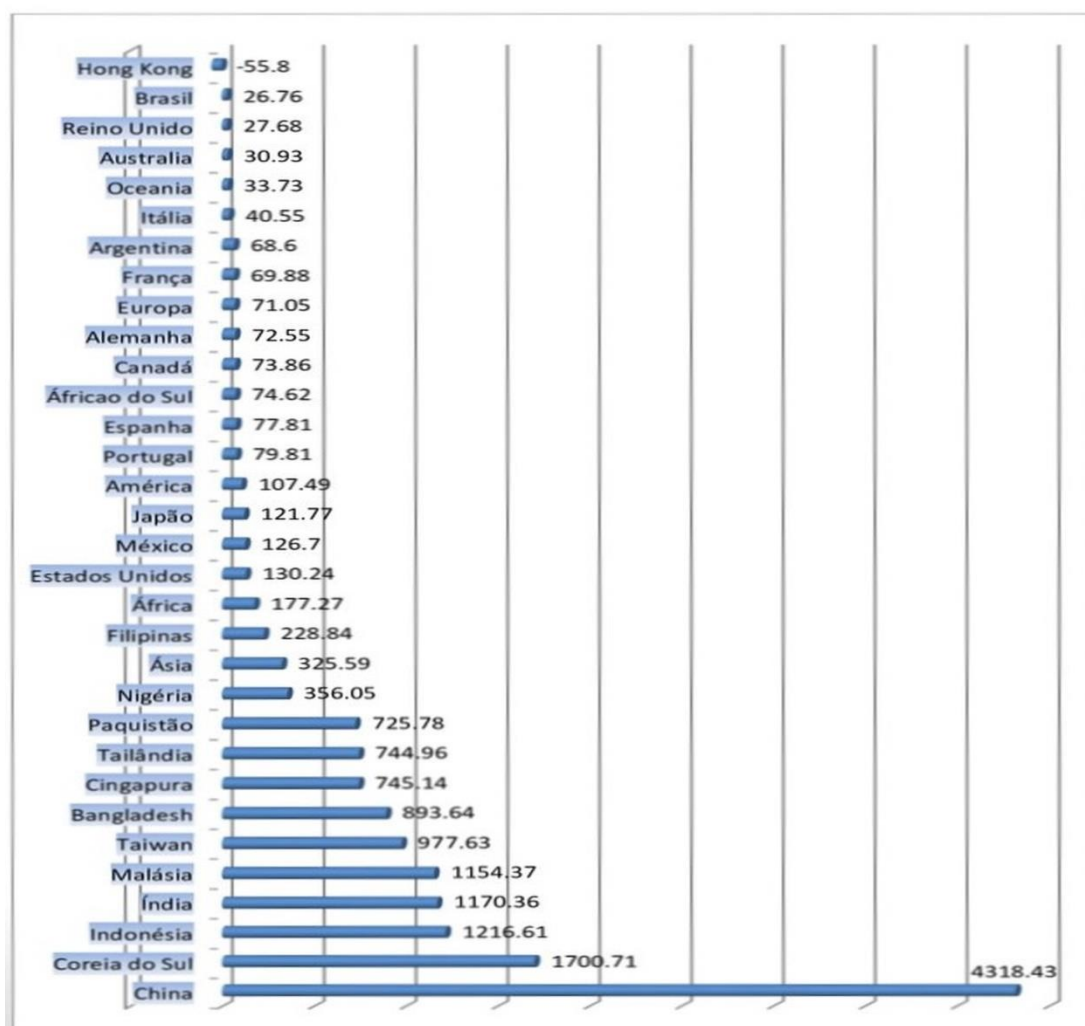
Os Tigres Asiáticos se encontram basicamente nas últimas posições do gráfico acima, com exceção especial para a Coreia do Sul, que se encontra posicionada de forma intermediária no gráfico, o que denota a baixa e mediana importância do segmento da agricultura para as economias desses países. Hong Kong, com sua enorme importância financeira, possui um crescimento acumulado negativo na agricultura de -83%. Cingapura, que também possui em sua jurisdição a importância financeira, possui um crescimento acumulado na agricultura de -69%. Taiwan apresenta um crescimento acumulado essencialmente nulo, e a Coreia do Sul um crescimento acumulado de 110%.

O que é perceptível, portanto, é que a lógica do desenvolvimento dos países alocados no núcleo orgânico não está pautada no crescimento agrícola, diferentemente dos países concentrados nos estratos periféricos e semiperiféricos do cenário internacional. A agricultura, assim, tem forte influência para as economias dos estratos inferiores, com destaque não somente para a Nigéria, mas também para os países asiáticos em sequência.

3.3.2 Manufatura

A indústria tem sido interpretada, para alguns autores dos sistemas-mundo, como algo necessário, mas não a resposta concreta para o desenvolvimento real de um Estado. A ilusão de que o desenvolvimento está alicerçado à compensação do atraso pelo crescimento econômico foi retratada por Wallerstein (2006). Em contrapartida, a industrialização pode ser considerada um meio norteador para se alcançar o desenvolvimento, uma vez que ela é bastante relevante para o contexto interno de um país, mas não a solução para a ascensão do mesmo na hierarquia de riqueza global.

Gráfico 02 – Crescimento acumulado, em porcentagem, do setor manufatureiro entre 1980 - 2017:



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Unctadstat.

Nota: crescimento acumulado, em porcentagem, do setor manufatureiro, em US\$ constantes de 2010.

O gráfico acima apresenta o crescimento acumulado do setor manufatureiro, entre os anos de 1980 a 2017, de economias pré-selecionadas. O país que ocupa a primeira colocação,

com um crescimento acumulado de 4156%, é a China, que detém um número extremamente significativo que foi analisado a partir da sua indústria agregada, ou seja, manufatura, construção e extrativismo. Os outros países, em contrapartida, foram analisados apenas a partir do setor manufatureiro, com exclusão da construção e do extrativismo. Tal análise foi efetuada desta forma tendo em vista a falta de dados publicizados pelo órgão internacional na qual esta pesquisa recorre – a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).

O Reino Unido, que possui em sua jurisdição a Inglaterra, precursora da Revolução Industrial, apresenta um crescimento acumulado de 27% do setor manufatureiro, se encontrando devidamente desenvolvido e alicerçado aos avanços tecnológicos das atividades industriais. Em contrapartida, o Brasil, por exemplo, que exibe um crescimento acumulado no mesmo setor de 26%, se encontra em realidade diferente. A economia brasileira começou a encontrar grande dificuldade em desenvolver sua indústria com o fim do II PND, projeto conduzido no período da ditadura civil-militar do então presidente Ernesto Geisel, em 1974, que tinha como objetivo priorizar o aumento dos insumos básicos e de bens de capital uma vez que a etapa de priorização aos bens de consumo duráveis já tinha sido alcançada (FONSECA, MONTEIRO, 2007).

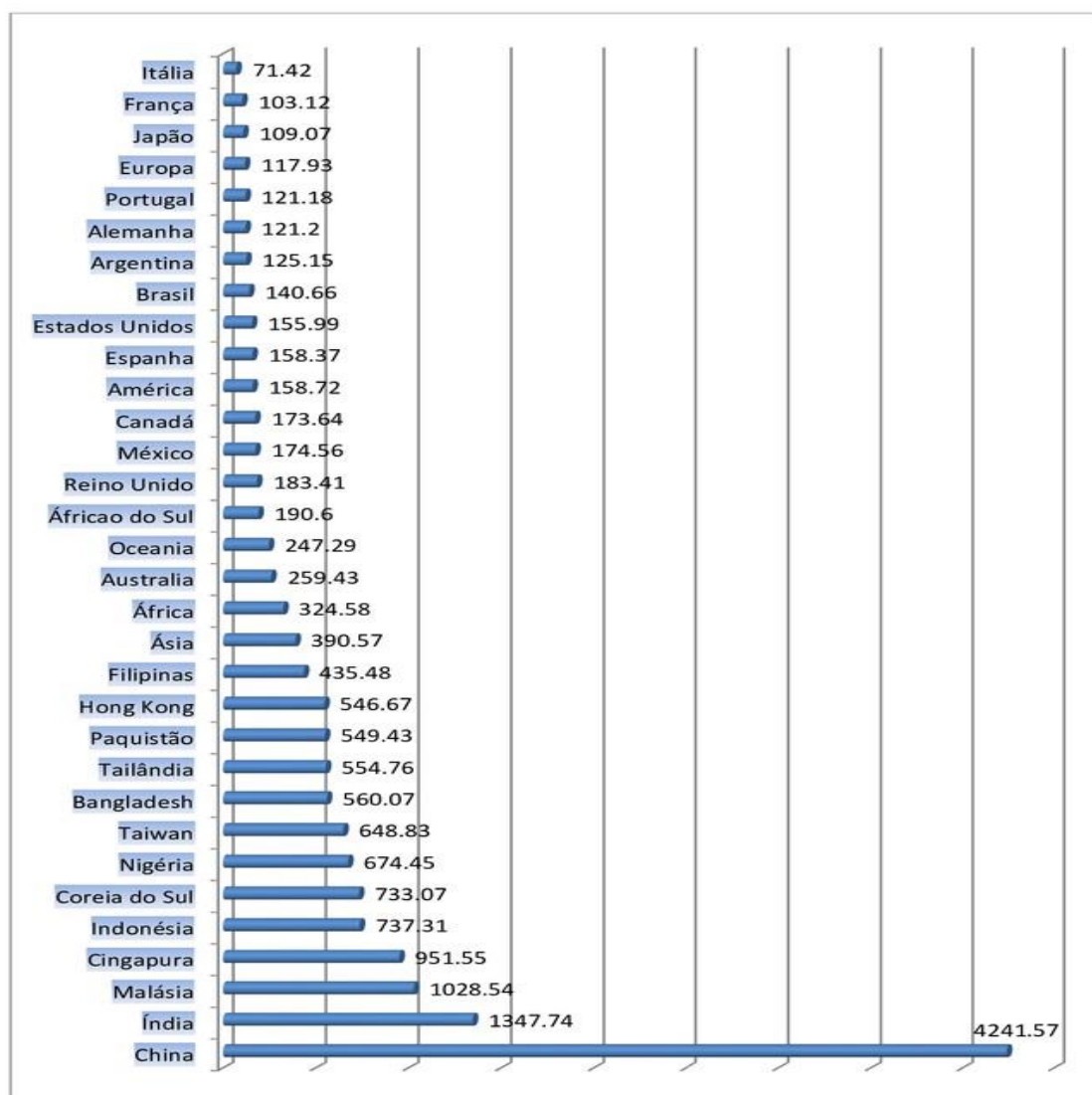
A Coreia do Sul, por outro lado, é uma clara representação de uma economia que conseguiu desenvolver sua matriz industrial de forma heterogênea, alçando o uso intensivo de mão de obra nos setores industriais avançados com qualificação e alto conhecimento por parte dos indivíduos, realidade distinta não somente do Brasil, mas também de outros países asiáticos. A Coreia do Sul, à vista disso, apresenta um crescimento acumulado de 1700% no seu setor manufatureiro.

Reforça-se, novamente, que a presença da indústria não significa desenvolvimento absoluto e nem ascensão dentro da estratificação econômica global. Como é perceptível no gráfico, Indonésia, Índia e Malásia, por exemplo, que constituem juntamente com a China e a Coreia do Sul os cinco países com os maiores crescimentos acumulados no setor manufatureiro, com 1216%, 1170% e 1154% respectivamente, não se encontram dentro do estrato central da dinâmica capitalista internacional, mesmo com números tão expressivos no setor em questão. É possível analisar que a China, por exemplo, encontra-se em uma significativa fase de expansão material.

3.3.3 Serviços

É interessante demarcar que "evidências empíricas mais recentes mostram que o setor de serviços intermediários também contribui para o surgimento de inovações, mudança estrutural e aumento da produtividade industrial". (GIOVANNI; AREND, 2017, p. 2). A realidade interna de um país quanto ao seu alicerçamento entre indústria e o setor de serviços se difere entre os países acomodados entre os três diferentes estratos da hierarquia econômica.

Gráfico 03 - Crescimento acumulado, em porcentagem, do setor de serviços entre 1980 - 2017:



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Unctadstat.

Nota: crescimento acumulado, em porcentagem, do setor de serviços, em US\$ constantes de 2010.

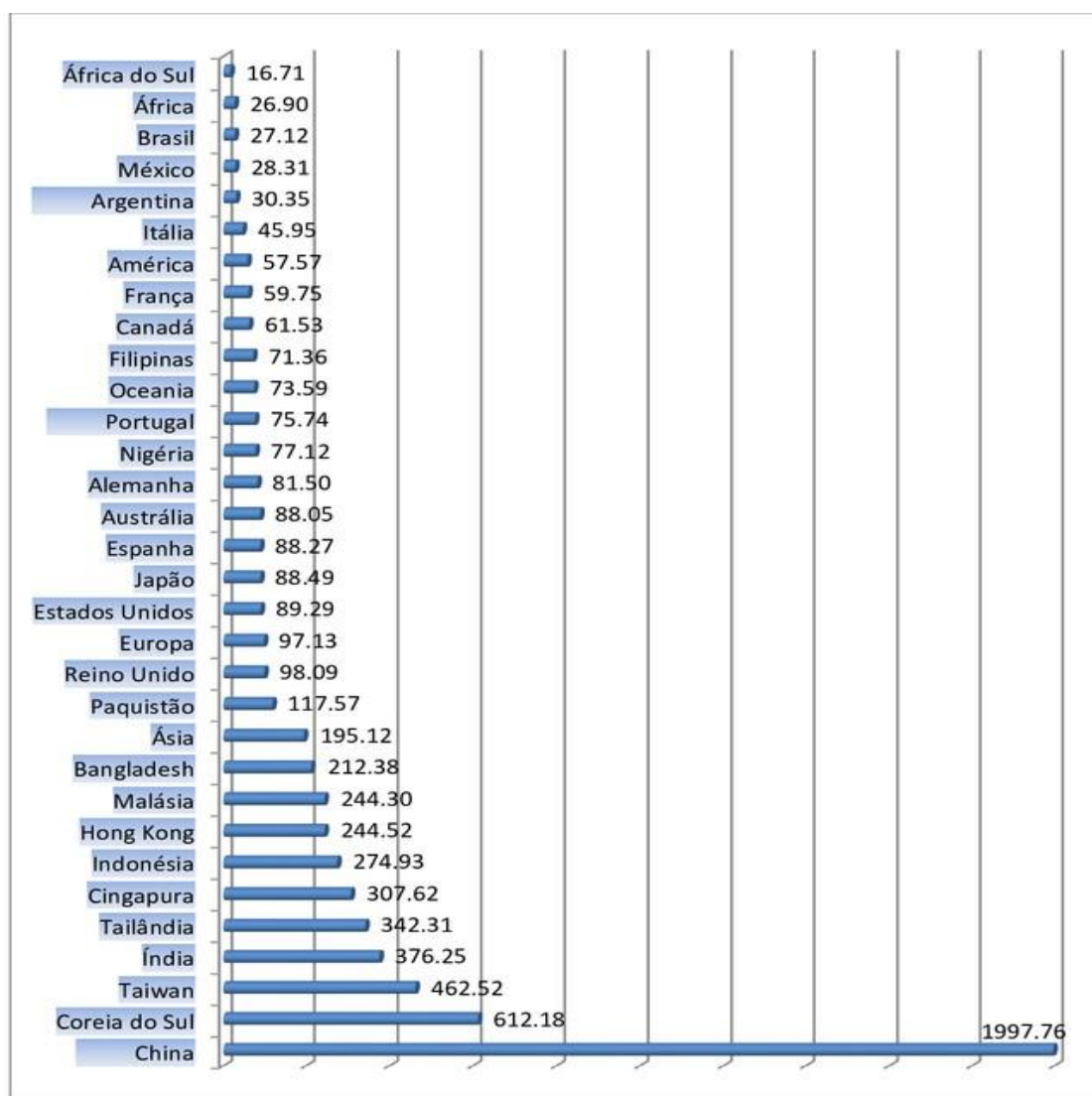
Segundo Corrêa (2016 apud GIOVANNI; AREND, 2017, p. 2), economias asiáticas como a China e a Coreia do Sul estão posicionadas na dianteira por conta de suas fortes inserções nas cadeias globais de valor a julgar por suas ações para um amplo desenvolvimento tecnológico interconectado com o setor de serviços intermediários nos últimos anos. O gigante asiático demonstra um crescimento acumulado de 4241%, enquanto o vizinho sul coreano apresenta um crescimento acumulado de 733% no setor de serviços, fortalecendo, assim, a ideia de interdependência dos setores de serviços e indústria para o crescimento econômico.

A Índia também demonstra uma arrancada interessante na dinâmica entre os serviços e a indústria, assim como a Malásia e a Indonésia. Mas, como já citado, é necessário observar também outras questões além da indústria, para, assim, avaliar uma possível ascensão de um país na hierarquia do valor adicionado da economia mundial capitalista. Os países já desenvolvidos apresentam uma participação menor da indústria em seus PIBs, havendo uma baixa relação com os serviços intermediários muito provavelmente por conta da inexistência de setores industriais modernos intensivos em serviços (GIOVANNI; AREND, 2017). Dentre os continentes, a Ásia é a região com maior crescimento acumulado do setor de serviços, com 390%, seguida da África, com 324%, Oceania, com 247%, América, com 158%, e, por fim, a Europa, com 117% de crescimento acumulado. Registra-se, em vista disso, que o vínculo entre os setores de serviços intermediários e da indústria são os principais vetores dinâmicos da economia asiática, auxiliando no crescimento da produtividade e no PIB dos países da região.

3.3.4 PIB per capita e indústria manufatureira

O intuito de se analisar os gráficos abaixo é de correlacionar o crescimento acumulado do PIB per capita com a indústria manufatureira dos países pré-selecionados, a fim de identificar o aumento ou a queda da participação da mão de obra nos setores da economia.

Gráfico 04 - Crescimento acumulado do PIB per capita, em porcentagem, no período 1980 - 2017:

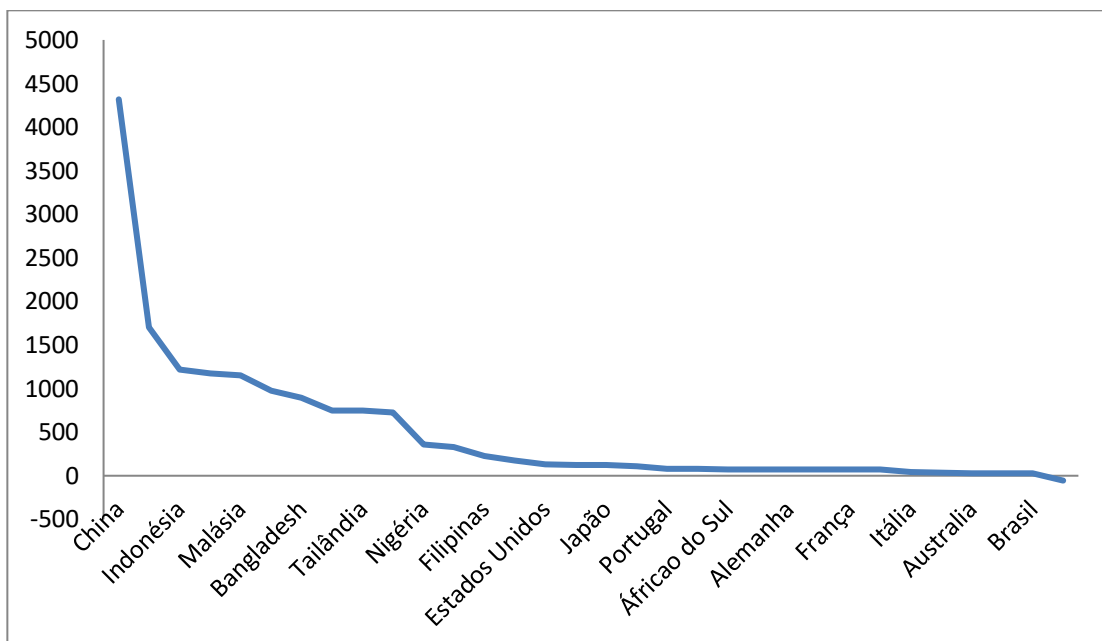


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Unctadstat.

Nota: crescimento acumulado, em porcentagem, do PIB per capita em US\$ constantes de 2010.

O que é perceptível, quando correlacionados os gráficos 4 e 5, é que a dinâmica do desenvolvimento das nações nos últimos anos acompanhou mudanças na estrutura produtiva e no emprego no que se refere ao aumento da renda per capita. Esse aumento do nível da renda fez com que países capitalistas desenvolvessem uma tendência de maior participação de mão de obra relativa na indústria em detrimento de setores mais baixos, como a agricultura.

Gráfico 05 - Crescimento acumulado, em porcentagem, do setor manufatureiro no período 1980 - 2017:



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Unctadstat.

Nota: crescimento acumulado, em porcentagem, do setor manufatureiro em US\$ constantes de 2010.

Visto isso, é possível identificar um crescimento exorbitante do PIB per capita chinês, de acordo com o gráfico 4, de quase 2000% entre o período de 1980 e 2017. Em 1980, a renda per capita do gigante asiático era de US\$ 343, e, no ano de 2017, esse valor sofre uma grande melhora, subindo para impressionantes US\$ 7.207, aumentando 21 vezes em quase 4 décadas. A ascensão chinesa é incontestável, o que concretiza seu protagonismo internacional e importância econômica para o sistema. A Coreia do Sul, um dos tigres asiáticos, ocupa o segundo lugar dentre os países analisados, com um crescimento acumulado do PIB per capita de 612%. O país detinha um PIB per capita de US\$ 3.706 em 1980, enquanto no ano de 2017 o PIB per capita já se encontrava na casa dos US\$ 26.000, ou seja, a renda per capita sul coreana aumentou em 7 vezes dentro desse período.

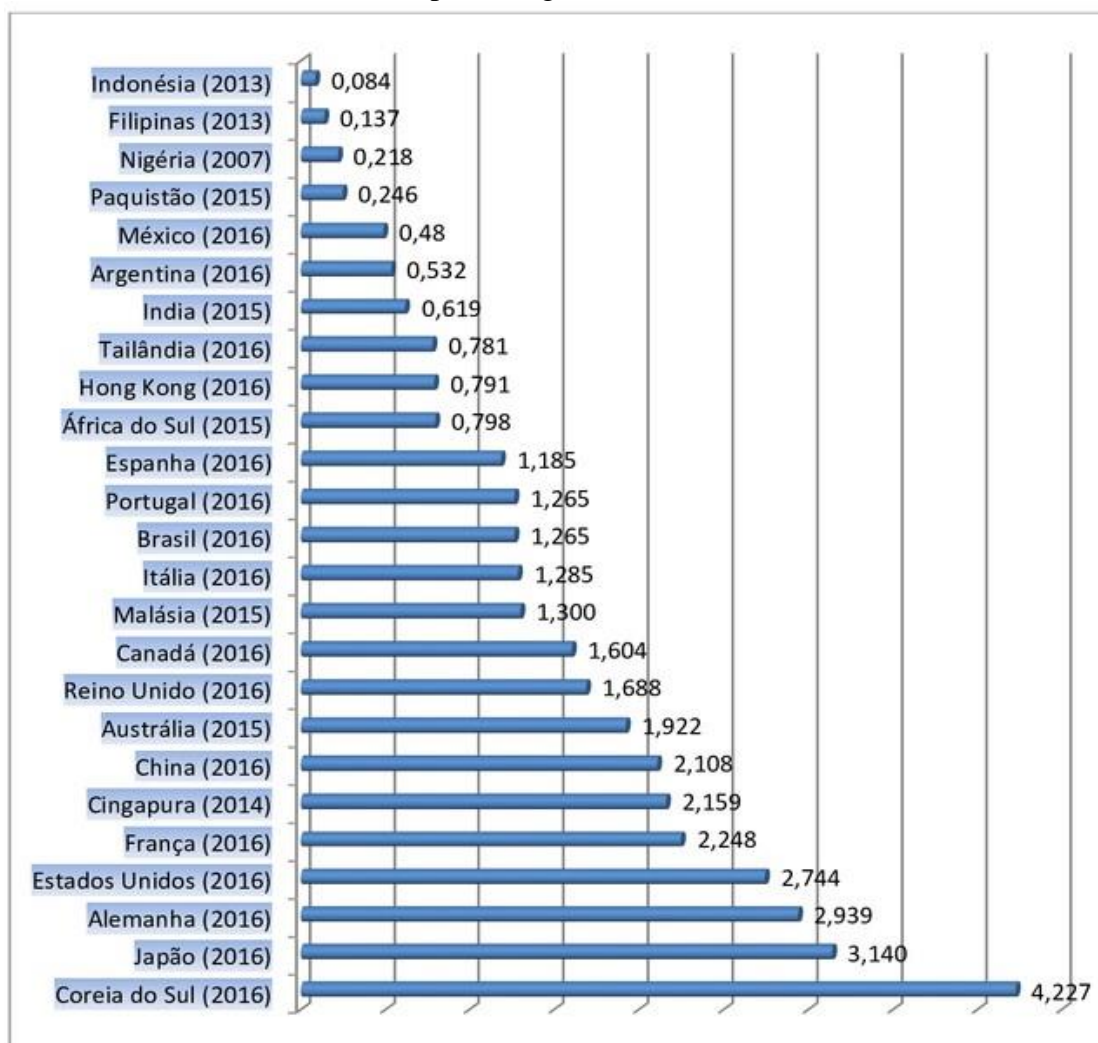
O alcance da modernização e da diversidade produtiva sul coreana não foi a mesma observada no contexto brasileiro. De acordo com o gráfico 4, o Brasil ocupa uma das piores posições no que se refere ao crescimento acumulado do PIB per capita, atingindo apenas 27% desse crescimento entre os anos de 1980 a 2017. No ano de 1980 o Brasil detinha um PIB per capita em torno de US\$ 8.500, e no ano de 2017 um crescimento bastante modesto do mesmo, subindo para quase US\$ 11.000. O crescimento da renda per capita do país, concomitantemente pífio, não conseguiu sequer ser duplicado dentro deste período.

As 10 primeiras colocações do gráfico 4 são dominadas por países asiáticos, o que salienta a importância e a dinamicidade do crescimento de variados setores nas economias pertencentes à região asiática. O Reino Unido, ainda de acordo com o gráfico 4, acumula um crescimento de quase 100% do PIB per capita entre os anos de 1980 a 2017, conseguindo basicamente dobrar a sua renda per capita dentro dessas quase 4 décadas. Enquanto no ano de 1980 o Reino Unido possuía um PIB per capita em torno de US\$ 21.000, no ano de 2017 os números apresentaram uma clara melhoria da renda, chegando a pouco mais de US\$ 42.000. Reino Unido, Estados Unidos, Japão e Alemanha, por exemplo, apresentam elevado PIB per capita, todos acima de US\$ 40.000, diferente de países como África do Sul, Brasil, Argentina e México, por exemplo, que além de não possuírem, dentro do período analisado, um crescimento acumulado de relevância do PIB per capita, se posicionam, também, em baixas posições no tocante ao crescimento industrial. O PIB per capita desses países gira em torno de US\$ 7.000 a US\$ 10.000, o que enfatiza o baixo protagonismo do crescimento da indústria e da renda em suas conjunturas.

3.3.5 Inovação, pesquisa e desenvolvimento

Para o seguinte gráfico salienta-se a importância do investimento em inovação e o dispêndio realizado por uma gama de países pré-selecionados para esta área. Os dados apresentados abaixo não possuem caráter histórico como os gráficos anteriores desta pesquisa, sendo caracterizado, portanto, um cenário muito mais atual e com destaque, novamente, aos países asiáticos.

Gráfico 06 - Gastos em P&D em porcentagem do PIB:



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial.

Haja vista a importância da tecnologia e da inovação para o desenvolvimento e crescimento de uma economia, é interessante definir o papel de um sistema de inovação, que seria um “conjunto de instituições públicas e privadas que contribuem nos âmbitos macro e microeconômicos para o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias.” (SBICCA, PELAEZ, 2006, p. 415). Ainda segundo Sbicca e Pelaez (2006) é possível citar três atores fundamentais para a promoção da inovação, que são as universidades e centros de pesquisa, o Estado e as empresas. Um indicador tradicionalmente utilizado para analisar o desempenho das atividades de inovação é o gasto do PIB de um país em P&D (pesquisa e desenvolvimento).

A economia de grande destaque no gráfico 6 é a Coreia do Sul, visto o exorbitante investimento de 4,2% do seu PIB para a área de pesquisa e desenvolvimento, possuindo 6.856 pesquisadores por milhão de habitantes. O setor de negócios (empresas) investiu cerca de US\$

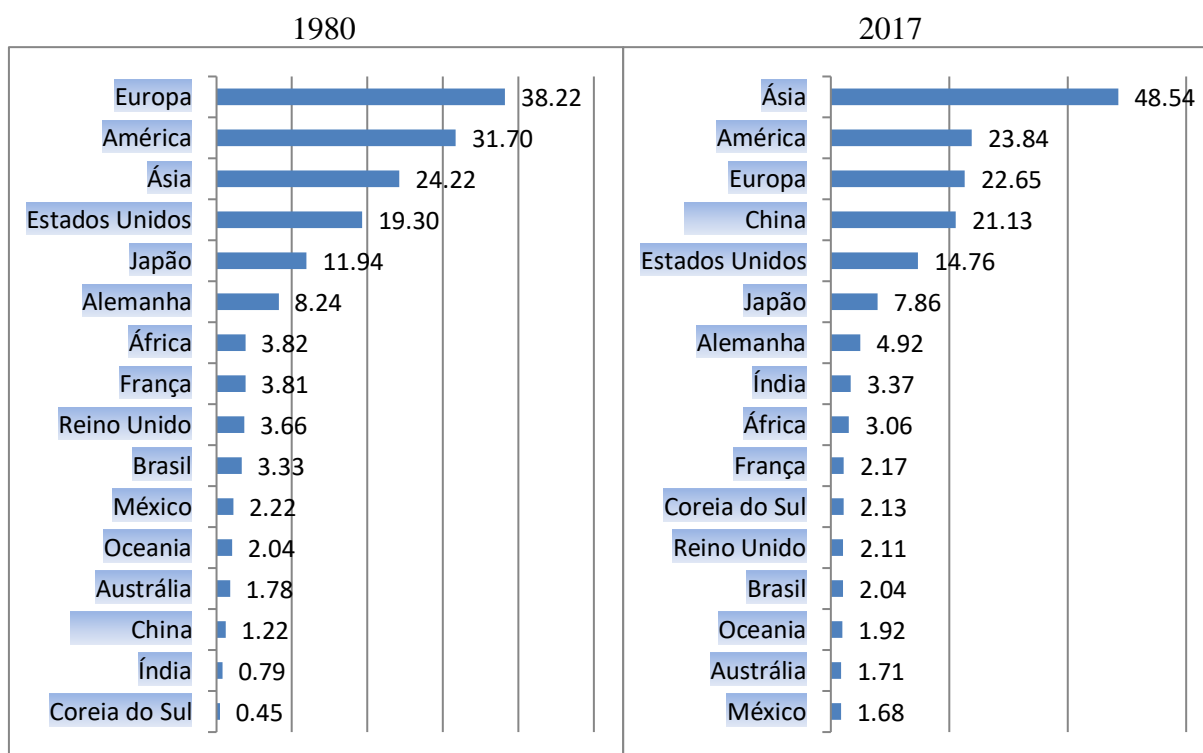
57 milhões na área, enquanto o governo investiu cerca de US\$ 8 milhões, as universidades pouco mais de US\$ 6 milhões e meio, e o setor privado sem fins lucrativo em torno de US\$ 1 milhão, segundo a UNESCO (2019). O Japão, outra potência asiática, gastou 3,1% do seu PIB no setor de pesquisa e desenvolvimento, apresentando 5.328 pesquisadores por milhão de habitantes, onde as empresas ficam à frente do Estado no que se refere ao investimento em P&D, com gastos de quase US\$ 132 milhões e cerca de US\$ 14 milhões respectivamente, segundo a mesma instituição.

Ainda de acordo com o gráfico, Alemanha, Estados Unidos e França constituem, em conjunto com a Coreia do Sul e o Japão, o ranking de países de mais investem em pesquisa e desenvolvimento, com 2,9%, 2,7% e 2,2% de modo respectivo. Cingapura e China se encontram também bem estacionados no tocante aos investimentos na área de P&D, com 2,1% e 1,9% cada um, apresentando, ainda, 6.729 e 1.096 pesquisadores por milhão de habitantes (UNESCO, 2019). A Indonésia, último Estado alocado no gráfico em questão, despendeu apenas 0,084% do seu PIB na área de P&D. Enquanto o país possui um importante crescimento acumulado no setor manufatureiro, de serviços e do PIB per capita, por exemplo, é possível observar que os investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento, que é muito importante para o crescimento de um país e para a modernização e atualização dos variados segmentos da economia, são bastante pífios.

3.3.6 Indústria

O seguinte gráfico busca comparar as maiores indústrias mundiais a fim de sedimentar os países e as regiões com maior destaque no globo quanto a uma expansão material, levando em conta o final do século XX e o breve século XXI.

Gráfico 07 – *Ranking* de participação da indústria, em países e regiões, dos anos 1980 e 2017:



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Unctadstat.

Nota: crescimento acumulado, em porcentagem, da indústria em US\$ constantes de 2010.

O que é perceptível ao analisar o gráfico 7, que remete os anos de 1980 e 2017, é o impressionante crescimento de participação da indústria na região asiática. O ano de 1980 retrata a liderança do continente europeu no que se refere à presença da indústria, com 38,22% de participação, enquanto o segundo continente com maior presença da indústria foi a América, com 31,70% e em terceiro lugar a Ásia, com 24,22%. Quanto às economias individuais, Estados Unidos, Japão e Alemanha dominam as primeiras colocações, com 19,30%, 11,94% e 8,24% respectivamente. A China, neste momento, se encontra atrás até mesmo de países latino-americanos, como Brasil e México, com pouco mais de 1% de participação da indústria. Contudo, o breve século XXI apresentou uma reviravolta na dinâmica da expansão material, principalmente na Ásia.

No ano de 2017, quase 4 décadas depois, a Ásia se encontra na primeira colocação neste *ranking* das maiores indústrias mundiais, saltando de 24,22%, em 1980, para 48,54% neste século, ou seja, um ganho de participação de pouco mais de 24% da indústria na região. A Europa, continente que dominava o ranking em 1980, se desloca da primeira colocação, com 38,22%, para a terceira colocação em 2017, com 22,65%. O continente americano, em

contrapartida, continua na segunda colocação no *ranking* de participação da indústria mundial, mas com uma significativa redução dessa participação de 31,70% para 23,84% entre 1980 e 2017.

A China, que em 1980 detinha apenas 1% de participação da indústria, surpreende com um ganho de participação da indústria de basicamente 20% no século XXI, apresentando uma participação de 21,13% da indústria em 2017. Em segundo lugar encontram-se os Estados Unidos, que de 19,30% de participação da indústria em 1980 atenua para 14,76% em 2017, ou seja, uma redução de 4,5% dentro do período analisado. Em terceiro lugar nesse *ranking* se encontra o Japão, que também sofre uma redução na participação da indústria, saindo de 11,94%, em 1980, para 7,86%, em 2017. Destaca-se, ainda, o significativo crescimento da participação da indústria na Índia, que ao longo do período analisado sofre uma importante arrancada, saindo de 0,79%, em 1980, para 3,37%, em 2017, o que demarca, por exemplo, a dinamicidade e o crescimento da Ásia no que se refere à importância industrial.

Observa-se, diante disso, uma retração da participação da indústria nos países europeus e na principal potência mundial, os Estados Unidos, em benefício aos países asiáticos, especialmente a China. A expansão material asiática, desta forma, é novamente comprovada e analisada de acordo com o gráfico 7, visto a redução de participação da indústria na Europa e nos Estados Unidos, entre os anos de 1980 e 2017, de 15% e 4,5% respectivamente. É evidente, desta maneira, que o século XXI tem apresentado interessantes mudanças quanto à participação da indústria nas economias e regiões. Portanto, é bem verdade argumentar que as economias asiáticas estão degustando de uma expansão material enquanto os Estados Unidos estão vivenciando uma forte redução da participação da indústria na sua conjuntura em favor de uma expansão financeira.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo observou-se, primeiramente de uma maneira histórica, o crescimento da região asiática pela ocorrência do milagre asiático, derivado da crise sinalizadora do regime norte-americano, e alguns dados empíricos de alguns setores de grande importância para a economia de um país. O milagre asiático permitiu, em especial a partir da década de 70, o forte crescimento do leste asiático, com destaque para o Japão. O apoio estadunidense, fonte primária para o renascimento da empresa japonesa, gerou um exitoso

impulso estatal tanto para Tóquio quanto para suas colônias, a partir da instalação de indústrias pesadas e modernas.

O novo epicentro dos processos de acumulação de capital começou a ser desenvolvido e se consolidou no continente asiático, proporcionando um conflito entre a nova e a velha ordem no sistema internacional capitalista. A nova dinâmica global, por fim, estava pautada na inovação de um novo modo processual caracterizado pela flexibilidade, com a reprodução das subcontratações de múltiplas camadas, que beneficiou a grande região da Ásia.

As economias asiáticas, de um modo geral, exibiram números bastante convincentes do porque a região está em evidência no mundo contemporâneo, a julgar, também, pelos dados da participação da indústria em regiões e economias pré-selecionadas entre os anos de 1980 e 2017. Observou-se, portanto, a expansão material asiática, fortemente encabeçada pela China, em detrimento da redução da participação da indústria nas principais economias do núcleo-orgânico, como os Estados Unidos.

4 O BREVE SÉCULO XXI E AS MUDANÇAS NA ESTRATIFICAÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL

Segundo as observações de Arrighi (1997), a maioria da população global estava claramente concentrada no estrato periférico do sistema durante o longo século XX. A mobilidade dos Estados tanto para cima quanto para baixo foi classificada como uma característica excepcional, uma vez que a estratificação econômica internacional se manteve relativamente estável, sem grandes mudanças. Por esse prisma, busca-se avaliar o breve século XXI levando em conta as análises de Arrighi, e as mudanças ocorridas desde o final das suas investigações, principalmente a ascensão de importantes países na dinâmica mundial, como a China. Estaria a maioria da população mundial ainda concentrada na periferia do sistema depois da virada do século?

A primeira seção do presente capítulo salienta a importância da China na atual realidade econômica mundial, destrinchando um breve contexto histórico do seu crescimento no final do século XX e início do século XXI, com destaque para suas estratégias políticas em benefício ao seu cenário doméstico. Posteriormente, na segunda seção, busca-se atualizar as observações da estratificação econômica global, pós-análises de Giovanni Arrighi no século XX, com a correlação entre população mundial e renda per capita de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial. A fim de investigar os estratos do sistema internacional, a segunda seção, ainda, aloca as economias entre periferia, semiperiferia e núcleo orgânico de acordo com suas classificações de renda, configuradas entre renda baixa, renda média baixa, renda média alta e renda alta.

4.1 O RESSURGIMENTO CHINÊS

Foi, portanto, a crise do final da década de 1960 que permitiu a expansão transnacional japonesa desenvolver e consolidar o sistema de subcontratação, o que gerou uma enorme vantagem competitiva para o país nos mercados mundiais. Tal vantagem beneficiou o Leste Asiático, transformando a região na “oficina do mundo”.

Foi a combinação da competitividade do sistema de subcontratação de múltiplas camadas como “modo de produção” e do Leste Asiático como localidade manufatureira que, mais do que tudo, explica o fato de terem sido leste-asiáticos os poucos países que, nos anos 80, foram realmente

“escolhidos” para ascender na hierarquia global de riqueza, entre os muitos que foram “chamados” a participar da grande corrida dos anos 70 (ARRIGHI, 1997, p. 79-80).

Por volta da década de 1980, os favorecidos da primeira rodada da expansão industrial japonesa – os Quatro Tigres – tinham se tornado os principais investidores estrangeiros diretos nos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e suas empresas se juntaram ao Japão “na utilização dos recursos de mão de obra ainda abundante e barata de um grupo mais pobre e mais populoso de países vizinhos” (ARRIGHI, 1997, p. 117). O resultado dessas práticas foi a segunda rodada de expansão industrial regional externa, visto a incorporação de uma grande massa de mão de obra barata às redes de comércio e produção japonês, sustentando a vitalidade da economia leste-asiática, mas minando a competitividade dos recursos de mão de obra recentemente incorporada para aquele período. Tão breve, iniciou-se uma terceira rodada:

Juntaram-se às empresas japonesas do Grupo dos Quatro empresas dos beneficiários da segunda rodada de expansão industrial regional (mais notadamente a Tailândia) no transplante de atividades da ponta inferior e de mão-de-obra intensiva para países ainda mais pobres e mais populosos – principalmente a China, mas também o Vietnã e, em menor medida, a Índia e o Paquistão – todos os quais são ainda dotados de reservas grandes e competitivas de mão-de-obra barata (ARRIGHI, 1997, p. 117).

Enquanto para Braudel “a passagem do comando da economia mundial se dá por um processo de imitação: Amsterdan copiou Veneza [...] tal como Londres viria posteriormente a copiar Amsterdan e como Nova York, um dia, copiaria Londres” (ARRIGHI, 1997, p. 13), Arrighi, em contrapartida, acreditava que a entrada de uma nova economia para o núcleo orgânico se daria pela inovação, “como foi o caso da corporação vertical americana e da acumulação flexível japonesa” (ARRIGHI, 1997, p. 13). A imitação exigiria apenas esforço e sacrifícios, enquanto a inovação exigiria criatividade, sendo esta a verdadeira alavanca para o acúmulo do poder econômico. O capitalismo busca gerar inovações para romper com ordens costumeiras anteriores, para que, assim, se aumentem as pressões competitivas, desenrolando novas ordens costumeiras, mas mantendo o detentor daquela inovação acima de todos.

As contradições da ordem mundial norte-americana durante a Guerra Fria e as vantagens japonesas conquistadas no período de crise de superacumulação servem como fortes argumentos para compreender a ascensão da Ásia na dinâmica da economia capitalista mundial. As políticas estadunidenses no período da Guerra Fria, em conjunto com a expansão

transfronteira em busca de mão de obra por meio do sistema de subcontratação de múltiplas camadas, e as atividades da diáspora capitalista chinesa fomentam, portanto, a consolidação da expansão dessa dinâmica. A vitória do comunismo em território chinês provocou a dispersão de grandes homens de negócios para outras regiões do país, especialmente Hong Kong, segundo Wong (1988 apud, ARRIGHI, 1997, p. 125), desenvolvendo a diáspora das atividades do gigante asiático. A expansão do sistema de subcontratação japonês, enfim, foi sustentado não somente pelo apoio norte-americano, mas também pelo apoio comercial e financeiro chinês.

Como o capital da diáspora chinesa acumulou mais maciçamente do que poderia ser reinvestido com lucro em linhas estabelecidas de negócios, novos escoadouros foram procurados em negociações financeiras e especulação, impulsionando o papel de Hong-Kong como entreposto financeiro mundial e regional. Foi nesse contexto que o investimento na República Popular da China passou a ser percebido como a utilização mais rentável do capital excedente da diáspora chinesa (ARRIGHI, 1997, p. 126).

Em meados da década de 1980, ficou claro para o governo chinês as imensas vantagens da cooperação do próprio partido comunista do Estado com os capitalistas chineses ultramarinos, em especial, aqueles localizados em Hong Kong. Tal aliança se tornou muito mais positiva do que uma política de abertura para as transnacionais norte-americanas, europeias ou japonesas. As fortes regulamentações que tanto incomodavam as transnacionais em território chinês não incomodavam, por outro lado, os capitalistas ultramarinos do próprio país. Ainda nesse contexto, ressalta-se a expansão dos privilégios que foram concedidos a esses capitalistas ultramarinos chineses para os capitalistas residentes de Taiwan, fazendo com que, segundo a revista *Far Eastern Economic Review* (1992 apud ARRIGHI, 1997, p. 127), os investimentos desse país na China saltassem de US\$ 100 milhões de dólares em 1987 para US\$ 1 bilhão de dólares em 1989, e, posteriormente, para US\$ 200 bilhões de dólares em 1990.

Foi a partir dessa arrancada do gigante asiático que as companhias japonesas observaram a necessidade de também acompanhar e se integrar às vantagens da rápida expansão econômica chinesa. As transnacionais norte-americanas e europeias também procuraram se ajustar e adentrar na jurisdição chinesa a partir do seu próprio nicho de mercado e experimentar, conjuntamente, o mais recente milagre da economia na região asiática. O incrível crescimento econômico na Ásia, por fim, revela principalmente o aprofundamento da crise do regime norte-americano de acumulação, e também parece mostrar

que o sistema internacional passa a experimentar, pouco a pouco, após mais de quinhentos anos de hegemonia ocidental, a passagem da liderança econômica para mãos não ocidentais (ARRIGHI, 1997).

Não há dúvidas de que a China tem se tornado uma forte economia e a líder do renascimento econômico da Ásia Oriental. Observa-se, no mundo contemporâneo, uma transferência do epicentro da economia política global da América para a Ásia. Para Geoffrey Barraclough (1967 apud ARRIGHI, 2007), a virada do século XX representou a consolidação do poder europeu sobre as regiões asiática e africana, onde parecia que nenhuma outra nação conseguiria resistir ao grau de superioridade e domínio do Velho Continente. Entretanto, essa superioridade e esse domínio europeu se restringiram, haja vista a inversão revolucionária do Oriente sobre o Ocidente. A história começou a ser escrita por um ponto de vista mais distante, o que justifica a nova ascensão da Ásia Oriental no contexto atual. A revolta contra o Ocidente permitiu uma fresca concentração de condições políticas para a passagem do poder social e econômico para a região do mundo não ocidental.

Fala-se em renascimento da Ásia Oriental porque a região esteve na vanguarda do desenvolvimento por pelo menos dois mil anos, até os séculos XVI, XVII e também XVIII. A derrota da China no contexto da Guerra do Ópio e o domínio europeu na região demarcaram, portanto, o zênite do poder da Europa sobre o sucumbo da Ásia Oriental. Essa nova ascensão asiática se deveu aos “milagres econômicos” que ocorreram de forma interligada, a começar pelo Japão, nas décadas de 1950 e 1960, passando pela Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Malásia e Tailândia, nas décadas de 1970 e 1980, e, por fim, o surgimento e consolidação da força chinesa, na década de 1990 e anos 2000, como o centro mais dinâmico do mundo em expansão econômica e comercial (ARRIGHI, 2007).

As consequências da ascensão da China são grandiosas. A China não é vassala dos Estados Unidos, como Japão ou Taiwan, nem é uma reles cidade-Estado, como Hong Kong e Singapura. Embora seu poderio militar empalideça quando comparado ao dos Estados Unidos e o crescimento de suas indústrias ainda dependa das exportações para o mercado norte-americano, a riqueza e o poder dos Estados Unidos dependem igualmente, ou ainda mais, da importação de mercadorias chinesas baratas e da compra, por parte da China, de títulos do Tesouro norte-americano. O mais importante é que, cada vez mais, a China vem substituindo os Estados Unidos como principal motor da expansão comercial e econômica na Ásia Oriental e em outras partes do mundo (ARRIGHI, 2007, p. 23-24).

Um dos segredos econômicos da China foi a aplicação de reformas graduais e contundentes à sua realidade, sem a escolha de terapias de choque ou radicalismo ao seu

contexto de crescimento. A China evitou as experiências catastróficas que outros países ao redor do globo optaram por conta dos ideais defendidos pelo Consenso de Washington, e afirmou o gradualismo cauteloso nas mudanças necessárias à sua conjuntura interna, não confundindo os fins – bem-estar da população – com os meios – privatização, liberalização – buscando criar uma verdadeira economia de mercado socialista (ARRIGHI, 2007).

O ressurgimento da Ásia Oriental esteve pautado também à convergência do caminho ocidental do uso intensivo de capital e consumo de energia com o caminho oriental de uso intensivo de mão de obra e poupança de energia. Enquanto a Revolução Industrial permitiu a inauguração do caminho ocidental por meio de um “milagre de produção”, segundo Sugihara (2003 apud ARRIGHI, 2007), expandindo a capacidade produtiva de uma pequena parcela da população mundial, a Revolução Industrial inaugurou o caminho da Ásia Oriental, executando um “milagre de distribuição” para a realidade regional e difundindo os benefícios desse milagre para grande parte da população mundial via industrialização com uso intensivo de mão de obra e poupança de energia.

A turbulência global gerada pela crise da hegemonia norte-americana, no fim da década de 60 e início da década de 70, serve como a verdadeira referência para o desenrolar da expansão asiática. Os Estados Unidos entraram em um processo de crise sinalizadora da sua hegemonia a partir de vários pontos que devem ser destacados. O primeiro foi o colapso do regime de câmbio fixo, que gerou um novo gás para a financeirização do capital. O segundo foi a perda de credibilidade dos Estados Unidos como polícia do mundo, haja vista seu fracasso na Guerra do Vietnã. E com a mitigação da credibilidade política e do aparato militar estadunidense, houve, ainda, a problemática expansão da oferta global de dinheiro e de crédito norte-americano que não vieram acompanhados de uma demanda à altura (ARRIGHI, 2007).

A interação entre a crise de lucratividade e a crise de hegemonia, combinada à estratégica norte-americana inflacionária de gerenciamento da crise, resultou num período de dez anos de aumento da desordem monetária mundial, de escalada da inflação e de deterioração constante da capacidade do dólar norte-americano de servir como meio de pagamento mundial, moeda de reserva e unidade contábil. [...] O problema real na década de 1970 foi que a política monetária norte-americana tentou estimular o capital a manter o comércio e a produção mundiais em expansão, ainda que essa expansão se tornasse a causa primária do aumento de custo, risco e incerteza para o capital empresarial em geral e norte-americano em particular (ARRIGHI, 2007, p. 169).

A ideia de que a atual hegemonia mundial passa por uma crise terminal tem se tornado cada vez mais convincente desde o impacto da Guerra no Iraque, que desafiou a centralidade e a competência dos Estados Unidos na economia política global. “Quanto mais os Estados Unidos se enredavam na Guerra ao Terror e dependiam de crédito e de mercadorias estrangeiras baratas, mais a China conseguia impor um tipo de imperativo estrutural” (ARRIGHI, 2007, p. 214). A combinação da ascensão chinesa com os problemas de Washington na Ásia Ocidental logo refletiram nas relações dos países da região com ambas as potências. A redução da influência dos Estados Unidos na Ásia está ocorrendo de forma paulatina, a julgar, por exemplo, pelas vias econômicas, onde Japão e Coreia do Sul, grandes aliados dos norte-americanos, já possuem como principal parceiro comercial a China; ou pela via cultural, onde um número cada vez maior de asiáticos pretere optar pela China como destino turístico e de estudos por conta da atitude estadunidense de dificultar a entrada de muitos indivíduos depois do 11 de setembro (ARRIGHI, 2007).

Ressalta-se a imensa importância que a China tem desenvolvido na esfera econômica em todo o globo, uma vez que entre 2001 e 2004 o país foi responsável por um terço do volume mundial de importações, tornando-se, assim, a verdadeira locomotiva do restante da Ásia Oriental, com imensa transcendência internacional, reerguendo a região e gerando recuperação econômica para muitos países, como o Japão. O comércio com a Índia, por exemplo, subiu de US\$ 300 milhões em 1994 para mais de US\$ 20 bilhões em 2005. O envolvimento da China não somente com a Ásia, mas como a África e a América também merece destaque. Com o perdão das dívidas africanas no ano de 2000, as relações comerciais entre Pequim e África saltaram de US\$ 10 bilhões para mais US\$ 40 bilhões em cinco anos.

Não só a África, mas os países latino-americanos também começaram a observar as vantagens de se fazer negócio com o Oriente, considerando o oferecimento de auxílio para o desenvolvimento e a formação de alianças com total liberdade de vínculos que as regiões americana e africana sofreram historicamente pela Europa e Estados Unidos (ARRIGHI, 2007). “A China também começou a ofuscar os Estados Unidos na promoção da liberalização multilateral do comércio. Em termos regionais, teve sucesso na integração com os países da ASEAN [...]” (ARRIGHI, 2007, p. 218), enquanto em aspectos globais, se uniu ao Sul Global para enfrentar as medidas do Norte no que se refere a uma maior abertura do mercado.

Salienta-se, ainda, a importância da Doutrina *Heping Jueqi* para compreender as estratégias de ascensão e desenvolvimento da China para o século XXI. A doutrina foi apresentada no Fórum de Boao para a Ásia em 2003, e tinha como objetivo refutar a ideia de

uma ameaça chinesa para a região e positivar uma ofensiva para contrabalancear a presença norte-americana. O ponto central da doutrina era firmar o crescimento e desenvolvimento do gigante asiático pela não agressão e expansão violenta como outras potências anteriores haviam feito para crescer no sistema internacional. A estratégia de um desenvolvimento pacífico, ou, coexistência pacífica, permitiu que a China ganhasse confiança regional e buscasse reagir às humilhações do passado, com referências às Guerras do Ópio e a invasão e ocupação japonesa entre 1931 e 1945, por exemplo. A premissa da política externa de Pequim, portanto, tem sido pautada pelo esforço de conduzir seu crescimento e desenvolvimento sem abalar as estruturas da ordem mundial a partir de um processo pacífico e harmonioso (ARRIGHI, 2007).

Ainda por esse prisma, enfatiza-se a ambiciosa estratégia de construção de uma Nova Rota da Seda para o século XXI, encabeçada pela China, como um projeto global de transportes e telecomunicações. Tal estratégia tem como objetivo ressuscitar simbolicamente a antiga Rota da Seda, uma espécie de corredor econômico que promovia o comércio da seda por terra e mar e unia Oriente e Ocidente, mais precisamente China, Rússia, Ásia Central, Ásia Ocidental e a Europa pelo Oceano Índico. A nova versão dessa Rota, apresentada pelo então presidente chinês, Xi Jinping, em 2013 “busca organizar uma rede de infraestrutura terrestre que interligue a China à região da Eurásia” (GOMES, 2018, p. 57). A caracterização deste projeto permite que a potência asiática abranja suas influências por todo o globo, haja vista a geração de uma extensa interconectividade, e que sob um discurso de “destino compartilhado” busca carimbar cooperação e harmonia entre as unidades políticas do sistema internacional, principalmente aquelas envolvidas no projeto.

A proposta de uma Nova Rota da Seda gera benefícios comuns aos participantes e à potência chinesa em questão. A construção de uma logística integrada e o aperfeiçoamento da comunicação, com a coordenação de políticas estratégicas para o desenvolvimento dos países vizinhos, recrudescer a abertura de novos mercados, empregos, capital e crescimento. Os investimentos totais giram em torno de US\$ 1 trilhão (ABDENUR; MUGGAH, 2017; PETHIYAGODA, 2017 apud GOMES, 2018), e além da consolidação da cooperação, poderá ser observado, também, a abrangência da integração financeira, do comércio, interconexão de infraestruturas e negócios bem como aprofundamento de laços culturais, fomentando, por fim, uma globalização intercontinental.

É interessante frisar que as principais características que chamaram a atenção do capital estrangeiro para a China não foram apenas a imensa reserva de mão de obra, mas a

qualidade dessa reserva nas variadas esferas como saúde e educação, combinada à rápida expansão “das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China” (ARRIGHI, 2007, p. 357). Quando o gigante asiático despontou, na década de 90, o capital japonês, europeu e norte-americano correu para o país com intensa velocidade e proporção. Os investimentos estrangeiros diretos que totalizavam cerca de US\$ 20 bilhões na década de 80 saltaram para US\$ 200 bilhões no ano 2000, e mais do que dobraram esses números nos três anos posteriores, alcançando cerca de US\$ 450 bilhões. O capital estrangeiro apenas aproveitou a expansão econômica chinesa e estimulou as exportações do país. A China deixou para trás a imagem de uma economia que servia como centro fabril e se tornou um lugar para fabricar e vender produtos de alta tecnologia.

De fato o crescimento chinês e o japonês foram essencialmente distintos, tendo em vista a maior abertura do primeiro para o capital estrangeiro e ao comércio do que o segundo, mas não seguindo a receita neoliberal. À luz dessa observação, indaga-se se os anos de 1990 foram, de fato, o apogeu do capitalismo ou do socialismo reformado, tendo em vista o reconhecido sucesso de crescimento e desenvolvimento de países como China e Índia, que optaram por uma receita contrária da proposta pelo Consenso de Washington e aplicada pelas economias ocidentais.

Tanto China quanto a Índia livraram-se dos bancos ocidentais na década de 1970 e pouparam-se da crise da dívida externa. Até hoje, ambas continuam a manter o controle do capital, de modo que o dinheiro especulativo não pode entrar e sair livremente. Até hoje, ambas continuam a ter grandes setores estatais na indústria pesada. [...] Sim, a China e a Índia tiveram bons resultados no geral. Mas isso se deve às reformas ou à regulamentação que continuam a impor? Sem dúvida, a resposta certa é: às duas (GALBRAITH, 2004, apud ARRIGHI, 2007, p. 360).

O sucesso das reformas chinesas, enfim, pode ser atribuído ao não abandono do gradualismo em favor das terapias de choque neoliberais; ao reconhecimento de que o alcance da estabilidade social só é gerado a partir da criação de empregos e da reestruturação; e a reutilização dos recursos deslocados em prol do aumento da concorrência. Apesar do gigante asiático receber bem as propostas de organismos internacionais, como o Banco Mundial, no que se refere à aplicação das reformas, o país agiu em benefício dos seus interesses nacionais e não dos interesses do Tesouro norte-americano e do capital ocidental. A China tomou suas decisões observando seu plano doméstico e as circunstâncias envolvidas na aplicação dos conselhos estrangeiros, e preferiu colocar a sua realidade social, política e econômica na frente. “A reforma com “características chinesas” foi o traço que definiu o processo

reformador da China”, como citado por Agarwala (2002, apud ARRIGHI, 2007, p. 361). É correto dizer que a privatização e a regulamentação estavam presentes na realidade chinesa, mas de forma mais seletiva e lenta do que as outras economias que seguiram a receita neoliberal da época.

Mesmo que a exposição da concorrência de empresas estrangeiras tenha resultado no declínio da participação das empresas estatais chinesas no setor de emprego e produção entre 1949 a 1979, o governo do país investiu massivamente no desenvolvimento de novos setores, na expansão e modernização da educação nacional, infraestrutura e Zonas de Processamento para Exportação em um nível extraordinário e sem igual quando comparado a outro país de renda semelhante.

Graças ao tamanho continental e à imensa população do país, essas políticas permitiram ao governo chinês combinar as vantagens da industrialização voltada para a exportação, induzida em grande parte pelo investimento estrangeiro, com as vantagens de uma economia nacional centrada em si mesma e protegida informalmente pelo idioma, pelos costumes, pelas instituições e pelas redes, aos quais os estrangeiros só tinham acesso por intermediários locais (ARRIGHI, 2007, p. 362).

4.2 MUDANÇAS NA ESTRATIFICAÇÃO GLOBAL

4.2.1 A questão do nível de renda

A transição dos níveis de renda de uma economia, segundo Larson, Loayza e Woolcock (2016), intelectuais do Banco Mundial, pode levar algum tempo, e requer a aplicação de políticas consistentes e sólidas ao longo dos anos para que o crescimento econômico seja impulsionado. Ao atingir diferentes estágios desse crescimento, novas políticas e novas estratégias devem ser aderidas, como as reformas e os investimentos focados. Cada país, no fim das contas, possui uma situação diferente, e não é correto estipular apenas um conjunto de políticas para alcançar o tão esperado crescimento da renda, visto a heterogeneidade desses países e suas complexidades internas. Contudo, a melhoria da produtividade é uma forma eficaz de nutrir e preservar o crescimento econômico no longo prazo, devendo ser um objetivo chave a ser perseguido pelas economias.

A problemática da “armadilha da renda média” foi citada pela primeira vez por Indermit Gill e Homi Kharas (2007 apud LARSON, LOAYZA, WOOLCOCK, 2016, p. 1) em

2007, em uma comparação acerca da desaceleração das economias emergentes do Leste Asiático com as economias da América Latina e do Oriente Médio. Tal armadilha pode ser definida para aqueles países que encontram dificuldades em atingir níveis de renda per capita maiores. Para concluir melhor essa condição, Sonaglio, Missio e Pereira (2016) argumentam duas abordagens em torno dessa armadilha. A primeira observa a “armadilha da renda média” a partir do crescimento lento dos países e seus obstáculos para convergir com o padrão de riqueza dos países com níveis de renda per capita altos; e para a segunda, é necessária a presença de mudanças estruturais nas economias, assim como o desenvolvimento das mesmas para a competição global alicerçado à produção de bens mais intensivos e participação das cadeias globais.

A armadilha da renda média é caracterizada por três condições relacionadas: (1) uma desaceleração do crescimento devido à incapacidade de obter melhorias contínuas em competitividade e produtividade; (2) desigualdade excessiva e falta de proteção social; e (3) a incapacidade do sistema institucional de fornecer estabilidade, transparência e boa governança (FOXLEY, 2016, tradução nossa).

Sonaglio, Missio e Pereira (2016) citam, também, políticas próprias e direcionadas para determinadas abordagens. Para a primeira, a recomendação é aplicar políticas de investimentos direcionadas à educação e à infraestrutura (particularmente àquelas de cunho tecnológico), enquanto a segunda abordagem estaria mais intimamente conectada às políticas coordenadas para o desenvolvimento de capacidades mais intensivas, ou seja, focadas na competição internacional. Observa-se, portanto, que em estágios de níveis de renda per capita mais baixos, basicamente exemplificados pelos países periféricos em relação aos países centrais, a adoção de estratégias imitativas, ou seja, estratégias de estabelecimento de condições básicas (educação, infraestrutura, etc), garantiriam um crescimento importante para que estes países atingissem a renda per capita média. Desta forma, após ascender para uma economia de renda média, torna-se necessária a aplicação de estratégias de crescimento voltadas à garantia de uma inserção competitiva e de contínua inovação, para que, enfim, seja possível conquistar o *status* de economia de alta renda.

Os países de renda média devem:

[...] encontrar motores de produtividade, inovação e competitividade, fortalecendo os fundamentos econômicos que fomentam e estabilizam o crescimento. Atingir níveis de renda alta é um desafio, com uma forte probabilidade de desaceleração do crescimento ao longo do caminho. Mas a

estagnação não é inevitável, e os países de renda média precisam ter paciência para administrar a transição com responsabilidade, evitar armadilhas e promover novas oportunidades (LARSON, LOAYZA, WOOLCOCK, 2016, p. 1, tradução nossa).

Por esse prisma, destaca-se a divisão das economias do mundo, por parte do Banco Mundial, em quatro grupos de rendas: renda alta, renda média alta, renda média baixa e renda baixa. A classificação da organização internacional baseia-se na medida do rendimento nacional (RNB) per capita, calculada utilizando o método Atlas do Banco Mundial. Os limiares para distinguir esses grupos, para o ano de 2017, podem ser observados da seguinte forma: as economias de baixa renda são definidas como aquelas que possuem um RNB per capita de US\$ 995 ou menos; as economias de renda média baixa são aquelas com um RNB per capita entre US\$ 996 e US\$ 3.895; as economias de renda média alta são aquelas com um RNB per capita entre US\$ 3.896 e US\$ 12.055; e, por fim, as economias de alta renda são aquelas que possuem um RNB per capita de US\$ 12.056 ou mais (BANCO MUNDIAL, 2019).

Uma situação que as economias de renda média devem se preocupar ainda mais do que seu aprisionamento à armadilha da renda média é o risco da sua regressão em direção a estágios anteriores da renda, ou seja, retroceder seu posicionamento a uma renda mais baixa. Os países de renda média representam cerca de um terço do PIB global, e, por conseguinte, são os principais motores do crescimento mundial. Atualmente, a grande maioria (73%) das pessoas vive em países de renda média baixa e média alta, e à medida que grandes países como a Índia e a China fizeram suas transições de países de baixa renda para países de renda média, a conjuntura internacional da renda mudou completamente, visto que nos anos 90, mais de 6 em cada 10 pessoas da população viviam em países de baixa renda, enquanto hoje é possível analisar apenas 1 em cada 10 (BANCO MUNDIAL, 2019).

4.2.2 Primeira análise sobre a estratificação econômica mundial

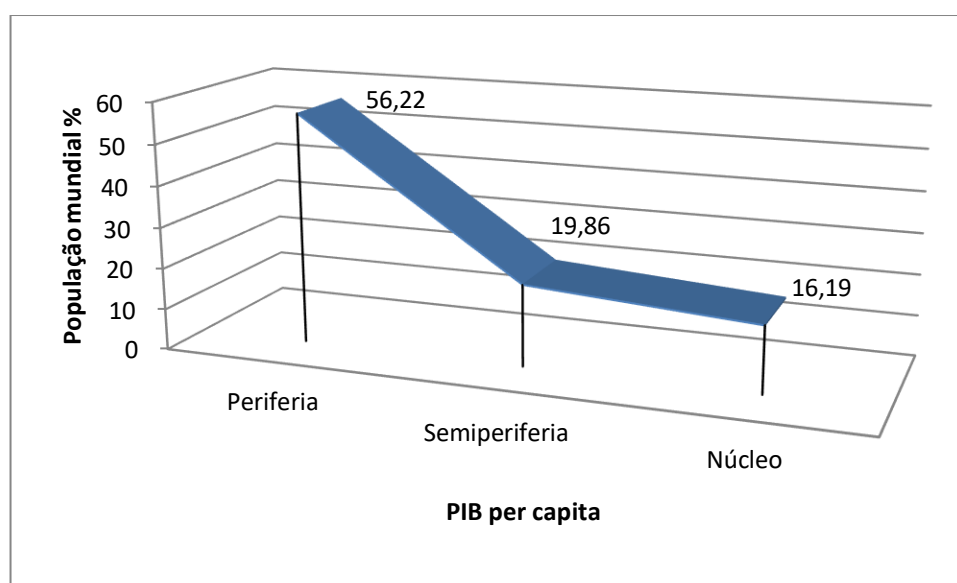
A partir da divisão de rendas do Banco Mundial, serão classificados, neste primeiro momento, de acordo com os gráficos 8, 9, 10, 11 e 12, os países pertencentes ao **estrato periférico** àqueles que possuem um RNB per capita de US\$ 480 ou menos (para o ano de 1987); um RNB per capita de US\$ 785 ou menos (para o ano de 1997); um RNB per capita de US\$ 935 ou menos (para o ano de 2007); e um RNB per capita de US\$ 995 ou menos (para o ano de 2017). Os países pertencentes ao **estrato semiperiférico** aqueles com um RNB per

capita entre US\$ 481 e US\$ 6.000 (para o ano de 1987); um RNB per capita entre US\$ 786 e US\$ 9.655 (para o ano de 1997); um RNB per capita entre US\$ 936 e US\$ 11.455 (para o ano de 2007); e um RNB per capita entre US\$ 996 e US\$ 12.055 (para o ano de 2017).

Por fim, os países pertencentes ao **estrato central ou núcleo orgânico** aqueles com um RNB per capita acima dos US\$ 6.000 (para o ano de 1987); um RNB per capita acima dos US\$ 9.655 (para o ano de 1997); um RNB per capita acima dos US\$ 11.455 (para o ano de 2007); e um RNB per capita acima dos US\$ 12.055 (para o ano de 2017). A periferia, desta forma, estará moldada pelas economias de renda baixa, a semiperiferia pela junção das economias de renda média baixa e renda média alta, e o centro pelas economias de renda alta.

Com a utilização da classificação histórica da renda internacional pelo Banco Mundial e dos dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU referente ao *World Population Prospects: The 2017 Revision*, foi possível correlacionar população e renda mundiais e efetuar uma atualização sobre o posicionamento das economias na hierarquia de riqueza global, separando os países nos estratos da periferia, semiperiferia e centro. Com uma margem de 30 anos de análise, a investigação partiu do ano de 1987 até o ano de 2017, com o objetivo final de averiguar a transformação da estratificação econômica global.

Gráfico 08 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 1987, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial.

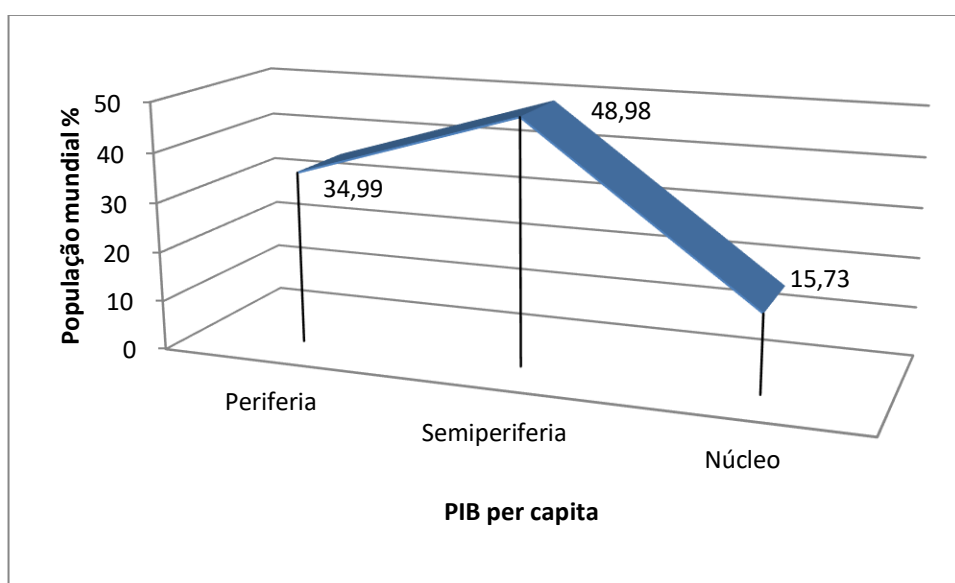


Nota: Elaborado pelo próprio autor.

O gráfico acima representa a estratificação econômica global do ano de 1987, em que claramente mais da metade da população global, 56%, se encontrava posicionada no estrato

periférico, assemelhando-se com as análises postuladas por Arrighi (1997) para o século XX. A maioria da população global, portanto, detinha uma renda baixa, menor que US\$ 480 especificamente. A semiperiferia, representada pelo estrato intermediário, acumulava um total de 19% da população mundial, com uma renda média entre US\$ 481 e US\$ 6.000. Já o estrato central, configurado pelas economias de renda alta, representava 16% da população mundial, com uma renda acima dos US\$ 6.000. É importante denotar que tanto China quanto Índia, dois gigantes asiáticos em termos populacionais, possuíam uma renda baixa neste ano, o que os posiciona, especificamente, na periferia do sistema. A China, sozinha, representava 22% da população mundial neste ano, enquanto a Índia representava 16%. Unidas formavam quase 40% da população terrestre, o que consolidava a grande maioria populacional no estrato periférico.¹

Gráfico 09 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 1997, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial.



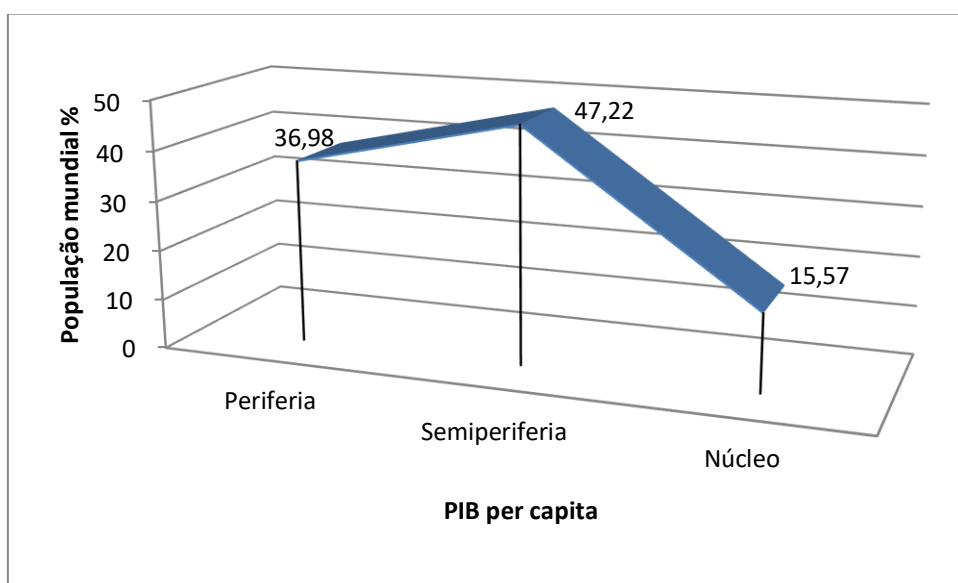
Nota: Elaborado pelo próprio autor.

O final do século XX, retratado pelo gráfico acima, apresenta uma interessante mudança na estratificação econômica no tocante a uma movimentação dos países para o nível

¹Destaca-se a não classificação de economias como Albânia, Andorra, Angola, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Ilhas Virgens Britânicas, Bulgária, Cabo Verde, Ilhas Cayman, Croácia, Cuba, Curaçao, República Checa, Djibuti, Eritreia, Estônia, Polinésia Francesa, Geórgia, Cazaquistão, Coreia, Dem. Rep. República do Quirguizistão, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Ilhas Marshall, Micronésia, Moldova, Mônaco, Mongólia, Montenegro, Namíbia, Nauru, Macedônia do Norte, Ilhas Marianas do Norte, Palau, Federação Russa, San Marino, Sérvia, São Martinho, República Eslovaca, Eslovênia, Sudão do Sul, St. Martin, Tajiquistão, Timor-Leste, Turquemenistão, Ilhas Turks e Caicos, Tuvalu, Ucrânia e Uzbequistão na divisão de rendas do Banco Mundial para o ano de 1987, o que representa 7,64% da população mundial.

intermediário da hierarquia da riqueza internacional. Com 48% da população global alocada no estrato semiperiférico, o que se pode observar é que quase metade do mundo já possuía uma renda média entre US\$ 786 e US\$ 9.655, um salto de 29% se analisada a semiperiferia no ano de 1987. O estrato periférico, em contrapartida, sofre uma contração de 56% para 34% da população mundial, representando uma renda menor que US\$ 785. Já o estrato central, retratado pelas economias com uma renda acima dos US\$ 9.655, se manteve constante, constituindo 15% da população global. É no ano de 1997 que a China, com mais de 1,2 bilhão de habitantes, consegue ultrapassar a barreira da periferia e se alocar no estrato semiperiférico, entrando na classificação de renda média baixa (entre US\$ 786 e US\$ 3.125) de acordo com o Banco Mundial.

Gráfico 10 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 2006, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial.

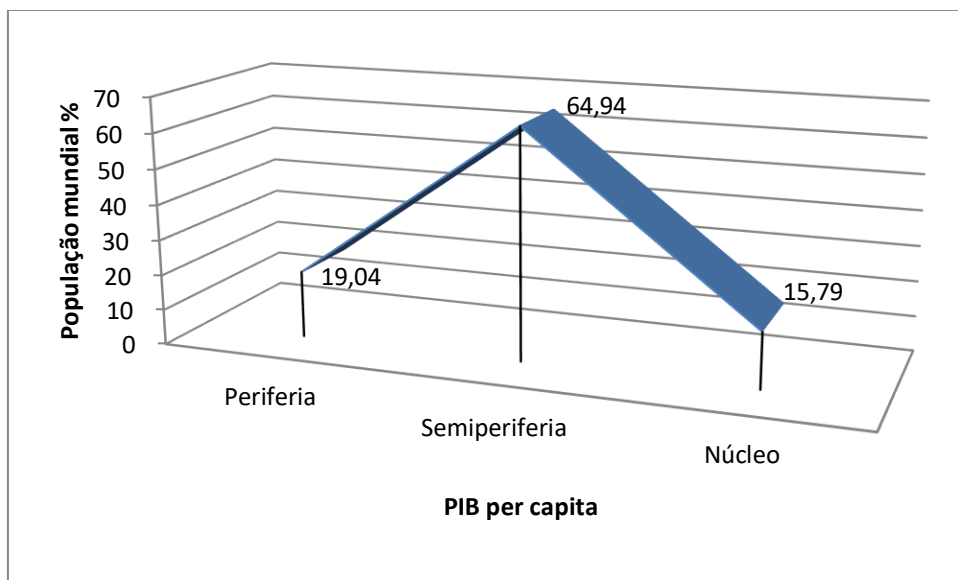


Nota: Elaborado pelo próprio autor.

Os gráficos 10 e 11, que representam os anos de 2006 e 2007, configuram a grande transformação ocorrida na hierarquia de riqueza global, a julgar pela ascensão da renda de um importante país asiático, a Índia. O que se pode observar é que entre 1997 e 2006 a estratificação econômica global se manteve particularmente constante, sem grandes variações. A periferia, em 2006, representava 36% da população mundial, e as economias pertencentes a esse estrato possuíam uma renda abaixo dos US\$ 905. A semiperiferia representava 47% da população global, e uma renda média entre US\$ 906 e US\$ 11.115. E, por fim, o estrato

central, que representava 15% da população do sistema internacional com uma renda acima dos US\$ 11.115.

Gráfico 11 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 2007, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial.



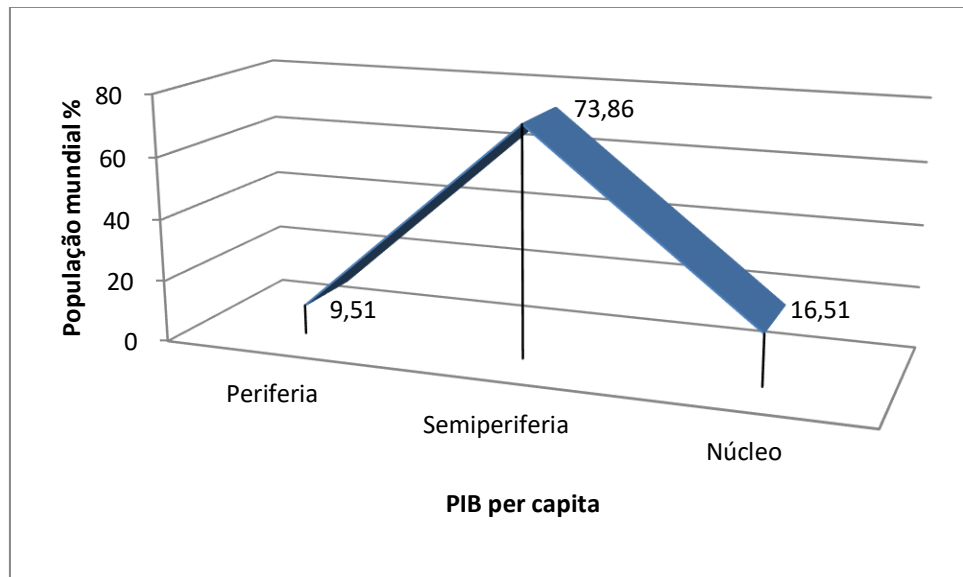
Nota: Elaborado pelo próprio autor.

Entretanto, uma significativa mudança na conjuntura da estratificação econômica internacional ocorre no ano de 2007, uma vez que a Índia, país sul-asiático com 1,18 bilhões de habitantes naquele momento, ascende na hierarquia da riqueza global, alcançando pela primeira vez a renda média baixa. A ascensão da Índia, que em 2007 representava 17% da população global, unida com a China, que representava 20% da população neste mesmo ano, permitiu uma notória transformação na estratificação da economia sistêmica. A periferia mundial, em 2007, se contraiu, e passou a representar apenas 19% da população mundial, com uma renda abaixo dos US\$ 935. A semiperiferia engrandeceu, e pela primeira vez na história passou a alocar a maioria da população do globo, com uma representação de 64% e uma renda média entre US\$ 906 e US\$ 11.455. Já o núcleo orgânico se manteve constante, uma vez que continuou a simbolizar 15% da população mundial e com uma faixa de renda acima dos US\$ 11.455.

Graças à ascensão da renda per capita chinesa no final do século XX, e a ascensão da renda per capita indiana no ano de 2007, foi possível observar uma importante mudança na estratificação econômica global. Foi apenas no século XXI, portanto, que a maioria da população internacional se deslocou do estrato da periferia para o estrato da semiperiferia, a

julgar pelo crescimento da renda per capita fortemente impulsionada pelo salto de dois grandes países superpopulosos.

Gráfico 12 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 2017, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial.



Nota: Elaborado pelo próprio autor.

A fim de finalizar as análises sobre estratificação econômica global, o gráfico 12, que retrata o ano de 2017, configura a consolidação da maioria da população mundial dentro do estrato semiperiférico. É possível visualizar um salto de quase 9% de crescimento da semiperiferia entre os anos de 2007 e 2017, uma retração de quase 10% da periferia neste mesmo período de análise, e basicamente nenhuma variação de crescimento no estrato central do sistema. A periferia, portanto, representa 9% da população mundial, e uma renda abaixo dos US\$ 995. A semiperiferia representa 73% da população mundial, um verdadeiro recorde histórico, com uma renda média entre US\$ 996 e US\$ 12.055. E o núcleo orgânico, que se manteve constante desde 1987, representa 16% da população sistêmica, e uma renda acima dos US\$ 12.055.

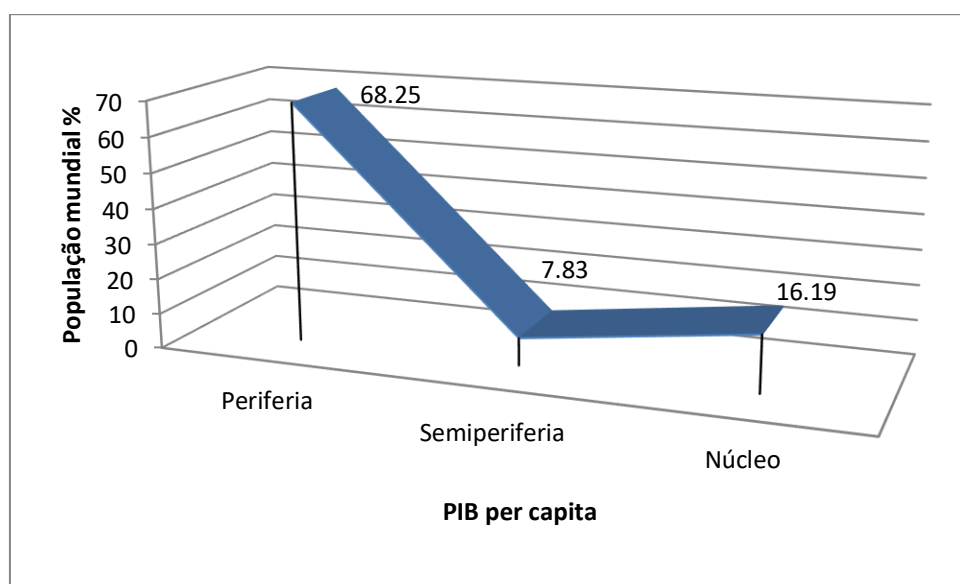
4.2.3 Segunda análise sobre a estratificação econômica mundial

Neste segundo momento, a partir dos gráficos 13, 14, 15 e 16, e ainda levando em consideração a divisão de rendas do Banco Mundial, os países pertencentes ao **estrato periférico** serão classificados por um RNB per capita de US\$ 1.940 ou menos (para o ano de

1987); um RNB per capita de US\$ 3.125 ou menos (para o ano de 1997); um RNB per capita de US\$ 3.705 ou menos (para o ano de 2007); e um RNB per capita de US\$ 3.895 ou menos (para o ano de 2017). Os países pertencentes ao **estrato semiperiférico** como aqueles que possuem um RNB per capita entre US\$ 1.941 e US\$ 6.000 (para o ano de 1987); um RNB per capita entre US\$ 3.126 e US\$ 9.655 (para o ano de 1997); um RNB per capita entre US\$ 3.706 e US\$ 11.455 (para o ano de 2007); e um RNB per capita entre US\$ 3.896 e US\$ 12.055 (para o ano de 2017).

Por fim, os países pertencentes ao **estrato central ou núcleo orgânico** são aqueles que possuem um RNB per capita acima dos US\$ 6.000 (para o ano de 1987); um RNB per capita acima dos US\$ 9.655 (para o ano de 1997); um RNB per capita acima dos US\$ 11.455 (para o ano de 2007); e um RNB per capita acima dos US\$ 12.055 (para o ano de 2017). A periferia estará moldada, desta vez, pelas economias de renda baixa e renda média baixa, a semiperiferia pelas economias de renda média alta, e o centro pelas economias de renda alta. Ao levar em conta uma segunda análise sobre a divisão de rendas do Banco Mundial, considerando a periferia como um estrato conjunto das economias de renda baixa e renda média baixa, observam-se diferenças pertinentes em relação à primeira análise da estratificação econômica global desta pesquisa.

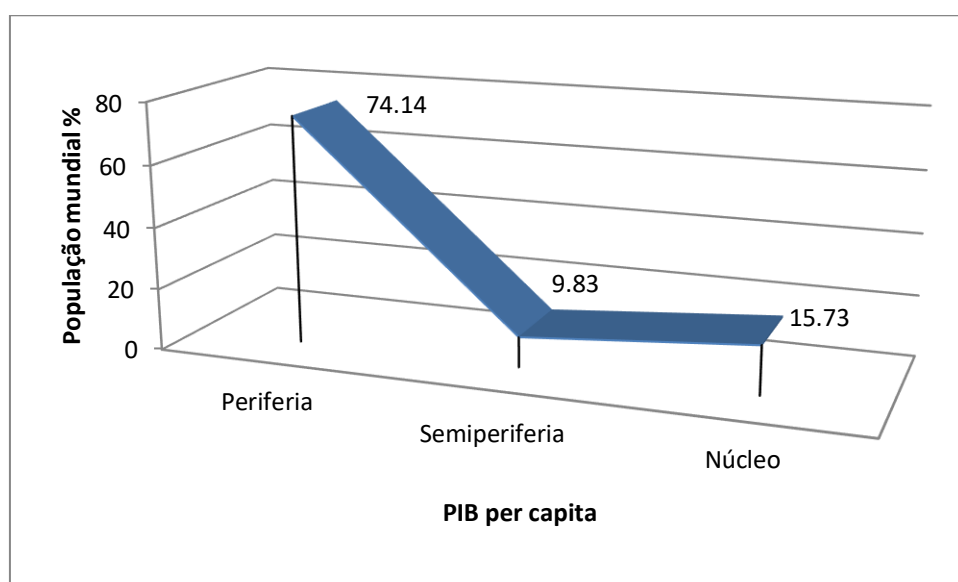
Gráfico 13 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 1987, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial.



Nota: Elaborado pelo próprio autor.

O gráfico acima apresenta a hierarquia de riqueza global do ano de 1987, e retrata a grande maioria da população mundial dentro do estrato periférico, com 68% especificamente. Enquanto na primeira análise este estrato representava 56% da população com uma renda abaixo dos US\$ 480, nesta segunda análise a renda se configura abaixo dos US\$ 1.940. Enquanto a semiperiferia e o centro representavam, respectivamente, 19,86% e 16,19% na primeira análise, neste momento as mesmas correspondem a 7,83% e 16,19%, com uma renda entre US\$ 1.941 e US\$ 6.000 para a população concentrada na semiperiferia, e uma renda acima dos US\$ 6.000 para os indivíduos concentrados no estrato central.²

Gráfico 14 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 1997, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial.



Nota: Elaborado pelo próprio autor.

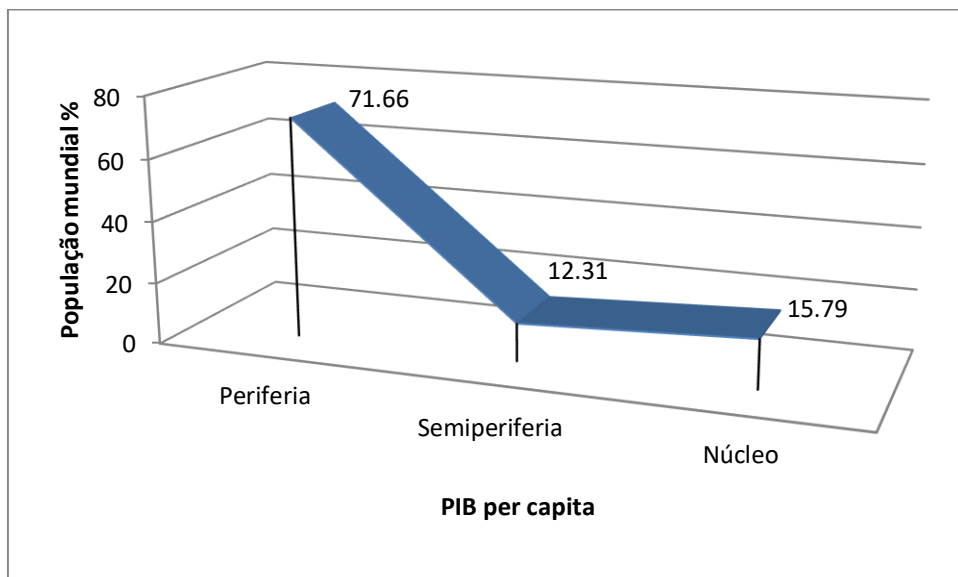
O final do século XX, mais especificamente no ano de 1997, de acordo com esta segunda investigação, ainda demonstrava uma intensa concentração da maioria da população mundial no estrato periférico, com uma representação de 74%. A renda per capita desta grande parcela da população estava abaixo dos US\$ 3.125 para este ano, enquanto a semiperiferia, que representava 9,83% da população internacional, configurava uma renda entre US\$ 3.126 e US\$ 9.655 entre seus indivíduos. A China, particularmente no ano de 1997, ascendeu de uma economia de renda baixa para uma economia de renda média baixa. Entretanto, como os dados desta segunda análise concentram justamente estes dois tipos de

²Salienta-se a não classificação de algumas economias dentro da divisão de rendas do Banco Mundial para o ano de 1987, o que representa 7,64% do total da população mundial.

renda no estrato periférico, o gigante asiático ainda era responsável por manter pelo menos 21% da população mundial presa na periferia.

A Índia, outro gigante asiático também em termos populacionais, representava quase 17% da população mundial neste mesmo ano, contudo, o país ainda era considerado uma economia de renda baixa. Juntas, China e Índia concentravam pelo menos 38% da população global no ano de 1997, o que explica, de alguma forma, a grande massa populacional centralizada na zona periférica do sistema. O estrato central, em contrapartida, aglomerava quase 16% da população internacional, visto que as economias pertencentes a esse núcleo detinham uma renda per capita acima dos US\$ 9.655.

Gráfico 15 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 2007, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial.

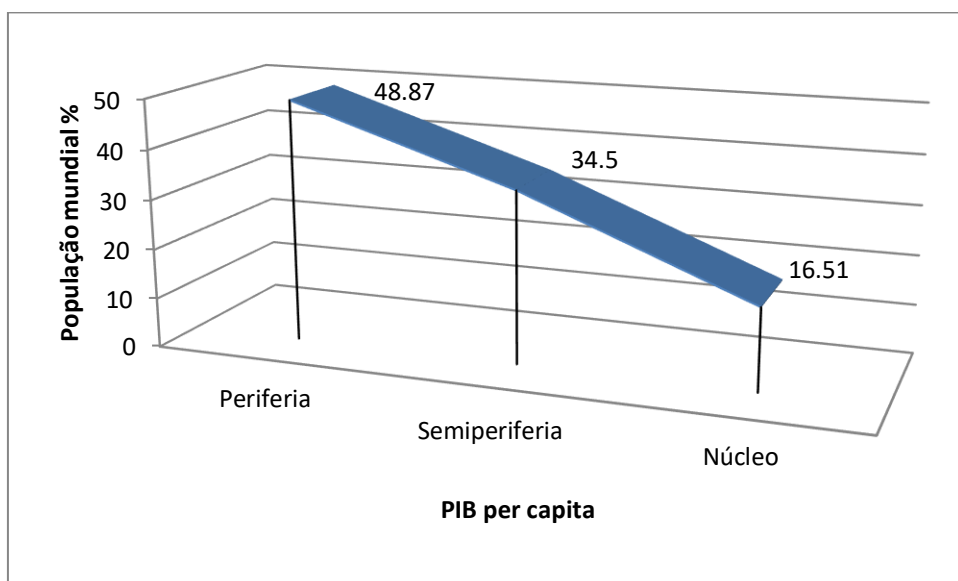


Nota: Elaborado pelo próprio autor.

O que se observa no gráfico acima é que a estratificação econômica global no ano de 2007 pouco mudou desde as observações do ano de 1987. É possível analisar uma pequena variação entre os estratos da periferia e da semiperiferia, e uma rigidez por parte do núcleo orgânico em relação a alguma transformação mais intensa. Enquanto no ano de 1997 a periferia representava 74% da população mundial, o ano de 2007 representava 71%. Já a semiperiferia, também nos anos de 1997 e 2007, concentrava pouco mais de 9% e 12% respectivamente. O fim do século XX e o início do século XXI, portanto, não demonstram grandes mudanças ou variações na hierarquia de riqueza global. A renda per capita da zona periférica, para o ano de 2007, estava concentrada abaixo dos US\$ 3.705, enquanto a renda

per capita das zonas semiperiférica e central estavam pautadas entre US\$ 3.706 e US\$ 11.455, e acima dos US\$ 11.455 respectivamente. Destaca-se, além disso, que é neste ano que a Índia se torna uma economia de renda média baixa, onde representava 17% da população mundial, mas ainda pertencia ao estrato periférico segundo o modelo desta segunda análise.

Gráfico 16 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 2017, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial.



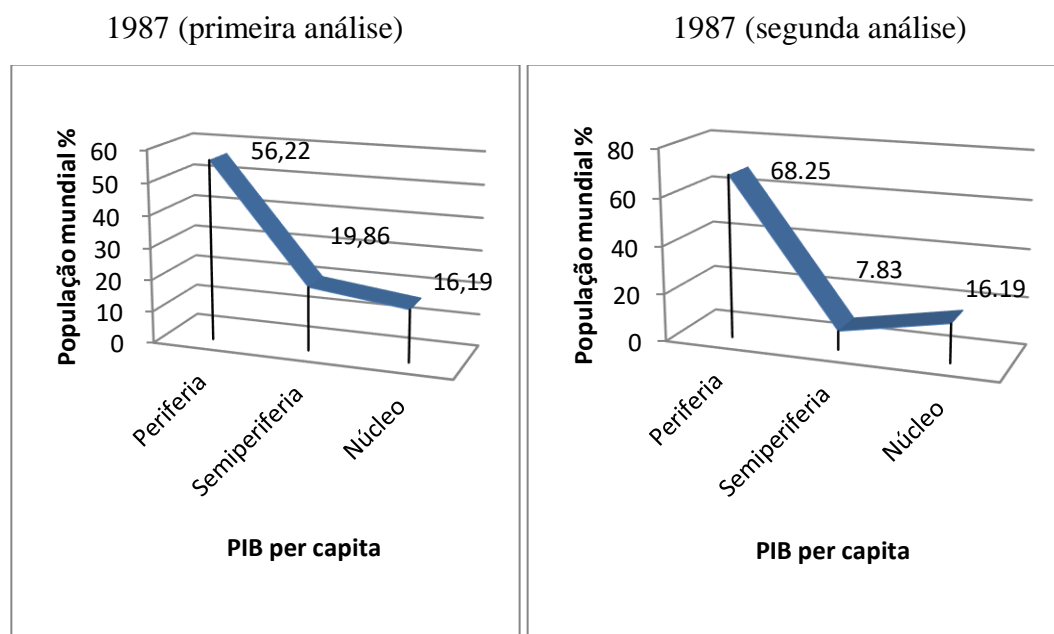
Nota: Elaborado pelo próprio autor.

Por fim, o gráfico 16 representa a estratificação econômica mundial do ano de 2017. Enquanto a maioria da população global, quase 49%, estava concentrada na periferia do sistema, a semiperiferia e o núcleo orgânico concentravam 34% e 16% respectivamente. Os argumentos de Arrighi (1997), neste segundo momento de análise, ainda são bastante atuais e verdadeiros, visto que, desde o início das suas análises no século XX, a periferia sempre concentrou a maioria da população mundial. A maioria dos indivíduos do sistema internacional, portanto, vivem em desigualdade, exploração e vulnerabilidade por conta dos efeitos da má distribuição do excedente da mais-valia global. A periferia sistêmica do ano de 2017 estava pautada em uma renda per capita abaixo dos US\$ 3.895, a semiperiferia em uma renda per capita entre US\$ 3.896 e US\$ 12.055, enquanto o estrato central concentrava uma renda per capita acima dos US\$ 12.055.

Contudo, é correto afirmar que a semiperiferia sofreu um avanço significativo entre os anos de 2007 e 2017, a julgar pelo crescimento de 12% para pouco mais de 34% da população mundial concentrada nesse estrato. Esse avanço da semiperiferia pode ser analisado por conta

da ascensão da China, especificamente no ano de 2010, para uma economia de renda média alta. Enquanto a China concentrava quase 19% da população global no ano de 2017, a Índia detinha quase 18% da população também no mesmo ano. Um verdadeiro “cabo de guerra” pode ser observado ao passo que a China preenche uma grande parcela da semiperiferia e a Índia, ainda considerada uma economia de renda média baixa, preenche uma grande parte da periferia global, o que deixa ambos os estratos um pouco mais próximos em vez daquela intensa concentração desigual da população em uma única zona como visto nos anos anteriores.

Gráfico 17 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 1987, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial da primeira e da segunda análise desta pesquisa.



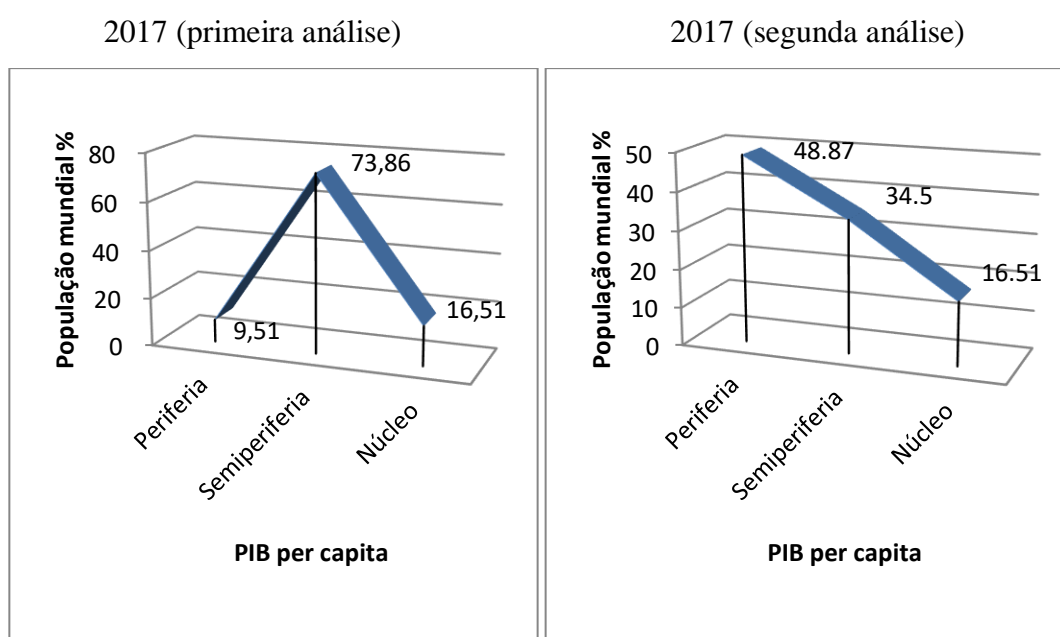
Nota: Elaborado pelo próprio autor.

O gráfico 17 compara as duas abordagens apresentadas nesta pesquisa quanto à análise sobre a estratificação econômica global no ano de 1987. A primeira análise, que classifica a periferia pelo conjunto de economias de renda baixa, a semiperiferia pelas economias de renda média baixa e renda média alta, e o núcleo orgânico pelas economias de renda alta, demonstra que no final do século XX a maioria da população internacional, 56%, se encontrava dentro do estrato periférico. A segunda maior camada, com 19%, era a semiperiferia, e a menor camada o estrato central, com 16%. Já a segunda análise, que classifica a periferia pelo conjunto de economias de renda baixa e renda média baixa, a

semiperiferia pelas economias de renda média alta e o núcleo orgânico pelas economias de renda alta também demonstra a força da periferia no final do século XX.

Essa segunda análise agrupa 68% da população mundial no estrato periférico no ano de 1987, um pouco mais que a primeira análise, e constitui o estrato central como a segunda camada mais populosa, com 16%. A semiperiferia, que na primeira análise era a segunda maior camada, se torna a terceira maior camada de acordo com esta segunda análise, com 7% da população global compilada nesse estrato. Tanto a primeira análise quanto a segunda análise convergem em retratar a maioria da população mundial dentro da periferia sistêmica no ano de 1987, com 56% e 68% respectivamente. Entretanto, a interpretação sobre o estrato semiperiférico é analisada de forma divergente entre ambas as abordagens.

Gráfico 18 - Distribuição da população mundial, em porcentagem, no ano de 2017, de acordo com a divisão de rendas do Banco Mundial da primeira e da segunda análise desta pesquisa.



Nota: Elaborado pelo próprio autor.

O gráfico 18, desta vez, compara a estratificação econômica global da primeira e da segunda análise no ano de 2017. Enquanto para a primeira análise o ano de 1987 concentrava a maioria da população global dentro do estrato periférico, a mesma abordagem classifica a maioria da população dentro do estrato semiperiférico no ano de 2017, representando 73%. O núcleo orgânico se torna a segunda maior camada, com 16%, e a periferia, que no século passado reunia grande parcela da população mundial, se torna o terceiro maior estrato, com

apenas 9%. A segunda análise, em contrapartida, observa o ano de 2017 de forma diferente da primeira análise, uma vez que a maioria da população internacional ainda estaria concentrada no estrato periférico, com 48%. A semiperiferia, ainda para esta segunda abordagem, agrupa 34% da população, sendo o segundo maior estrato, e o núcleo orgânico representa 16% dos cidadãos globais.

Ambas as abordagens, por fim, retratam um crescimento significativo da semiperiferia ao longo dos anos, claramente explicado pela ascensão econômica da China e da Índia dentro do sistema internacional, e uma forte rigidez no núcleo orgânico, que representou 16% da população mundial nas duas análises de observação e nos dois anos em questão. Reforça-se que as abordagens aqui consideradas estão sujeitas a críticas e considerações, mas, representam de alguma maneira, novas formas de se analisar e interpretar a atual conjuntura da estratificação econômica global.

De acordo com o *World Population Prospects 2017*, as regiões do mundo variam consideravelmente em tamanho e densidade populacional. A Ásia e a África são as regiões mais populosas do mundo e representam mais de três quartos da população global. Somente a Ásia detém quase 60% da população global e inclui os dois países mais populosos do mundo, China, com 1,4 bilhão de habitantes, e Índia, com 1,3 bilhão. O continente também ocupa a região com a maior densidade populacional do mundo. A África e a Europa acobertam 17% e 10% dos moradores globais de hoje, respectivamente, seguidos pela América Latina e pelo Caribe, que comportam 9%. As duas regiões menos populosas, América do Norte e Oceania, abrigam apenas 5% da população mundial e também possuem as mais baixas densidades populacionais.

Destaca-se, também, que entre os dez países mais populosos do mundo atualmente, um está na África (Nigéria), cinco na Ásia (Bangladesh, China, Índia, Indonésia e Paquistão), dois na América Latina (Brasil e México), um na América do Norte (Estados Unidos da América) e um na Europa (Federação Russa).

Figura 02 - Dez países com as maiores populações, 2017 e 2050:

Rank	Country	2017 population (millions)	Country	2050 population (millions)
1	China	1 410	India	1 659
2	India	1 339	China	1 364
3	United States of America	324	Nigeria	411
4	Indonesia	264	United States of America	390
5	Brazil	209	Indonesia	322
6	Pakistan	197	Pakistan	307
7	Nigeria	191	Brazil	233
8	Bangladesh	165	Bangladesh	202
9	Russian Federation	144	Dem. Rep. of the Congo	197
10	Mexico	129	Ethiopia	191

Fonte: World Population Prospects 2017 Revision – Data Booklet

A Ásia, deste modo, garante forte realce entre as regiões do globo no que se refere não somente à sua importância econômica, mas também populacional. Entre os dez países mais populosos do mundo, a China ocupa a primeira posição, com 1,4 bilhão, representando 18,82% da população mundial em 2017. A Índia ocupa a segunda colocação, com 1,3 bilhão e representando 17,73% da população mundial. Indonésia se aloca na quarta posição, com 264 milhões de habitantes, Paquistão em sexto lugar com 197 milhões, e Bangladesh em oitavo com 165 milhões de habitantes, configurando 3,50%, 2,75% e 2,11% da população mundial respectivamente. Juntos, estes países asiáticos representam quase 45% da população global.

O breve século XXI tem apresentado mudanças significativas e transformadoras quando observada a hierarquia da riqueza global. De fato, os países asiáticos têm tomado à frente da dinâmica econômica e impulsionado as principais configurações da estratificação mundial, com destaque para o crescimento da China e da Índia. O que se pode concluir é que a periferia, desde o fim das observações de Arrighi no século XX, tem se retraído e dado espaço para o crescimento da semiperiferia. Para a primeira análise desta pesquisa, a periferia foi reduzida em pelo menos 46%, enquanto a semiperiferia cresceu 54% no período entre 1987 a 2017. Destarte, para a segunda análise desta pesquisa, a periferia foi reduzida em 19% dando espaço para um crescimento de 26% da semiperiferia no mesmo período de investigação. O núcleo orgânico, em ambas as análises, se manteve constante nesse período de 30 anos de observação, variando entre 15% e 16% do total da população global.

Os países alocados no estrato semiperiférico e configurados como economias de renda média possuem dois desafios pertinentes em suas realidades. O primeiro é lidar com a armadilha da renda média e buscar o crescimento da sua renda doméstica. O segundo é cravar

uma eterna batalha dentro do desigual sistema interestatal para não serem rebaixados à periferia novamente. Para o ano de 2050 (WORLD POPULATION PROSPECTS, 2017), estima-se que a Índia ultrapasse a China em número de habitantes, ficando em primeiro e em segundo lugar, respectivamente, como os países mais populosos do globo. Indonésia, Paquistão e Bangladesh continuariam participando do *ranking* de países mais populosos, mas, desta vez, com destaque para o crescimento da Nigéria, que saltaria da sétima para a terceira posição, e também da Etiópia e a República Democrática do Congo, que adentrariam na tabela. O continente africano, por esse prisma, alocaria três países na distribuição das nações mais populosas do mundo, enquanto a América teria apenas o Brasil e os Estados Unidos como representantes.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo trouxe dados extremamente pertinentes para averiguar a atual situação da estratificação econômica mundial, servindo como complemento às avaliações efetuadas por Giovanni Arrighi no século XX. O século XXI, se observado a primeira análise empírica sobre a estratificação econômica global, configura uma notória mudança no contexto da hierarquia da riqueza global, onde mais da metade da população mundial se encontra no estrato intermediário do sistema desde o ano de 2007. A semiperiferia, desta forma, se tornou uma zona de grande destaque a julgar pela ascensão da renda de importantes países asiáticos, como China e Índia. Tal ascensão se deu, primeiramente, a partir dos efeitos da crise sinalizadora do regime norte-americano, no final da década de 60, que permitiu a expansão do Leste Asiático e, posteriormente, uma significativa arrancada na economia chinesa.

Entretanto, se o século XXI for observado pela segunda análise empírica sobre a estratificação econômica global, é possível retratar uma continuação dos argumentos de Giovanni Arrighi (1997), visto que a grande maioria da população internacional ainda se encontraria dentro do estrato periférico. Mesmo com a ascensão da China e da Índia como economias de renda média alta e renda média baixa, respectivamente, o segundo modelo de análise exprime a dificuldade da maioria das economias em ascender dentro da hierarquia de riqueza mundial, o que confirma o raciocínio de Arrighi (1997) quanto a uma mobilidade excepcional dentro do sistema. Todavia, é essencial destacar a emergência chinesa dentro desse contexto hierárquico.

Os reflexos do sistema de subcontratação, como a ampliação transfronteira da mão de obra, atividades da diáspora capitalista, execução de reformas graduais sem estratégias radicais, com políticas direcionadas aos interesses nacionais e às condições básicas domésticas, foram algumas das ações promovidas pela China, dentro de um contexto de socialismo reformado, que permitiram a ascensão do gigante asiático na conjuntura internacional. A Índia, também por esse prisma, aplicou algumas das políticas deste modelo reformado, e só em 2007 conseguiu ascender na hierarquia da riqueza, provocando, de alguma forma, mudanças na hierarquia de riqueza internacional. A Ásia, por fim, se garante como a região mais dinâmica e populosa atualmente do planeta, tendo 5 dos 10 países com a maior população do globo, o que representa basicamente 45% da população mundial concentrada no continente.

5 CONCLUSÃO

A presente monografia se dedicou a buscar uma atualização sobre a estratificação econômica internacional, a fim de complementar as investigações realizadas por Giovanni Arrighi no século XX, utilizando como referência dados acerca da população global e renda per capita. Para atingir este objetivo, a pesquisa utilizou argumentos e observações dos teóricos da perspectiva dos sistemas-mundo, com destaque para a divisão econômica internacional em um modelo trimodal, ou seja, uma classificação sobre a hierarquia de riqueza global em três estratos, periferia, semiperiferia e núcleo orgânico.

Para tanto, o primeiro capítulo dedicou-se à fundamentação teórica deste trabalho, retratando as contribuições de autores como de Braudel (1982; 1984; 1998), Arrighi (1996; 1997; 2008), Wallerstein (1979; 2006), Foster e McChesney (2012), Gullo (2014), Chang (2004), Nye (2002) e Guimarães (2001). Foi possível observar que a principal problemática do atual sistema internacional encontra-se no seu alto grau de desigualdade existente entre os seus principais atores, ou seja, entre os Estados, haja vista um maior ou um menor controle sobre as cadeias comerciais da economia mundial, o que reflete em uma má distribuição da mais-valia global.

Tal desigualdade, portanto, é analisada pelo posicionamento de determinadas economias dentro da periferia internacional, delimitada por uma maior vulnerabilidade, atraso e exploração, e determinadas economias dentro do núcleo orgânico, que detêm o lócus e o controle do poder e da influência a nível sistêmico. A semiperiferia, ou o estrato intermediário, acumula as funções e configurações tanto do estrato superior, o centro, quanto do estrato inferior, a periferia, e perpetua essa desigualdade existente no sistema, visto que consegue resistir a periferização, mas não possui poder suficiente para ascender na estratificação.

Ainda neste primeiro capítulo foi possível compreender a importância e os efeitos da financeirização entre o final do século XX e a atual conjuntura internacional, principalmente seus reflexos sobre a maior potência do globo. A emergência de um novo modelo de acumulação capitalista, reconhecida pela sua flexibilidade e informalização, com uma forte mobilidade geográfica do capital, demarcou, segundo a visão braudeliiana, não somente um sintoma da maturidade do desenvolvimento capitalista, mas o possível fim de uma fase hegemônica para a ascensão de uma nova ordem. A crise sinalizadora norte-americana,

pautada em termos militares, financeiros e ideológicos, reforça ainda mais a visão sobre os problemas e a substituição dessa velha ordem.

Já é plausível observar indícios de uma reestruturação e uma reorganização na dinâmica do espaço mundial principalmente quando observado os efeitos dessa crise sinalizadora sobre a região asiática. O significativo deslocamento da expansão material do capital do Ocidente para o Oriente, assim como a ideia de que uma nova região (Oriente) tem apresentado vantagens e vitórias sobre uma antiga (Ocidente) são confirmados no segundo capítulo desta monografia, uma vez que são apresentados dados pertinentes sobre o crescimento acumulado de setores como a agricultura, indústria manufatureira, serviços, PIB per capita, e análises sobre o investimento em pesquisa e desenvolvimento de algumas economias do globo e as maiores indústrias mundiais.

O segundo capítulo, por esse prisma, buscou apresentar a ascensão asiática frente o cenário contemporâneo internacional, passando pelos efeitos do milagre asiático, graças aos reflexos da crise sinalizadora americana, que proporcionou um importante salto na economia japonesa, com o desenvolvimento das subcontratações de múltiplas camadas e seus desdobramentos positivos às economias vizinhas, em especial a China. A expansão asiática, desta forma, foi proporcionada primeiramente pelos estadunidenses, que aplicaram importantes estratégias para a melhoria da economia japonesa. Posteriormente, em um segundo estágio, essa expansão se deu pelo próprio Japão, que por conta do sistema de subcontratações implicou em uma diáspora capitalista na região. E, por fim, a China se tornou a grande líder dessa expansão regional, visto que seu governo aproveitou os benefícios do sistema de subcontratações para avançar economicamente.

O que se pode observar, segundo os dados empíricos levantados no segundo capítulo, é que as economias asiáticas têm apresentado significativo destaque em todos os segmentos até então analisados nesta monografia, com especial ênfase para o setor manufatureiro, PIB per capita e participação da indústria. A Ásia se tornou, em 2017, o continente com a maior participação da indústria, enquanto a América e a Europa se classificaram na segunda e terceira colocação respectivamente. Entre as economias individuais, a China tomou a frente e superou os Estados Unidos, que se encontra em segundo lugar também na mesma classificação de participação da indústria.

Finalmente, o último capítulo apresentou pelos menos duas abordagens diferentes para observar a atual estratificação econômica global, levando em consideração o método Atlas do Banco Mundial, que avalia o RNB per capita (rendimento nacional bruto), e dados da ONU

como ferramenta de investigação sobre os dados populacionais de todas as economias mundiais. Este último capítulo, portanto, reforça o ressurgimento chinês dentro do sistema internacional, visto que o gigante asiático tem se tornado um verdadeiro líder econômico e um ator de forte importância para o renascimento asiático, sendo capaz de movimentar o epicentro da economia política global do Ocidente para o Oriente novamente.

Os efeitos da expansão econômica asiática, por conseguinte, promoveram a ascensão da renda per capita em variadas economias na região, com destaque para a China e para a Índia que impulsionaram transformações significativas na estratificação econômica global desde o fim das investigações sobre esse contexto durante o século XX. A primeira análise abordada para se observar a atual estratificação mostrou que em 1987, grande parte da população global estava concentrada na periferia do sistema, vivendo em intensa desigualdade e vulnerabilidade. Entretanto, segundo a mesma análise, o início do século XXI, em especial o ano de 2007, com a ascensão da China como economia de renda média, proporcionou uma virada interessante na análise da hierarquia de riqueza mundial, visto que a maioria global, desta vez, passou a se alocar no estrato semiperiférico.

A segunda análise, em contrapartida, demonstrou algumas observações diferentes, a julgar, primeiramente, por um método diferente de avaliação sobre os estratos. Enquanto a periferia para a primeira análise era composta apenas pelas economias de renda baixa, esta segunda análise comportou as economias de renda baixa e renda média baixa para classificar a periferia. Desta maneira, o ano de 1987, para a segunda abordagem, também retratou a maioria da população global no estrato periférico, e com a virada para o século XXI a segunda análise também avalia a maioria da população estagnada dentro da periferia, mas com um significativo avanço da semiperiferia na hierarquia econômica internacional.

A semiperiferia, portanto, cresceu em ambas as análises efetuadas nesta monografia, o que representa um maior poder e controle dos excedentes globais para as economias encontradas nesse estrato intermediário. Um maior controle sobre as cadeias comerciais tem gerado, de alguma forma, pressão sobre as economias alocadas no núcleo orgânico do sistema, ou seja, nas economias de renda alta, haja vista a ocorrência de uma nova distribuição de poder no sistema internacional principalmente pela ascensão de países tão importantes como a China.

É bem verdade também que ambas as análises retratam um deslocamento significativo das economias que antes pertenciam à periferia para a semiperiferia, mas uma intensa rigidez das economias alocadas no estrato central. Uma nova dinâmica já pode ser observada na

conjuntura internacional por conta do crescimento asiático, com destaque para a aproximação nos termos de renda entre as economias do globo. Tal crescimento também tem gerado uma pressão sobre os recursos naturais, por exemplo, tendo em vista o *boom* das *commodities* no início deste século, fortemente demandadas pela China, e os efeitos deste crescimento sobre outras unidades políticas do sistema.

As constantes crises dentro do sistema internacional, a atual fase de expansão financeira estadunidense, assim como a estagnação econômica envolvida, tem proporcionado a ascensão de novos concorrentes dentro da constelação internacional, entre eles a China. Os efeitos colaterais do crescimento chinês têm deixado em alerta a maior potência mundial, que, desde as eleições de 2016, tem ameaçado a própria segurança e existência da ordem liberal internacional em prol da sua própria sobrevivência na atual conjuntura. O desemprego, a opção pelo protecionismo, a preocupação com a economia doméstica e os interesses nacionais, a julgar por uma América em primeiro lugar, são alguns dos reflexos claramente observados no contexto estadunidense frente ao cenário internacional contemporâneo.

A emergência chinesa, por fim, transformou a hierarquia de riqueza global. Enquanto em uma primeira análise o gigante asiático em conjunto com a Índia consegue alocar a maioria da população global no estrato semiperiférico, a segunda análise pondera essa avaliação, e demonstra que a periferia ainda é o maior estrato dentro do sistema internacional, onde mais pessoas vivem em desigualdade, exploração e atraso atrelados às suas realidades. Contudo, levando ainda em consideração a segunda análise, caso a Índia se classifique como uma economia de renda média alta na segunda metade do século XXI, de fato a maioria da população global se alocará no estrato semiperiférico. Mas enquanto tal feito não ocorre, o breve século XXI já apresenta importantes mudanças na estratificação econômica internacional.

REFERÊNCIAS

- ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-129, jul. 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Tradução de Sandra Vasconcelos. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. The stratification of the world-economy: an exploration of the semiperipheral zone. **Review**, v. 10, n. 1, 1986.
- BRAUDEL, Fernand. **The Wheels of Commerce**. Nova York: Harper & Row, 1982.
- BRAUDEL, Fernand. **The Perspective of the World**. Nova York: Harper & Row, 1984.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CALLINICOS, Alex. Introdução ao Capital de Karl Marx. **Revista Espaço Acadêmico**: Paraná, n. 38, jul. 2004.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2004.
- FREYBERG-INAN, Annette. **What moves man**: the realist theory of international relations and its judgment of human nature. New York: State University of New York Press, 2004.
- FOSTER, J.B; MCCHESENEY, R.W. **The endless crisis**: how monopoly-finance capital produces stagnation and upheaval from USA to China. New York: Monthly Review Press, 2012.
- FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. M. **O Estado e suas razões**: O II PND. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 28-46, jan./mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a02v28n1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- FOXLEY, Alejandro. Inclusive Development: Escaping the Middle-Income Trap. In: FOXLEY, Alejandro; STALLINGS, Barbara. **Innovation and Inclusion in Latin American**: strategies to avoid the middle income trap. New York: Palgrave Macmillan, 2016, p. 33-59.
- GIOVANINI, A.; AREND, M. **Será o falta de simbiose entre indústria e serviços intermediários a causa da estagnação econômica brasileira?** In: Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, 2., 2017, São Paulo, SP. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/318217048_SERA_O_FALTA_DE_SIMBIOSE_E_NTRE_INDUSTRIA_E_SERVICOS_INTERMEDIARIOS_A_CAUSA_DA_ESTAGNACA_O_ECONOMICA_BRASILEIRA. Acesso em: 26 ago. 2019.

GOMES, T.A.S. **A Nova Rota da Sede do início do século XXI**: uma “Grande Estratégia” de coordenação interna e externa da China. 2018. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/mestrado/2018/talita_anunciaçao_da_silva_gomes_1_f5376.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos ano de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. 3 ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001.

GULLO, Marcelo. **A insubordinação fundadora**: breve história da construção do poder pelas nações. Tradução de Renato Tapado. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**: An Enquiry into the Origins of Cultural Change. Oxford: Blackwell, 1989.

LARSON, G.; LOAYZA, N.; WOOLCOCK. **The middle-income trap: myth or reality?** World Bank Group Malasya Office, 2016. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/965511468194956837/pdf/104230-BRI-Policy-1.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social**: Revista-red de estudios sociales, Espanha, p. 95-108, nov. 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **FAO alerta para necessidade de apoio a agricultores no nordeste da Nigéria (2016)**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-alerta-para-necessidade-de-apoio-a-agricultores-no-nordeste-da-nigeria/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2012.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**: um manifesto não-comunista. Tradução de Octavio Alves Velho. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SBICCA, Adriana ; PELAEZ, Victor . **Sistemas de inovação**. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). Economia da Inovação Tecnológica. São Paulo: Hucitec, 2006.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy**. Londres: Routledge, 1976.

SONAGLIO, Cláudia M.; MISSIO, Fabrício J.; PEREIRA, Hugo C. A armadilha da renda média: trajetória brasileira e apreciações críticas. **Revista Debate Econômico**, Minas Gerais, v. 4, n. 2, p. 6-34, jul/dez. 2016.

THE WORLD BANK. **The World Bank In Middle Income Countries**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mic/overview#1>. Acesso em: 28 ago. 2019.

THE WORLD BANK. **Classifying countries by income**. Disponível em: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/stories/the-classification-of-countries-by-income.html>. Acesso em: 28 ago. 2019.

THE WORLD BANK. **World Bank Country and Lending Groups**. Disponível em: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups>. Acesso em: 28 ago. 2019.

THE WORLD BANK. **Research and development expenditure (% of GDP)**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/GB.XPD.RSDV.GD.ZS?locations=BR-KR>. Acesso em: 25 ago. 2019.

THE WORLD BANK. **GNI per capita, Atlas method (current US\$)**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD?end=2017&start=1962>. Acesso em: 30 set. 2019.

UNCTADSTAT. **Data Center**. Disponível em: https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en. Acesso em: 20 ago. 2019.

UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. **How much does your country invest in R&D?** Disponível em: <http://uis.unesco.org/apps/visualisations/research-and-development-spending/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). **World Population Prospects: The 2017 Revision, World Population 2017 Wallchart**. ST/ESA/SER.A/398.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects: The 2017 Revision**. Data Booklet 2017.

UNITED NATIONS. **DESA / Population Division**. World Population Prospects 2019. Standard Projections (Estimates and projection variants). Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/>. Acesso em: 01 set. 2019.

WALLERSTEIN, I. **The capitalist world-economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, I. **“O desenvolvimento: uma estrela polar ou uma ilusão?”**. In: *Impensar a Ciência Social*. SP: Idéias e Letras, 2006, p. 123-145.